

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

LIMA BARRETO E A EDUCAÇÃO: OS LIMITES HISTÓRICOS DE UMA
CONCEPÇÃO CRÍTICA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Autora: SILVANA FERNADES LOPES

Orientadora: MARIA ELIZABETE SAMPAIO PRADO XAVIER

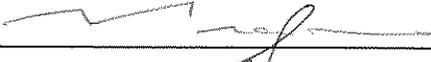
Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Silvana Fernandes Lopes e aprovada pela Comissão Julgadora.

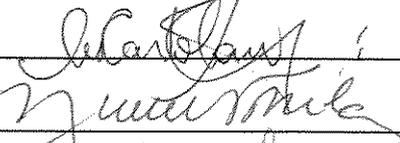
Data: 27/02/2002

Assinatura:.....

Orientadora

COMISSÃO JULGADORA:









2002

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

© by Silvana Fernandes Lopes, 2002.

UNIDADE Be
Nº CHAMADA 7/UNICAMP
L881L
V _____ EX _____
TOMBO DC/ 49888
PROC 16.837/02
C _____ DX _____
PREÇO R\$ 11,00
DATA _____
Nº CPD _____

CM00170306-2

BIB ID 246948

**Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**
Bibliotecário: Gildeir Carolino Santos - CRB-8º/5447

L881L Lopes, Silvana Fernandes.
Lima Barreto e a educação : os limites históricos de uma concepção crítica da educação escolar brasileira / Silvana Fernandes Lopes. – Campinas, SP: [s.n.], 2002.

Orientador : Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Barreto, Lima, 1881-1922. 2. Educação – Brasil. 3. Escolas - Brasil.
I. Xavier, Maria Elizabete Sampaio Prado. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

02-032-BFE

Trabalho apresentado à Faculdade de Educação da UNICAMP, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do Título de Doutor em Educação, Área de Concentração “Filosofia, História e Educação”, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier.

1177231521

AGRADECIMENTOS

- à minha família: Rafael e Florinda, meus pais, Claudia e Edilson, meus irmãos, pelo suporte afetivo;
- ao meu querido amigo Sebastião Carlos, companheiro de todas as horas, por toda a dedicação e incentivo durante esses anos e particularmente pela leitura paciente e competente deste trabalho;
- ao Damiro, pelo apoio incondicional;
- aos meus amigos do IBILCE/UNESP e colegas de Departamento: Marcelo, Cristina, José Roberto, Maria Eliza, Raul, Sérgio, Sonia, Marize, Álvaro, Sandra, Jefferson, Lídia, Neusa, Maria Izabel, José Horta etc e etc.
- à PROPP/UNESP, pelo apoio financeiro;

E em especial, à Profa. Dra. Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier, um exemplo de orientadora e a quem devo integralmente o desenvolvimento intelectual obtido até agora.

RESUMO

O trabalho desenvolvido procurou ampliar a compreensão da crítica educacional do início do século XX, tomando como objeto de exame o pensamento social de Lima Barreto.

Até a emergência dos “profissionais da educação”, o pensamento educacional era elaborado por publicistas e literatos, num fértil debate, cujos resultados apareciam na produção jornalística e literária.

Por meio do exame de artigos, crônicas, romances e contos de Lima Barreto, foi possível apreender uma determinada concepção educacional, subjacente às críticas e à caracterização ficcional da educação escolar, assim como um interessante esboço do perfil cultural da sociedade brasileira do período.

Os limites nos quais esbarra a leitura crítica do autor, expressos na contradição entre a negação das condições dadas e a sua afirmação, explícita ou implícita, nos seus referenciais teóricos e valorativos, desvelam o caráter histórico do pensamento e da crítica social e educacional.

ABSTRACT

This study aims at enhancing the understanding of the educational criticism in the beginning of the twentieth century, with focus on the ideas of Lima Barreto.

Before the emergence of the “educational professionals”, educational thought was developed by publicists and writers involved in a fertile debate, the results of which would be present on the literary and journalistic production.

Through the analysis of articles, short texts published on the press, novels and short stories written by Lima Barreto, it was possible to gather a specific concept of education, underlying the criticism and the fictional characterization of school education, as well as an interesting sketch of the cultural profile of Brazilian society at the time.

Either explicitly or implicitly, in their value and theoretical referents, the limits of the critical readings of the author, which are expressed in the contradiction between negation of the given conditions and their affirmation, unveil the historical aspect of social and educational thinking and criticism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. Lima Barreto: algumas referências teórico-metodológicas para a compreensão do seu pensamento	4
2. Lima Barreto: alguns elementos de sua vida e de sua produção literária	10
3. Estrutura e apresentação do trabalho	15
PARTE I	
LIMA BARRETO E A REALIDADE EDUCACIONAL BRASILEIRA .	17
1. Lima Barreto e a educação escolar brasileira	19
2. Lima Barreto e a valorização social do “doutor”	50
PARTE II	
LIMA BARRETO E A REALIDADE CULTURAL BRASILEIRA	75
1. Lima Barreto e a “agitação cultural” republicana	75
2. Lima Barreto e o perfil cultural da sociedade brasileira	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135

LISTA DE ABREVIATURAS

A seguir, são esclarecidas as siglas usadas neste trabalho:

BA – Bagatelas

CA – Clara dos Anjos

CRJ – Coisas do Reino do Jambom

CV – O cemitério dos vivos

DI – Diário íntimo

FM – Feiras e mafuás

HS – Histórias e sonhos

IL – Impressões de leitura

MA – Marginália

NN – Numa e a Nífa

BR – Os Bruzundangas

RE – Recordações do escrivão Isaiás Caminha

TF – Triste fim de Policarpo Quaresma

VM – Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá

VU – Vida urbana

INTRODUÇÃO

Este trabalho procura desvendar aspectos da crítica educacional do início do século XX, tomando como objeto de exame o pensamento social de Lima Barreto.

Em um período em que as relações capitalistas se consolidavam no país, as preocupações educacionais se intensificavam significativamente. Numa fase de efervescência política e cultural, diferentes movimentos político-sociais convergiram para a defesa da universalização da educação escolar.

A intensa penetração do ideário liberal nessa fase de implantação do regime republicano reforçava sobremaneira o “mito da escolaridade” e, à medida em que a transição econômico-social avançava, a crença na instituição escolar como a responsável pela posição social dos indivíduos e pelo progresso vai deitando raízes no pensamento educacional brasileiro. Os nossos primeiros especialistas em educação, ou seja, os teóricos e educadores profissionais, canalizando os anseios em torno da educação escolar, acabaram por reduzir o debate a uma discussão meramente pedagógica. E mais do que isso, inspirados no pensamento escolanovista americano e europeu, contribuíram decisivamente para a constituição do liberalismo em ideologia educacional¹.

Apesar de as idéias educacionais defendidas por esses renovadores circularem nos meios intelectuais desde o período imperial, os primeiros “profissionais da educação” emergiram nas décadas de 20 e 30. Até então o pensamento educacional era elaborado e divulgado basicamente por “publicistas” e literatos. O debate entre

¹ A esse propósito, conferir NAGLE, *Educação e sociedade na Primeira República*, 1974. Também conferir XAVIER, *Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)*, 1990.

intelectuais, de diferentes filiações teóricas, num período fértil em reformas educacionais, foi intenso e o seu resultado aparece tanto na incipiente produção científica da época, quanto na imprensa e na literatura.

Dessa maneira, esta pesquisa nos parece relevante, uma vez que procura ampliar a compreensão da crítica educacional do início do século, tomando como objeto de exame o pensamento de um autor que, mesmo de forma assistemática, analisou e criticou a realidade e a política educacional de seu tempo. Na insuficiência de literatura educacional específica no período, por meio de sua obra, Lima Barreto oferece uma interessante reflexão sobre a educação escolar do período.

Para o materialismo histórico, a literatura é a expressão de uma visão de mundo e como tal é um fato social, e não individual. No entanto, alguns autores conseguem expressar melhor essa visão de mundo, tornando-se dela representante. Seria o caso de Lima Barreto?

Esse autor concebia a literatura como uma possibilidade de expressão e de intervenção na realidade e, portanto, tinha a pretensão explícita de fazer uma leitura crítico-social², revelando as “angústias” de seu tempo.

A começar por Anatole France, a grande literatura tem sido militante.

(...)

... Tôdas, ou quase tôdas as suas obras, se não visam a propaganda de um credo social, têm por mira um escopo sociológico. Militam.” (Literatura militante, p.72) IL – 07/09/1918

Nessa e em inúmeras outras passagens encontraremos referências ao papel que Lima Barreto atribuía à literatura, à sua “missão”³. Essa pretensão, afirmada e

² Lima Barreto costuma ser enquadrado pelos estudiosos da literatura como representante do movimento pré-modernista, que reuniu um tipo de produção com pretensão crítico-social. Para maiores esclarecimentos, consultar BOSI, *História concisa da literatura brasileira*, 1974.

³ Principalmente nos artigos *O destino da literatura*, *Literatura militante e Literatura e política*, de *Impressões de leitura*, encontraremos explicitamente essa questão. Fazendo críticas a literatura de Coelho Neto, o autor assim se posiciona: “As cogitações políticas, religiosas, sociais, morais, do seu século, ficaram-lhe inteiramente estranhas. Em tais anos, cujo máximo problema mental, problema que interessava tôdas as inteligências de quaisquer naturezas que fôssem, era uma reforma social e moral, o Senhor Neto não se deteve jamais em examinar esta trágica angústia do seu tempo, não deu para o estudo das soluções apresentadas um pouco do seu talento...”. (Literatura e política, p.75) IL.

reiterada por sociólogos e historiadores da literatura⁴, faz dele uma importante fonte de estudos do início do século.

Afonso Henriques de Lima Barreto, apesar de ter vivido entre 1881 e 1922, só postumamente passou a ser reconhecido tanto pelo público leitor quanto pela crítica literária. Mais precisamente, a partir da publicação, em 1956, das suas obras completas, organizadas por Francisco de Assis Barbosa, em colaboração com Antônio Housaiss e M. Cavalcanti Proença, é que foi possível avaliar a importância de sua produção para a literatura brasileira.

A academia veio a se ocupar da análise desse autor e de sua obra somente a partir da década de 70, e essa análise resultou numa fértil produção que revela a importância de Lima Barreto⁵. É importante salientar que as contribuições ao entendimento do seu papel no cenário nacional têm se dado não só na área específica da literatura, como também nas áreas das ciências sociais e educação.

⁴ Afirmações desse tipo chamaram a nossa atenção. Algumas delas são as seguintes: “Para Lima Barreto a literatura devia ter alguns requisitos indispensáveis. Antes de mais nada, ser sincera, isto é, transmitir diretamente o sentimento e as idéias do escritor, da maneira mais clara e simples possível. Devia também dar destaque aos problemas humanos em geral e aos sociais em particular, focalizando os que são fermento de drama, desajustamento, incompreensão. Isto, porque no seu modo de entender ela tem a missão de contribuir para libertar o homem e melhorar a sua convivência”. (CÂNDIDO, *Os olhos, a barca e o espelho*, 1987, p.39);

“... mais importante é perceber que o tratar literariamente esses temas denota a tentativa de expressar uma determinada visão de mundo, ou seja, a visão de mundo de classes menos favorecidas socialmente”. CURY, *Um mulato no reino de Jambom: as classes sociais na obra de Lima Barreto*, 1981, p.179-180.

⁵ Dentre os muitos estudos, destacam-se os já clássicos: COUTINHO, *O significado de Lima Barreto em nossa literatura*, 2000; LINS, *Lima Barreto e o espaço romanesco*, 1976; PRADO, *Lima Barreto: o crítico e a crise*, 1976; FANTINATI, *O profeta e o escrivão: estudo sobre Lima Barreto*, 1978; BRAYNER, *Labirinto do espaço romanesco: tradição e renovação da literatura brasileira (1880-1920)*, 1979; SEVCENKO, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, 1999; CÂNDIDO, *Os olhos, a barca e o espelho*, 1987; além de dissertações e teses.

1. Lima Barreto: algumas referências teórico-metodológicas para a compreensão de seu pensamento

Em primeiro lugar, é importante situar em que medida será possível estabelecer um quadro de referência para a compreensão da consciência crítica educacional do início do século XX, a partir do exame do pensamento social de Lima Barreto, objetivo central deste trabalho.

Admitindo o materialismo histórico como o campo teórico capaz de fornecer as bases para a compreensão do objeto desta pesquisa, e tomando o processo de consolidação das relações capitalistas no país como peculiar, as categorias enunciadas a seguir nos servirão como uma diretriz norteadora, uma referência em bases amplas, sempre evitando a análise “modelar” da formação social capitalista, que supõe um modo universal de desenvolvimento capitalista. É preciso entender as formas de pensamento que aqui se produziram nas circunstâncias particulares e peculiares do nosso capitalismo periférico⁶.

Nesse sentido, e como estaremos tomando a literatura como expressão particular de uma leitura histórica do período, tomaremos como referência as noções de ordem capitalista, classe social e consciência de classe/consciência possível, considerando as articulações da produção literária com o contexto econômico, social e político do país do início do século XX.

A categoria consciência de classe, formulada por Lukács⁷, nos parece um ponto de partida importante na discussão da questão. A consciência de classe seria o sentido consciente da situação histórica da classe, isto é, “a consciência que dada classe

⁶ Essas questões já foram exaustivamente discutidas no âmbito das ciências sociais. Na área da educação, a fertilidade desse enfoque foi suficientemente demonstrada nos trabalhos de Maria Elizabete S. P. XAVIER, tanto no livro *Poder político e educação de elite*, 1980 quanto em *Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)*, 1990.

⁷ Ver especialmente LUKÁCS, *História e consciência de classe: estudos da dialética marxista*, 1974.

social tem dos seus interesses e, por conseguinte, das diretivas do seu comportamento social, em condições concretas de tempo e de lugar”⁸.

Toda a forma de conhecimento social se apresenta como consciência de classe de uma camada social determinada. Isso significa que os limites do conhecimento decorrem, em última instância, da situação objetiva de classe. No âmbito de sua formulação, as classes sociais com possibilidades concretas de desenvolver uma perspectiva global são aquelas que participam diretamente do processo de produção e, mais especificamente, a única classe com possibilidade de compreender o movimento da sociedade em sua totalidade é a classe revolucionária, que, no capitalismo, é o proletariado.

Do ponto de vista metodológico, para Lukács, as ações historicamente significativas de uma classe são determinadas, em última análise, pela consciência de classe. Essas ações não são determinadas pelo pensamento dos indivíduos que, isoladamente, compõem a classe.

Compreendida dessa maneira, e relacionando a consciência de classe com a totalidade da sociedade, seria possível inferir os pensamentos e sentimentos que os homens teriam numa determinada situação se fossem capazes de avaliá-la em toda a sua dimensão, ou seja, inferir os pensamentos e sentimentos adequados à sua situação objetiva. Só nesses termos poderiam ser avaliadas concretamente as possibilidades objetivas de uma classe, superando a mera descrição do que os indivíduos pensaram, sentiram ou tiveram como intenção, em condições históricas determinadas e em dadas situações de classe.

A partir desse contexto teórico, tenderíamos a privilegiar, em nosso estudo, a pesquisa histórica e biográfica.

Löwy⁹, no entanto, alerta para algumas das limitações da epistemologia lukacsiana. Em primeiro lugar, como a sociedade não se compõe apenas da classe operária, “o conhecimento do conjunto das relações sociais e da estrutura de classe não

⁸ LUKÁCS; SCHAFF, *Sobre o conceito de consciência de classe*, 1973, p. 9.

⁹ LÖWY, *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*, 1998.

pode ser identificado unicamente com uma auto-consciência do proletariado”¹⁰. Em segundo lugar, por conseqüência, Lukács “não parece reconhecer a autonomia da atividade cognitiva em relação à práxis social e política”¹¹. Assim, a categoria consciência de classe é o ponto de partida para a compreensão da sociedade e não seu fundamento. É assim que a entenderemos neste trabalho.

Goldmann¹², inspirado na categoria lukacsiana de consciência de classe, formula a noção de consciência possível. As diferentes classes sociais elaborariam diferentes visões de mundo, mesmo que de forma parcial. Essas diferentes consciências estariam situadas em níveis qualitativamente diferentes, isto é, umas permitindo uma maior compreensão da realidade do que outras. A consciência possível seria “o máximo de realidade que poderia conhecer uma classe social sem chocar-se contra os interesses econômicos e sociais ligados a sua existência como classe”¹³. Colocando em outros termos, havendo uma identidade parcial entre sujeito e objeto, a consciência possível seria o limite máximo que uma determinada classe social poderia ter de consciência da sua própria realidade. “Ela determina os quadros categoriais que estruturam a visão de mundo da classe e, sobretudo, ela define o campo no interior do qual o grupo pode, sem modificar sua estrutura, variar suas maneiras de pensar e de conhecer”¹⁴.

Ainda de acordo com Goldmann, somente análises concretas poderiam explicar o grau de desenvolvimento da consciência de classe, num dado momento e num dado lugar. Essas análises operariam com duas categorias: a consciência possível e a consciência real, que seria “o que ela [classe social] conhece, de fato, dessa realidade durante certo período num determinado país”¹⁵. Seria, então, a partir dessa avaliação que se compreenderia o papel das diferentes classes sociais, suas visões de mundo ou suas ideologias.

¹⁰ Ibidem, p.133.

¹¹ Ibidem, p.133.

¹² GOLDMANN, *A criação cultural na sociedade moderna: por uma sociologia da totalidade*, 1972.

¹³ Idem, *Dialética e cultura*, 1967, p.146.

¹⁴ LÖWY, *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*, 1998, p.142.

¹⁵ GOLDMANN, *Dialética e cultura*, 1967, p.146.

A visão de mundo poderia ser definida como um “ponto de vista coerente e unitário sobre o conjunto da realidade”¹⁶ que, em certas condições, se impõe a determinadas classes sociais. Por outro lado, o pensamento e o modo de sentir dos homens, tomados individualmente, estão submetidos à múltiplas influências, não permitindo o mesmo grau de unidade e de coerência no seu ponto de vista particular. Essa mediação entre o geral e o particular explicam as contradições vividas pelos homens dentro de uma mesma classe social.

A categoria classe social torna-se, assim, eixo central na compreensão da consciência de classe/consciência possível, daí a sua fertilidade como referencial em nosso trabalho. Como entender o pensamento de um autor como Lima Barreto, os seus limites e/ou contradições, sem levar em conta a sua inserção nas camadas médias do início do século?

A definição ou caracterização da classe média brasileira já é, em si, um problema teórico. Para o materialismo histórico, nas formações sociais capitalistas a classe média seria aquela composta pelos trabalhadores improdutivos, isto é, ligados à esfera da distribuição e da circulação. Essa classe, típica e necessária nesse modo de produção, tende a funcionar como amortecedor das lutas entre as classes fundamentais: a burguesia e o operariado¹⁷.

Mesmo nas economias capitalistas centrais, identificar uma unidade ideológica entre os trabalhadores improdutivos é bastante problemático. A própria existência da divisão do trabalho, base central do modo de produção capitalista, impede uma unidade ideológica porque, no conjunto dos trabalhadores improdutivos, há uma clara distinção entre trabalhadores que exercem um trabalho manual e os que exercem um trabalho não-manual. A classe média seria formada predominantemente pelo conjunto de trabalhadores “que exercem um trabalho predominantemente não-manual”¹⁸. E, “enquanto expressão privilegiada da divisão capitalista do trabalho, tende a ser atraída para o campo ideológico da burguesia; enquanto classe trabalhadora, tende

¹⁶ *Ibidem*, p.73.

¹⁷ Ver a esse respeito: SAES, *Classe média e política no Brasil (1930-1964)*, 1991; PINHEIRO, *Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política*, 1990. Tomamos o primeiro autor como referência fundamental para a discussão da classe média, resumindo seu pensamento sobre o assunto.

a se solidarizar com o proletariado”¹⁹, solidariedade que tem um limite claro que não pode ser ultrapassado: a supressão da divisão entre o trabalho manual e o trabalho não-manual e, o que seria impensável para essa classe, a supressão das classes sociais capitalistas.

No caso brasileiro, a noção de “aceleração do tempo histórico”²⁰, característica dos países periféricos do capitalismo internacional, parece fundamental para a compreensão das dificuldades ainda maiores em se estabelecer uma unidade ideológica entre os trabalhadores da classe média. Sem dúvida, há uma unidade mínima, que é a aceitação da hierarquização do trabalho, mas ela não garante uma posição política única. Ao contrário, os estudos sobre a classe média brasileira demonstram a diversidade de posições políticas assumidas pelas frações sociais que a compõem a cada momento histórico. Indicam ainda que, num mesmo momento histórico, essas frações assumem posições muito distintas. Essa extrema diversidade e mobilidade justificam a tendência a nomeá-las camadas médias, ainda que admitindo a unidade mínima que as caracteriza enquanto classe.

A compreensão da ambigüidade ideológica das camadas médias brasileiras é uma peça chave para o presente trabalho. Os intelectuais, e entre eles os literatos, são representantes dessas camadas médias e expressam, por isso, essa ambigüidade. Nossos literatos do início do século, período eleito para este estudo, traziam as contradições peculiares à intelectualidade da época. Membros das camadas médias, que cresciam com a industrialização, com a urbanização, com a burocratização e com a imigração, faziam parte de um grupo que não pertencia às classes fundamentais, e, portanto, sem condições econômicas e sociais para uma ação política autônoma. Suas atividades ligadas ao aparelho de Estado e ao setor de serviços, fortemente vinculadas à estrutura social gerada pela oligarquia, favoreciam a dependência do *status quo*. Além disso, havia o medo da proletarização.

¹⁸ SAES, op. cit., p.451.

¹⁹ Ibidem, p.452.

²⁰ Esse fenômeno se manifestaria na rapidez com que um sistema econômico-social se articula e se rearticula, graças à necessidade de adaptação constante ao desenvolvimento dos países hegemônicos. Isso acaba resultando numa rápida renovação da composição das classes sociais, entre elas a classe média. Sobre esse conceito, consultar MARTINS, *Estado e burocracia no Brasil pós-64*, 1985.

Por outro lado, com o avanço da urbanização, o fato de ocuparem postos na burocracia estatal e no comércio imprimia, nessas camadas, a ilusão de uma autonomia em relação aos setores oligárquicos. Mais do que isso, durante esse período se desenvolveram as condições sociais para a profissionalização intelectual e a constituição de um campo intelectual relativamente autônomo. Essa situação peculiar das camadas médias carregava de ambigüidade as suas posições ideológicas, fazendo com que oscilassem entre aliar-se às camadas populares e aderir à elite.

Assim, se nas obras dos intelectuais desse período encontramos um ensaio crítico da sociedade brasileira, expressão da autonomia relativa que sua visada gozava, em relação às suas condições de existência, eles eram levados à cumplicidade com os padrões vigentes, que garantiam o seu *status* privilegiado. E Lima Barreto se insere nesse quadro social²¹.

Diante de tudo isso, resta reforçar que pretendemos lidar com conceitos genéricos, utilizando-os como horizonte para a exploração do pensamento do autor. No âmbito deste trabalho, por exemplo, as categorias consciência de classe ou consciência possível, para além das diferenças teóricas que existem na sua formulação básica, guardam uma idéia, que aqui importa, de que a inserção social sustenta e, portanto, ilumina a nossa compreensão das visões de mundo. Além disso, essas categorias desembocam na noção de consciência limite, que traz em si a idéia de progresso e de conservação. Se por um lado, aponta para o máximo de avanço a que um indivíduo pode chegar na sua visada, por outro, implica um limite, determinado pela sua inserção no mundo, além do qual não se pode ir. Essas noções são fundamentais para a compreensão do pensamento social de Lima Barreto.

Como fontes de pesquisa, tomaremos dois tipos de documentos: a produção jornalística (artigos, e crônicas) e a produção ficcional (romances e contos) limiana. Na produção jornalística procuraremos apreender o ponto de vista explícito do autor, e na ficção, os diferentes pontos de vista expressos por meio de suas

²¹ Especificamente sobre os limites da intelectualidade desse período, consultar MICELI, *Intelectuais à brasileira*, 2001 e MACHADO NETO, *Estrutura social da República das Letras: sociologia da vida intelectual brasileira (1870-1930)*, 1973.

personagens²². Nesse último caso, buscaremos identificar os diferentes grupos sociais representados por essas personagens. Além disso, buscaremos, quando necessário, as suas obras autobiográficas.

Posto isso, faremos a seguir uma breve síntese da biografia do autor, apontando alguns elementos de sua vida e de sua obra que podem auxiliar na compreensão do seu pensamento social.

2. Lima Barreto: alguns elementos de sua vida e de sua produção literária

As análises realizadas da obra de Lima Barreto muitas vezes acentuam o caráter memorialista de sua produção, o que conduz a uma espécie de biografismo do autor²³. Este trabalho, como revelam os objetivos levantados, toma um outro caminho. Como vimos, o pensamento e o modo de sentir dos homens, tomados individualmente, estão sujeitos à múltiplas determinações e, portanto, as suas experiências, as suas vicissitudes, enfim, a sua vida pessoal, colabora para a constituição de uma visão de mundo. Mesmo considerando essa questão, neste trabalho o eixo norteador é a relação que se estabelece entre a obra do autor e a sua inserção social. Se as experiências pessoais são responsáveis pelas diferenças individuais que explicam muitas das contradições vividas pelos homens dentro de uma mesma classe social, é essa classe que determina, em última instância, a sua visão de mundo.

No caso de Lima Barreto, o contato com a sua biografia revela que os temas e os interlocutores eleitos na sua obra têm uma relação direta com as suas experiências pessoais, mas ao longo deste trabalho podemos perceber que as concepções

²²Entendemos que o autor não pretende apenas mascarar suas posições por meio das personagens, mas há um esforço de expressar o ponto de vista do outro, segundo a sua percepção.

implícitas ou as formas de abordagem desses temas são, em última instância, determinadas pela classe social.

Afonso Henriques de Lima Barreto viveu de 1881 a 1922, na cidade do Rio de Janeiro. Era filho de um tipógrafo e de uma professora primária, ambos descendentes diretos de escravos²⁴. Quando se casaram, o pai trabalhava como tipógrafo na Imprensa Nacional, emprego obtido graças a proteção de Afonso Celso, ministro da Fazenda e futuro Visconde de Ouro Preto. O casal montou uma escola para meninas, chamada Santa Rosa, onde a mãe trabalhava como diretora²⁵.

Tiveram quatro filhos, sendo Lima Barreto o primogênito. A família começou a passar por dificuldades financeiras devido a problemas de saúde da mãe, que morreu em 1887, quando Lima Barreto tinha sete anos. O pai, viúvo com quatro filhos pequenos, teve que se dedicar a muitos empregos para poder sustentá-los²⁶. Nessa época, também publicou a tradução do *Manual do Aprendiz Compositor*, de Jules Claye.

Com a proclamação da República, o pai, monarquista e correligionário do Visconde de Ouro Preto, perdeu o seu emprego na Imprensa Nacional. Foi nomeado, então, escriturário das Colônias de Alienados da Ilha do Governador, tendo permanecido nesse emprego até a sua aposentadoria por problemas mentais.

Sendo custeado pelo Visconde de Ouro Preto, padrinho²⁷ seu, Lima Barreto passou a estudar, como interno, em um colégio do Rio de Janeiro, o Liceu Popular Niteroiense, até completar o ensino secundário²⁸. Aos quatorze anos, prestou os primeiros exames preparatórios no Ginásio Nacional, e no ano seguinte matriculou-se, como interno, no Colégio Paula Freitas, um curso anexo que preparava para a Escola

²³ Essa é uma questão bastante polêmica no âmbito da sociologia e da história da literatura. Consultar COUTINHO, *O significado de Lima Barreto em nossa literatura*, 2000, para se ter uma noção das diferentes posições da crítica literária sobre essa questão.

²⁴ Lima Barreto faz menção à sua ascendência escrava no *Diário Íntimo*, p.130-133.

²⁵ Era uma escola modesta mas figurava entre os noventa e quatro colégios para meninas na lista publicada pelo *Almanaque Laemmert*.

²⁶ Dentre os quais o jornal *Tribuna Liberal*, que foi criado para a divulgação do Congresso Liberal, movimento de resistência do final do Império.

²⁷ Não há referências de que Lima Barreto tivesse tido algum tipo de relacionamento com esse padrinho. Uma das poucas notas que o autor faz dele está transcrita a seguir: “E os dez mil-réis do tal visconde! Idiota. Os protetores são os piores tiranos”. (DI, p.34).

²⁸ “Quando acabei o curso do liceu, tinha uma boa reputação de estudante, quatro aprovações plenas, uma distinção e muitas sabatinas ótimas”. (RE, p.47)

Politécnica. Durante o tempo em que estudou nesse colégio, entrou em contato com o Apostolado Positivista, que frequentou por cerca de um ano²⁹.

Em 1897, após concluir os exames preparatórios no Ginásio Nacional, matriculou-se na Escola Politécnica³⁰. Lima Barreto, se até então não tinha tido problemas escolares, na Escola Politécnica não conseguiu sequer terminar o ciclo básico, reprovando muitas vezes em Cálculo e depois em Mecânica Racional³¹. Foi também durante esse período que participou, mesmo que de forma tímida, do movimento estudantil, fazendo parte da Federação de Estudantes³² e colaborando com o jornal *A Lanterna*³³.

Em 1902, o pai começou a sofrer de problemas mentais, sendo afastado do emprego e posteriormente aposentado³⁴, mantendo-se no mesmo estado até a sua morte, em 1922³⁵. Lima Barreto, o primogênito, teve que assumir a responsabilidade por sua família, composta de oito pessoas. As dificuldades financeiras agravaram-se e a

²⁹ “Nessa idade, porém, não tinha a mínima preocupação literária; havia até abandonado o meu Júlio Verne e todo eu era seduzido para o positivismo e cousas correlatas”. (IL, p.97). A sua passagem pelo Apostolado Positivista será abordada neste trabalho.

³⁰ Essa escola era destinada ao ensino de engenharia civil e formava quatro especialidades de engenheiros (civil, de minas, geógrafo e industrial) e duas especialidades de bacharéis (em ciências físicas e naturais e em ciências físicas e matemáticas). O currículo compreendia um ciclo básico, chamado curso geral, de dois anos de duração e, depois de concluído, o aluno fazia a opção pela continuidade dos estudos nos cursos de engenharia ou nos de bacharelado. Para maiores esclarecimentos, consultar CUNHA, *A universidade temporã: da Colônia à Era de Vargas*, 1986, p.105-108.

³¹ Em vários artigos e no *Diário Íntimo* Lima Barreto faz referência à Licínio Cardoso, professor dessa disciplina. Como Licínio, outros professores da Escola Politécnica foram objeto de consideração na sua produção literária. Em muitas de suas críticas ao ensino superior, o autor refere-se a esses professores e também a seus colegas de Escola Politécnica.

³² Chegou a compor a sua diretoria, mas logo se afastou por discordar da posição da Federação, favorável ao serviço militar obrigatório.

³³ Fundada por Júlio Pompeu de Castro e Albuquerque, *A Lanterna* era órgão da Federação de Estudantes e mantinha, para cada Faculdade, uma seção, na qual escreviam Castro Menezes, Bastos Tigre e Lima Barreto, que assinava *Alfa Z* e *Momento de Inércia*.

³⁴ Lima Barreto teve muito dificuldade para obter a aposentadoria do pai. No romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* encontramos o seguinte comentário sobre aposentadoria: “É um trabalho árduo, esse de liquidar uma aposentadoria, como se diz na gíria burocrática. Aposentado o sujeito, solenemente por um decreto, a cousa corre uma dezena de repartições e funcionários para ser ultimada. Nada há mais grave do que a gravidade com que o empregado nos diz: ainda estou fazendo o cálculo; e a cousa demora um mês, mais até, como se se tratasse de mecânica celeste”. (TF, p.105)

³⁵ Em seu *Diário Íntimo*, referindo-se à sua família e à sua dependência do álcool, encontramos a seguinte passagem: “A minha melancolia, a mobilidade do meu espírito, o cepticismo que me corrói – cepticismo que, atingindo as cousas e pessoas estranhas a mim, alcançam também a minha própria entidade –, nasceu da minha adolescência feita nesse sentimento da minha vergonha doméstica, que também deu nascimento a minha única grande falta”. (DI, p.77)

família mudou-se para o subúrbio do Rio de Janeiro. Deixou de freqüentar a Escola Politécnica³⁶ e passou a procurar emprego. Datam dessa época os primeiros indícios do alcoolismo que se manifestaria posteriormente³⁷.

Lima Barreto submeteu-se a um concurso para amanuense da Secretaria da Guerra e, em pouco tempo, assumiu o cargo, para o qual foi nomeado em 1903, com 22 anos. Trabalhava de 10 às 15 h, redigindo e copiando avisos e portarias ministeriais³⁸. Permaneceu na Secretaria da Guerra até 1919, sendo aposentado após inúmeros afastamentos do trabalho, resultados do alcoolismo e de duas internações psiquiátricas³⁹.

Durante sua vida como amanuense, entre a Secretaria e as rodas de amigos nos bares e cafés do centro da cidade, escreveu a maioria dos seus romances, passando, após a aposentadoria, a se dedicar mais intensamente à atividade jornalística.

Seu livro de estréia foi *Recordações do escrivão Isaias Caminha* (1909), consagrado pela crítica literária como um romance *à-clef*, em que retrata e satiriza a organização e o pessoal de um grande jornal da época. *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1915), publicado inicialmente em folhetins, retrata a vida de um funcionário público nacionalista. *Numa e a Ninfa* (1915) é uma sátira política retratando tipos e

³⁶ “Desde muito que eu desejava abandonar o meu curso. Aquela atmosfera da escola superior, não me agradava nos meus dezesseis anos, cheios de timidez, de pobreza e de orgulho. Todos os meus colegas, filhos de graúdos de toda sorte, que me tratavam, quando me tratavam, com um compassivo desdém, formavam uma ambiência que me intimidava, que me abafava, se não me asfixiava”. (Henrique Rocha, p.195) BA

³⁷ A fala do protagonista-narrador do romance *Recordações do escrivão Isaias Caminha* é interessante: “O álcool não entrava nos meus hábitos. Em minha casa, raramente o bebia. Naquela ocasião, porém, deu-me uma vontade de beber, de me embriagar, estava cansado de sentir, queria um narcótico que fizesse descansar os nervos tendidos pelos constantes abalos daqueles últimos dias”. (RE, p.128)

³⁸ No conto *Três gênios de secretaria*, o narrador, Gonzaga de Sá, relata suas memórias como amanuense da Secretaria dos Cultos: “Logo no primeiro dia em que funcionei na secretaria, senti bem que todos nós nascemos para empregado público. Foi a reflexão que fiz, ao me julgar tão em mim, quando, após a posse e o compromisso ou juramento, sentei-me perfeitamente à vontade na mesa que me determinaram. Nada houve que fosse surpresa, nem tive o mínimo acanhamento. Eu tinha vinte e um para vinte e dois anos; e nela me abanquei como se de há muito já o fizesse. Tão depressa foi a minha adaptação que me julguei nascido para ofício de auxiliar o estado, com a minha reduzida gramática e o meu péssimo cursivo, na minha missão de regular a marcha e a atividade da nação”. (Três gênios de secretaria, p.171-172) VM

³⁹ *O Cemitério dos vivos* é pródigo em referências ao seu alcoolismo e às suas internações psiquiátricas. “De mim para mim, tenho certeza que não sou louco; mas devido ao álcool, misturado com toda a espécie de apreensões que as dificuldades de minha vida material, há seis anos, me assoberbam, de quando em quando dou sinais de loucura: delírio. Além dessa primeira vez que estive no hospício, fui atingido por crise idêntica, em Ouro Fino, e levado para a Santa Casa de lá, em 1916; em 1917, recolheram-me ao Hospital Central do Exército, pela mesma razão; agora volto ao hospício”. (O Pavilhão e a Pinel, p.33-34) CV

costumes da época, de forma caricatural; *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919), uma crônica aos doutores e burocratas do início do século; e *Clara dos Anjos* (1923), publicado em folhetins da Revista Sousa Cruz, romance inacabado e publicado postumamente, que retrata o drama do preconceito racial.

Lima Barreto escreveu artigos para jornais menos prestigiados e para alguns de maior penetração⁴⁰. Tão mordaz nas suas críticas à grande imprensa, fazia sempre referências cordiais aos pequenos periódicos. Chegou a editar a *Revista Floreal*, nos fins de 1907⁴¹. Após o fechamento dessa revista, foi colaborador, por três meses, da revista *Fon-Fon*. Em 1914, passou a colaborar no órgão da Confederação Operária Brasileira, *A Voz do Trabalhador*.

A maior parte dos artigos e crônicas de jornal escrita por Lima Barreto foi publicada entre os anos 1918 e 1922. Nas Obras Completas do autor, essa produção está organizada nos livros *Bagatelas*, *Coisas do Reino do Jambom*, *Feiras e Mafuás*, *Marginália e Vida Urbana*.

No conjunto de suas obras, Lima Barreto tratou dos mais variados assuntos, desde os principais acontecimentos políticos e costumes do seu tempo até, por exemplo, do *football*, do qual era um crítico mordaz, chegando mesmo a criar uma Liga para combater esse esporte⁴².

⁴⁰ São jornais e revistas como: ABC, Gazeta da Tarde, Revista Contemporânea, Revista do Sul, O Estado, Tudo, Gazeta de Notícias, A Notícia, Correio da Noite, Careta, Revista da Época, A Lanterna, Brás Cubas, O Malho, Hoje, Dom Quixote, Comédia, O Debate, Almanaque d'A Noite, A Estação Teatral, A Voz do Trabalhador, O Cosmopolita, O Parafuso e A Luta.

⁴¹ A *Revista Floreal* teve quatro números. Nela ele publicou o início de Recordações do Escrivão Isaiás Caminha, tendo recebido elogios de José Veríssimo.

⁴² SEVCENKO, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, 1999, p.162, faz um resumo dos temas abordados pelo autor: "movimentos históricos, relações sociais e raciais, transformações sociais, políticas, econômicas e culturais; ideais sociais, políticos e econômicos; crítica social, moral e cultural; discussões filosóficas e científica, referências ao presente imediato, recente e ao

3. Estrutura e apresentação do trabalho

Os resultados da pesquisa e das análises desenvolvidas serão apresentados em duas partes.

Na parte I buscaremos explicitar o pensamento de Lima Barreto sobre a realidade educacional brasileira, apresentando as críticas formuladas por ele à educação escolar brasileira e à valorização social do “doutor”.

Na parte II procuraremos compreender o pensamento do autor no ambiente cultural republicano e o perfil cultural que traça da sociedade brasileira.

Nas considerações finais, a partir do material colhido e das análises efetuadas, buscaremos verificar até que ponto o pensamento de Lima Barreto expressa o que chamamos de limites históricos da consciência crítica educacional.

PARTE I

LIMA BARRETO E A REALIDADE EDUCACIONAL BRASILEIRA

Retomando a questão já mencionada na introdução deste trabalho, os teóricos e educadores profissionais brasileiros se constituíram como tal a partir das décadas de 20 e de 30. Os escolanovistas, como ficaram conhecidos esses primeiros especialistas, reivindicavam que a educação fosse discutida e planejada exclusivamente por profissionais da área⁴³. Até então, o pensamento educacional expressava-se por meio de reflexões sócio-políticas, realizadas por publicistas e literatos, veiculadas particularmente pela imprensa.

É esse o caso de Lima Barreto que, sendo jornalista e literato registrou, em seus artigos e crônicas, a realidade e a política educacional da época.

Esse autor, em um de seus artigos, justifica explicitamente a sua “intromissão” em assuntos da educação, criticando a produção dos teóricos dessa área, muito influenciados pela psicologia americana.

Sempre foi uma das minhas preocupações a instrução pública. Não quero dizer com isto que vá fazer concorrência ao Senhor Carneiro Leão, ao Senhor Leitão da Cunha ou meu amigo Denis Júnior.

Entretanto, sem ter a autoridade especial dêesses senhores que fizeram estudos profundos e transcendentés a respeito, tenho procurado na medida das minhas forças concorrer para o progresso do ensino público e disseminar as idéias úteis que encontro aqui e ali, em livros modestos, que os pedagogos de verdade não têm, tão absorvidos andam eles com as cousas difícilimas de psicologia infantil e cousas correlatas. (Uma idéia, p.130) CRJ – 29/05/1920

⁴³ Ver NAGLE, *Educação e sociedade na Primeira República*, 1974.

E vai além, afirmando que os romancistas teriam melhores condições de avaliar o ensino, porque em geral se atêm “a observação direta da realidade”, ao contrário do que fariam os especialistas.

Ainda há dias aqui, nestas colunas, tive ocasião de aludir a uma opinião do romancista paulista, Leo Vaz, sôbre tal assunto.

Essa opinião, como os senhores devem estar lembrados, vem exarada no seu curioso romance – *O Professor Jeremias* – que devia estar, a estas horas, em tôdas as mãos.

Agora, cabe-me a vez de dar a respeito de instrução pública a opinião de outro romancista, também brilhante, que a adquiriu, não lendo compêndios ou tratados ou estudos *yankees*, alemães, suecos e noruegueses, mas com a observação direta da realidade. (Uma idéia, p.130-131) CRJ –29/05/1920

Lima Barreto sustenta a sua crítica aos educadores profissionais na constatação de que, baseados em uma produção teórica alheia à nossa realidade, os nossos pedagogos propõem alternativas inadequadas à essa realidade e que, por isso, resultam inócuas na solução dos problemas educacionais brasileiros.

Além dessa crítica direta, seus artigos e crônicas são pródigos em ironia ao caráter ultrapassado de muitas dessas teorias.

Últimamente, arranjaram aqui, com as escolas locais, uma universidade anódina e idiota – o que bem mostra o nosso amor às palavras compassadas e pomposas e à figuração, denunciando também tal criação a mentalidade obsoleta dos nossos pedagogos, que ainda namoram instituições fósseis do ensino medieval e falam em radiografia com a linguagem do defunto Rui de Pina, misturada com a do Padre Antônio Vieira, a quem deus tenha em sua santa guarda. Amém, Jesus. (As reformas e os “doutôres”, p.238) FM – 16/01/1921

Lima Barreto ironiza, portanto, os conhecimentos formulados pelas chamadas “novas correntes” do pensamento pedagógico.

... Nunca fui dado a essas sabedorias infusas e confusas entre as quais ocupa lugar saliente a chamada “pedagogia”... (Como resposta, p. 71) MA – 08/04/1922

Ainda assim, o próprio autor chega, em um artigo, a se intitular pedagogo.

... à tradução dêste senhor pode muito bem ter provocado sorrir os cronistas

ligeiros; mas, a um pedagogo como eu agora sou, enche de lástima. (Pela “secção livre”, p.232) BA – 26/03/1919

No intuito de explicitar o pensamento de Lima Barreto sobre a realidade educacional brasileira, nesta primeira parte do trabalho serão apresentadas as críticas formuladas pelo autor sobre (1) a educação escolar brasileira e (2) a valorização social do “doutor”.

1. Lima Barreto e a educação escolar brasileira

A República Velha foi um período marcado por uma rica legislação educacional⁴⁴, que não resultou, na prática, em uma democratização do ensino. Essas inúmeras reformas legislaram sobre o ensino superior em todo o país e regulamentaram o ensino primário e secundário no Distrito Federal. Apesar da tão reivindicada universalização da educação popular, a primeira Constituição da República, de 1891, evidenciava o descaso para com a educação primária, mantendo a descentralização desse grau de ensino, estabelecida desde 1834. Essa descentralização conservava a precariedade do ensino primário nas diversas regiões do país, uma vez que a maioria delas era incapaz de arcar com essas despesas.

O controle central sobre a organização do ensino secundário, também amplamente discutido nesse período, se fazia necessário, considerando que ele regulava o acesso ao nível superior. Num país agroexportador, como o nosso à época, não havia a necessidade concreta de universalizar a alfabetização e tampouco de incrementar um desenvolvimento técnico e científico, mas havia a necessidade de formação dos quadros burocráticos, ampliados e diversificados, tanto no setor público quanto no privado, necessidade que se intensificou com o advento da República. Essa situação colaborou para o aumento da demanda pela educação secundária e superior. A escola primária, no

⁴⁴Reforma Benjamin Constant (1890), Código Eptácio Pessoa (1901), Reforma Rivadávia Corrêa (1911), Reforma Carlos Maximiliano (1915) e Reforma Rocha Vaz (1925).

entanto, manteve-se, durante as primeiras décadas da República, nos mesmos moldes da velha “escola de primeiras letras”. Só a partir da década de vinte é que algumas reformas estaduais foram implementadas e alteraram um pouco essa situação⁴⁵.

No ensino secundário, a União tinha como responsabilidade manter o Colégio Pedro II, e os Estados, apenas um ginásio-modelo nas suas capitais. Esses ginásios se submetiam às diretrizes curriculares daquele. Boa parte das escolas, então, eram mantidas pela iniciativa privada, que se proliferou rapidamente durante o período.

Lima Barreto, em seus artigos, comenta essa situação.

Disse anteontem alguma coisa sôbre a instrução e não me julgo satisfeito.

O govêrno do Brasil, tanto imperial como republicano, tem sido madrasta a êsse respeito.

No que toca a instrução primária generalizada, coisa em que não tenho fé alguma, tôda a gente sabe o que tem sido.

No tocante a instrução secundária, limitaram-se, os governos, a criar liceus nas capitais e aqui, no Rio, o Colégio Pedro II e o Militar. Todos êles são instituições fechadas, requisitando para a matrícula de alunos nos mesmos, exigências tais, que, se fôsse no tempo de Luís XV, Napoleão não se teria feito na Escola Real de Brienne.

Ambos, e, sobretudo, o Colégio Militar, custam os olhos da cara e o dinheiro gasto com êles dava para mais três ou quatro colégios de instrução secundária neste distrito.

Acresce ainda que o govêrno sempre se esqueceu o dever de dar instrução secundária às mômças.

É um esquecimento de lamentar, porquanto tôda a gente sabe de que forma a influência de uma educação superior da mulher iria influir nas gerações.

Tôda a instrução secundária das mômças está limitada à Escola Normal, também estabelecimento fechado em que se entra com as maiores dificuldades.

(Continuo..., p.93) VU – 13/03/1915

A despesa que êle [o govêrno] tem, com os Ginásios e o Colégio Militar bem empregada daria para maior número de externatos, de liceus. Além de um internato no Colégio Militar do Rio, tem outro em Barbacena, outro em Pôrto Alegre, e não sei se projetam mais alguns por aí.

Onde êle não tem obrigação de ministrar o ensino secundário, ministra; mas aqui, onde êle é obrigado, constitucionalmente, deixa milhares de mômças a impetrar a benevolência do govêrno municipal. (Tenho esperança que..., p.65)

BA – 03/05/1918

⁴⁵ Há uma farta bibliografia sobre o pensamento e as reformas educacionais dos anos 20 e 30. Podemos destacar, entre as publicações mais recentes, MONARCHA, *A reinvenção da cidade e da multidão*:

A questão fundamental, nesse momento, era a do controle do acesso ao ensino superior; esse sim prioridade das classes dirigentes. Nesse sentido, do ponto de vista da organização do ensino, as medidas que determinavam a articulação entre o secundário e o superior eram decisivas na definição do caráter seletivo e preparatório do ensino secundário. Com exceção da Reforma Rivadávia Corrêa (1911), que propunha a autonomia entre os dois graus, fixando que o certificado de conclusão do ginásio serviria apenas como atestado de freqüência e aproveitamento de estudos no superior, as reformas Benjamin Constant (1890), Epitácio Pessoa (1901) e Carlos Maximiliano (1915) fizeram do secundário a passagem única para o superior. A Reforma Carlos Maximiliano reforçava essa dependência entre os graus, por meio do vestibular e da necessidade do certificado de conclusão do secundário, obtido por via de exames finais e preparatórios, para o ingresso no superior.

O caráter seletivo do ensino secundário se revelava não só na reduzida quantidade de escolas, como também no valor das taxas, selos e contribuições exigidas para a freqüência dos alunos, que acabavam por fazer dos próprios estabelecimentos públicos instituições privadas, impedindo, assim, o acesso da maior parte da população. E é também isso que Lima Barreto denuncia.

No dia 24 último, eu, como de costume, ao abrir o Jornal do Comércio, procurei logo a celebrada secção e dei com êste “apedido” anônimo:

“Colégio Pedro II – Chamamos a atenção do Excelentíssimo Senhor Presidente da República para o que quer fazer naquele colégio o Senhor Ministro da Justiça. O doutor Carlos de Laet, cujo talento, competência, caráter e energia todos lhe reconhecem, com muito esforço conseguiu moralizar aquêle estabelecimento; fomos informados que o Senhor Ministro, contra o regulamento e em proveito de amigos seus, quer fazer matricular no curso gratuito alguns filhos de deputados e fidalgos, em prejuízo de candidatos pobres e que têm direito.

O Govêrno criou os lugares gratuitos para os pobres, órfãos de pai e mãe, etc.; quem quer fazer favores, faz à sua custa.

E não querem maximalismo”.

Lendo tais cousas, eu pasmei. Pois então o govêrno cobra para ensinar as matérias do curso secundário?

Até agora julgava que a freqüência no Pedro II era gratuita. Nas escolas superiores, até bem pouco o era, só se pagando uma taxa de matrícula e uma outra de exame, relativamente módicas. Como é que o govêrno facilitava assim

o advento de doutôres e bacharéis e dificultava a aprendizagem das humanidades, estudo mais útil que tôdas as sabenças jurídicas e médicas e daquelas que o famigerado Clube de Engenharia guarda o segredo?

Sabia também que o govêrno mantém quatro colégios militares que se vão multiplicando por todo o Brasil, sustentados por grandes verbas, em que uma grande parte dos alunos internos é gratuita.

Como é então que no Externato Pedro II, que o governo republicano herdou do Império, o único que me parecia acessível aos pobres e remediados, eram pagas as mensalidades de freqüência?

Onde estaria isto? Em que lei?

Quando me acodem interrogações dessa natureza, a primeira cousa que faço é abrir a Constituição. Foi o que fiz. Lá encontrei, no Capítulo IV, art. 35, n° 4, entre as atribuições não privativas do Congresso, o seguinte:

“Prover à instrução secundária no Distrito Federal”.

Lá está e todos podem ler o que transcrevi aí. Mas, como é que o Congresso dava provimento a essa sua atribuição?

Com o Colégio Militar? Este colégio, que é caríssimo ao país, não passa de um estabelecimento muito especial, destinado a meninos de certa origem e nascimento. Com o Pedro II? Mas lá se taxam as freqüências e o número de alunos é limitado.

Deixei o remédio fácil de invectiva à nossa democracia; mas fiquei atarantado e não pude atinar que, após quase trinta anos de República, o Congresso não tivesse pensado no assunto, quando já criou mais três colégios militares nos Estados.

Será possível que os luminares do nosso parlamento acreditem que um único externato, pago ou não, possa atender à fome de estudar dos rapazes de uma cidade de um milhão de habitantes?

Porque não fundam outros?

Porque foram fundar tantos colégios militares, nos Estados, e esqueceram-se do mandamento da Constituição que parece impor ao Congresso o dever de tratar primeiramente da instrução secundária no Distrito Federal?

(...)

O procedimento do govêrno federal no que toca à instrução secundária do Distrito Federal, tem sido até hoje de um descaso sem limites.

Contentou-se até hoje com a manutenção de um único externato, tendo matrículas só acessíveis aos filhos de poderosos e influentes. Os outros estabelecimentos que mantém, são ainda mais fechados e segregados à procura da grande massa de infantes.

Além disto, não criou colégios secundários para môças; entretanto, apesar dêsse desprezo, dêsse esquecimento criminoso, para atender solicitações políticas, aumenta todos os anos os colégios militares, anima a criação de escolas superiores e dá a entender que, quem não fôr militar ou tiver dinheiro, deve deixar os seus filhos na instrução primária que já dá capacidade para ser eleitor. (Pela “secção livre”, p.230-233) BA – 26/03/1919

Os jornais se assanham em considerações porque se verifica uma diminuição na freqüência das escolas públicas municipais desta cidade.

A tal respeito, eu conversei com o meu amigo Domingos Magarinos, a quem, há dias, (*ça va sans dire*), eu vi cobrindo com um guarda-sol uma adjunta,

naturalmente gentil, na rua em que moro e onde há uma escola pública.

(...)

Por minha conta, pus-me a pensar. Digo eu: tudo está caro. Botas, chitas, chapéus, tamancos custam os cabelos da cabeça. A municipalidade não dá mais livros, nem lápis, nem cadernos – não dá nada! Como é que os pobres pais pobres, ganhando o que mal dá para comer e morar, poderão arcar com as pequenas despesas da manutenção de seus filhos e filhas no colégio primário? Não podem. (A frequência escolar, p.112) MA –30/10/1920

Além dessa precariedade do ensino primário estar diretamente ligada à falta de investimento do Estado, a própria questão da formação de professores, que poderia ser equacionada pelo secundário, não foi resolvida durante todo o período da Primeira República. Esse tema só passou a ser discutido mais seriamente a partir do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, em 1932⁴⁶. A ampliação do ensino primário, tão propalada e não concretizada, exigia evidentemente a formação de professores. Vale notar que a Reforma Benjamin Constant (1890) reforçava a exigência do diploma do Curso Normal para o magistério do ensino primário, mas até a década de 30 nada de concreto foi realizado para a ampliação dos cursos de formação de professores primários.

... penso nas mil e tantas meninas que todos os anos acodem ao concurso de admissão à Escola Normal.

Tudo têm os sábios da Prefeitura imaginado no intuito de dificultar a entrada. Creio mesmo que já se exigiu Geometria Analítica e Cálculo Diferencial, para crianças de doze a quinze anos; mas nenhum dêles se lembrou da medida mais simples. Se as moças residentes no Município do Rio de Janeiro mostram de tal forma vontade de aprender, de completar o seu curso primário com um secundário e profissional, o govêrno só deve e tem a fazer uma cousa: aumentar o número das escolas de quantas houver necessidade.

Dizem, porém, que a municipalidade não tem necessidade de tantas professôras, para admitir cêrca de mil candidatas a tais cargos, a despesa, etc. Não há razão para tal objecção, pois o dever de todo o govêrno é facilitar a instrução dos seus súditos.

Tôdas as mil que se candidatassem, o prefeito não ficava na obrigação de fazê-las professôras ou adjuntas. Educá-las-ia só e estabelecesse um processo de escolha para sua nomeação, depois que completassem o curso.

As que não fôssem escolhidas, poderiam procurar o professorado particular e, mesmo como mães, a sua instrução seria utilíssima.

Verdadeiramente, não há estabelecimentos públicos destinados ao ensino

⁴⁶ Sobre essa questão, consultar XAVIER, *Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)*, 1990.

secundário às moças. O governo federal não tem nenhum, apesar da Constituição impor-lhe o dever de prover essa espécie de ensino no Distrito. Êle julga, porém, que só são os homens que necessitam dêle; e mesmo os rapazes, êle o faz com estabelecimentos fechados, para onde se entra à custa de muitos empenhos.

(...)

Diante dêsse espetáculo de mil e tantas meninas que querem aprender alguma cousa, batem à porta da Municipalidade e ela as repele em massa, admiro que os senhores que entendem de instrução pública, não digam alguma cousa a respeito. (Tenho esperança que..., p. 64-65) BA – 03/05/1918

Em resumo, em função de todos esses problemas que identifica na organização do ensino primário e secundário, Lima Barreto sugere a extinção do Colégio Pedro II e dos colégios militares como uma alternativa para a democratização do ensino.

Se há alguma coisa a fazer em instrução que não seja a de fabricar doutôres, é extinguir todos os colégios militares e o Pedro II, criando por todo o Rio de Janeiro liceus, ao jeito dos franceses, para môças e rapazes, de forma que os favores do Estado alcancem todos.

Os colégios militares são sobremodo um atentado ao nosso regimen democrático; é preciso extingui-los e aproveitar os respectivos professores e material, na instrução da maioria.

Pelo menos, a República devia fazer isso. (Continuo..., p.93-94) VU – 13/03/1915

E vai além nessa crítica, sugerindo também a extinção dos colégios religiosos.

A confiscação dêsses bens [de certas ordens religiosas], obriga, para ser a medida completa, o governo a suprimir inteiramente todos os colégios de religiosos de ambos os sexos, sobretudo os destinados a moças ricas, por intermédio dos quais, o clero acaba dominando os seus futuros maridos ou amantes; e, sabendo-se que êstes são, em geral, pessoas poderosas e em altos cargos, a gente de sotaina pretende, dêsse modo, influir nos atos dos poderes políticos do país... (No ajuste de contas..., p.94) BA – 11/05/1918

Como podemos observar, Lima Barreto critica com contundência a situação do ensino primário e secundário de sua época. No entanto, apesar das mazelas que denuncia, não deixa de reconhecer alguma utilidade concreta nesses níveis de ensino.

Do ensino primário, nós podemos aquilatar o que êle vale com muita simplicidade e rapidez. É ver uma criança entrar para o “tico-tico” e, daí a uns três ou quatro anos, encontrá-la a ler o jornal e a fazer a conta de dividir. Tiramos logo a conclusão. (As reformas e os “doutores”, p.237) FM – 16/01/1921

O ensino secundário tem provas de que vale ainda alguma coisa, nas tramóias e falsificações, sabidas ou não, de que muitos candidatos a doutor lançam mão para obter-lhes os certificados indispensáveis⁴⁷. (As reformas e os “doutores”, p.237) FM – 16/01/1921

Em contrapartida, em relação ao superior, que é o nível de ensino do qual mais se ocupou, faz um julgamento extremamente desfavorável.

De todos os graus do nosso ensino, o pior é o superior; e tôda a reforma radical que se quisesse fazer nêle, devia começar por suprimi-lo completamente. O ensino primário tem inúmeros defeitos, o secundário maiores, mas o superior, sendo o menos útil e o mais aparatoso, tem o defeito essencial de criar ignorantes com privilégios marcados em lei, o que não acontece com os dois outros. (A universidade, p.118-119) FM – 13/03/1920

De fato, durante a Primeira República, houve uma acentuada ampliação do ensino superior. Essa ampliação/facilitação chegou a ameaçar a sua principal função, que era a de fornecedor de diplomas que garantiam a ocupação de cargos de maior remuneração, poder e prestígio⁴⁸.

Como forma de conter a desvalorização do título do ensino superior, conseqüência das muitas reformas educacionais ocorridas no período, que chegaram a desoficializá-lo para expandir a oferta onde havia demanda, outras fizeram-se necessárias para acentuar o seu caráter seletivo. Esse movimento de expansão/contenção do ensino superior ficou conhecido como “expansão controlada”⁴⁹.

⁴⁷ Voltaremos à questão das fraudes nos preparatórios e nos exames do ensino superior ainda nesta parte do trabalho.

⁴⁸ A esse propósito, conferir CUNHA, *A universidade temporã: da Colônia à Era de Vargas*, 1986, p.147.

⁴⁹ A Reforma Benjamin Constant (1890) concedeu equiparação das escolas estaduais às federais, promovendo a modernização do ensino em moldes europeus. O Código Eptácio Pessoa (1901) complementou o processo de desoficialização do ensino promovendo a equiparação entre as escolas privadas e oficiais, sob inspeção nos currículos. A Reforma Rivadávia Corrêa (1911) desoficializou completamente o ensino, concedendo plena autonomia didática e administrativa, acabando com o monopólio estatal na concessão de diplomas e títulos e retornando ao sistema de admissão nas próprias faculdades. A Reforma Carlos Maximiliano (1915) recuperou a oficialização do ensino, colocando limites estreitos à equiparação, concedendo-a por meio de rigorosa inspeção, e resolveu o problema da expansão

Mesmo com esse controle, só no período de 1891 a 1910 já haviam sido criadas 27 escolas superiores: 9 dentre medicina, obstetrícia, odontologia e farmácia, 8 de direito, 4 de engenharia, 3 de economia e 3 de agronomia⁵⁰.

Lima Barreto, em sua produção jornalística, denunciava essa situação.

O nosso ensino superior, que é o mais desmoralizado dos nossos ramos de ensino; que se impregnou, com o tempo, de um espírito de serviçal da burguesia rica ou dos potentados políticos e administrativos, fazendo sábios e, agora, privilegiados, seus filhos e parentes – o nosso ensino superior, com as suas escolas e faculdades, não é mais destinado a formar técnicos de certas e determinadas profissões de que a sociedade tem “precisão”.

Os seus estabelecimentos são verdadeiras oficinas de enobrecimento, para dar títulos, pergaminhos, – como o povo chama os seus diplomas, o que lhes vai a calhar – aos bem nascidos ou pela fortuna ou pela posição dos pais.

Armados com as tais cartas, os jovens doutôres podem se encher de várias prosápias e afastar concorrentes mais capazes.

Não tem outro fim atualmente o nosso ensino superior; e, quanto mais as leis e regulamentos favorecem os “formados” para o exercício de cargos que muito remotamente ou nenhuma relação têm com as habilidades que o diploma lhes confere, tanto mais êle há de cair, não só pelo exagerado número de alunos que se encaminharão para os atuais, determinando um inevitável atropêlo nos cursos e nos exames, como também pela criação de novos, que serão por vários motivos insuficientes no que toca a laboratórios, gabinetes, etc., fornecendo um ensino defeituoso; e ainda mais, porque os pais, tios, tutores, vendo o futuro dos filhos, sobrinhos e pupilos, só garantido com o “canudo de lata”, hão de empregar todos os recursos, processos e manhas, para obter a aprovação dos seus candidatos e vê-los afinal munidos com o diploma – “abre-te, Sésamo!”

Quem viveu entre estudantes, sabe bem o que vale em geral o nosso ensino chamado superior. (As reformas e os “doutôres”, p.236-237) FM – 16/01/1921

De fato, o incremento da burocracia estatal e privada e a diversificação econômica, geradas pelas iniciativas de industrialização e pela aceleração da urbanização, exigiam um certo número de pessoas habilitadas pelo ensino superior, e tanto as camadas médias como as altas, por motivos distintos, pressionavam a ampliação de vagas: a elite oligárquica para se manter no poder e as camadas médias para obter ascensão social.

controlada com a criação do vestibular e a obrigatoriedade do diploma do secundário para a matrícula no superior. A última reforma desse período, Rocha Vaz (1925), liquidou definitivamente a autonomia didática e administrativa, fixou o currículo no superior e aperfeiçoou o vestibular.

⁵⁰ Conferir CUNHA, *Ensino superior e universidade no Brasil*, 2000, p.158.

Se até a década de 1880 o ensino superior contava com uma média de 2.300 estudantes, distribuídos por escolas especializadas em campos reduzidos do saber, tais como medicina, engenharia, direito e agronomia, localizadas em apenas sete cidades (Rio de Janeiro, São Paulo, Ouro Preto, Salvador, Recife/Olinda, Cruz das Almas e Pelotas), no final da Primeira República já havia por volta de 20 mil estudantes. O número de escolas superiores se ampliou e houve uma considerável diversificação de cursos e de cidades atendidas⁵¹.

Lima Barreto reconhecia essa expansão acelerada do ensino superior.

Apesar de essa questão aparecer predominantemente na sua produção jornalística, é recorrente também na ficcional. Um exemplo disso encontra-se no conto *Milagre de Natal*, na passagem em que o narrador descreve a personagem Guaicuru.

Guaicuru era de Mato Grosso... Nomeado para a alfândega de Corumbá, transferira-se para a delegacia fiscal de Goiás. Ai, passou três ou quatro anos, formando-se, na respectiva faculdade de Direito, porque não há cidade do Brasil, capital ou não, em que não haja uma. (*Milagre do Natal*, p.206) VM – 24/12/1921.

Ainda ligada ao ensino superior, uma outra questão que chama a atenção na produção jornalística de Lima Barreto é a crítica à criação de universidades. Essa crítica relaciona-se à falta de especialização e ao desperdício de dinheiro no ensino superior, que tem na idéia de universidade como um centro de difusão da “cultura desinteressada” seu exemplo mais acabado.

Não há dúvida alguma que o ensino público vai melhorar e aperfeiçoar-se de tal modo que é bem possível que, em breve, desapareça de todo o analfabetismo, coisa que, no dizer de muitos, é causa do nosso atraso.

O Senhor Alfredo Pinto⁵², que, além de cuidar de Justiça, trata de tapetes, demonstrou ao chefe do Estado, a necessidade de se criar nesta cidade uma universidade.

Que fez o presidente?

Catou aqui e ali algumas escolas e faculdades; esqueceu a do Senhor Afrânio; e – bumba! – decretou a existência de uma universidade nesta muito leal e heróica cidade.

A nova universidade tem, entretanto, uma coisa original. As outras têm uma

⁵¹ Conferir CUNHA, *A universidade temporã: da Colônia à Era de Vargas*, 1986, p.147-148.

⁵² Alfredo Pinto era Ministro do Interior no Governo do Presidente Epitácio Pessoa.

faculdade de direito; a nossa tem duas.

Entretanto, não possui uma de teologia.

As duas faculdades de direito, tácitamente oficializadas⁵³, amanhã, com tal duplicata, vão causar atrapalhões ao congresso para aquinhoar os respectivos lentes com os direitos e vantagens dos verdadeiros oficiais.

Tal cousa é muito de lamentar, pois, ao que se diz a criação de tal universidade não visa senão isso.

As universidades clássicas não ensinam cousas de engenharia. Têm, é verdade, uma faculdade de ciências físicas e matemáticas; mas no que se refere à engenharia pròpriamente, o ensino é feito fora delas.

Na nossa, podemos aprender até montar campainhas elétricas.

Nem as famosas dos Estados Unidos!

Essa universidade está parecendo com os prédios da avenida; é só fachada, e mais nada!

Verdadeiramente o bom senso não é a nossa principal qualidade de povo!

Enfim, era preciso que tivéssemos uma originalidade qualquer, e essa parece ser a mais frisante. (A Universidade, p.137-138) CRJ – 25/09/1920

Para compreender em que contexto educacional Lima Barreto fazia sua avaliação é importante recordar a criação da Universidade do Rio de Janeiro, realizada por meio do Decreto n. 14.343, de 7 de setembro de 1920, baseado, por sua vez, no Decreto de 1915, que procurou reorganizar o ensino secundário e superior em todo o país. Apesar de muito discutida desde a Assembléia Constituinte de 1823, a Universidade só apareceu legalmente no Decreto de 1915, e tendo como principal característica constituir-se por uma reunião de faculdades já existentes.

Em 1915 se formalizava, pela primeira vez, a possibilidade de criação de universidades. O Art. 6. do Decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915, afirmava que o Governo Federal, quando achasse oportuno, reuniria em Universidade as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, e que dispensaria a taxa de fiscalização e forneceria gratuitamente um prédio para o seu funcionamento⁵⁴.

A principal iniciativa do Governo Federal, na década de vinte, no que se refere à educação superior, foi a instituição da Universidade do Rio de Janeiro. Embora a discussão sobre o tema universidade viesse se ampliando desde o final do período

⁵³ Sobre a fusão das duas Faculdades Livres de Direito do Rio de Janeiro, conferir NAGLE, *Educação e sociedade na Primeira República*, 1974 e VENÂNCIO FILHO, *Das arcadas ao bacharelismo*, 1982.

⁵⁴ Conferir NAGLE, *Educação e sociedade na Primeira República*, 1974, p.128.

imperial, influenciada pela difusão do ideário liberal, ela não se traduziu em realizações concretas, uma vez que a criação da universidade se reduziu a um agrupamento ou justaposição de faculdades já existentes, não havendo integração nem quanto ao espaço físico.

O debate entre o modelo profissional e o científico reaparecerá com maior ênfase no cenário nacional, assunto não ignorado nas obras de Lima Barreto, como se verá mais adiante.

Em muitos artigos e crônicas vamos encontrar uma ironia à inutilidade dos currículos da educação superior. O trecho que se segue, pelo exagero, é emblemático nesse sentido:

Os excelentes resultados que tem dado a Academia de Altos Estudos, onde o Visconde de Afrânio Peixoto ensina a vida edificante de Gotamo Buda e explica o Zend-Avesta, levaram diversos homens de boa vontade a fundar nesta cidade uma Universidade de Alta Cultura, cujo programa de ensino podemos dar em resumo.

Uma das cadeiras que será a mais pura novidade pedagógica entre nós, consistirá no ensino de comentar telegramas da Havas, United Press, etc. com auxílio de revistas, dicionários geográficos e de celebridades contemporâneas. Até agora, ninguém sabia fazer isto aqui; e foi o Barão do Rio Branco quem iniciou essa formidável e transcendente disciplina entre nós.

(...)

Uma outra cadeira que nela haverá, será a de “Criação de Galinhas”. Não há nada que demonstre mais saber em um homem que o versar com proficiência sôbre semelhante assunto.

(...)

Isto já é Alta Cultura e será mais alta ainda se o sábio escrever uma obra a respeito e vender a edição ao Ministério da Agricultura.

É o que a universidade futura pretende ensinar. (Alta Cultura, p.132-133) CRJ – 10/07/1920

Como observamos, Lima Barreto é crítico severo da idéia de universidade. Seu principal argumento, compartilhado pelos positivistas⁵⁵, era o de que propagaria a cultura universalista, erudita, verbalista e humanista, importando pouco o desenvolvimento científico e a difusão de técnicas, que, segundo ele, seriam indispensáveis para a preparação de mão-de-obra especializada.

⁵⁵ Sobre a posição contrária dos positivistas à universidade, consultar COSTA, *Contribuição à história das idéias no Brasil*, 1967.

Voltam os jornais a falar que é tenção do atual govêrno criar nesta cidade uma universidade. Não se sabe bem porque e a que ordem de necessidades vem atender semelhante criação. Não é novo o propósito e de quando em quando, êle surge nas fôlhas, sem que nada o justifique e sem que venha remediar o mal profundo do nosso chamado ensino superior.

Recordação da Idade Média, a universidade só pode ser compreendida naquele tempo de reduzida atividade técnica e científica, a ponto de, nos cursos de suas vetustas instituições de ensino, entrar no estudo de música e creio mesmo a simples aritmética.

Não é possível, hoje, aqui no Brasil, que essa tradição universitária chegou tão diluída, criar semelhante coisa que não obedece ao espírito do nosso tempo, que quer nas profissões técnicas cada vez mais especialização.

O intuito dos propugnadores dessa criação é dotar-nos com um aparelho decorativo, suntuoso, naturalmente destinado a fornecer ao grande mundo festividades brilhantes de colação de grau e sessões solenes.

Nada mais parece que seja o intuito da erecção da nossa universidade. (A universidade, p.118) FM – 13/03/1920

O autor acentua o caráter “atrasado” e, portanto, inadequado “ao espírito do nosso tempo”, da instituição universitária. Essa crítica é estendida a todo o curso superior, visto como inútil para o desenvolvimento científico. Na crônica *Sabedoria esverdinhada*, por exemplo, a idéia de que os conteúdos veiculados pela escola são estéreis é atribuída a um literato e bacharel, e aparece em uma discussão acalorada com um positivista, que o narrador nomeia de “esverdinhado”⁵⁶.

– Sou bacharel em ciências físicas e matemáticas, engenheiro militar, civil, de minas, industrial, agrônomo, etc, pela Escola Militar do Brasil, o primeiro estabelecimento científico do mundo.

– Assombra-me que a antiga Escola Militar, tendo sido isto, não tivesse ela, por intermédio dos seus alunos e lentes, no século que passou, de grandes invenções e descobertas, de teorias e hipóteses as mais ousadas nas ciências físico-matemáticas e em outras, contribuído em nada para isso. Admiro-me! (Sabedoria esverdinhada, p.145) CRJ – 11/12/1920

⁵⁶ Numa clara ridicularização dos conhecimentos do “esverdinhado”, vejamos como o próprio narrador o define: “... um cidadão jactancioso que, ao ouvi-lo falar sentenciosamente sôbre tudo, teríamos de julgá-lo uma espécie de Aristóteles, ou Diderot, ou Humboldt... Parecia, não só que êle sabia tudo o que é sabedoria dêste mundo e dos outros, como não tinha deixado um bocadinho dela para os outros saberem alguma cousa. Era um dêsses falsos sábios positivistas, insolentes e agressivos, cuja sabedoria máxima consiste em descompor e repetir uns chavões comtistas, cobrindo de um calculado desdém o adversário”. (Sabedoria esverdinhada, p.144) CRJ. A crítica ao positivismo será abordada na parte II.

A falta de especialidade técnica aparece também na fala do doutor Matamorros⁵⁷.

Apesar de engenheiro, eu não tinha atividade ou especialidade técnica ou profissional qualquer; era “doutor”. Porém, como me havia casado bem e os meus parentes fôssem influentes, na política, eu pleiteara e arranjara ser diretor geral das Águas Medicinais do Brasil, de que nada entendia⁵⁸. (O poderoso doutor Matamorros, p.161) CRJ – 05/02/1921

É preciso considerar que, durante a Primeira República, as escolas de ensino superior especializado compreendiam o técnico-profissional (agronomia, veterinária e comercial), o artístico-liberal (arte dramática, belas-artes e música), o eclesiástico, o militar e o de higiene e saúde pública⁵⁹. Essas escolas eram de natureza estritamente profissional, como as de Direito, de Medicina e de Minas, a Escola Politécnica e a de Farmácia e Odontologia, não existindo ainda as de especialização intelectual, de caráter filosófico, científico ou literário⁶⁰. Porém, se tomarmos para exame os currículos dessas instituições superiores profissionais, verificaremos que, mesmo contando com disciplinas tidas como científicas, estas acabavam por dar um caráter enciclopédico à formação.

Esse tipo de currículo enciclopédico é censurado por Lima Barreto, quando se refere à criação, pela Diretoria de Saúde Pública, da Escola Prática de Enfermeiros. O autor faz essa crítica apresentando, ironicamente, uma “proposta alternativa”, ainda mais desconectada da formação prática.

Com tôda a pompa oficial, na presença de altas autoridades, inclusive Sua Excelência, o Senhor ministro do Interior, a Diretoria de Saúde Pública, em dias da semana passada, inaugurou uma Escola Prática de Enfermeiros.

Consta do seu programa de ensino várias disciplinas da mais alta importância para enfermeiros práticos, como sejam: física, anatomia, fisiologia, terapêutica, etc.

A muita gente um tal programa se afigurou pomposo e inútil para formar

⁵⁷ Matamorros, rico e poderoso, era diretor geral das Águas Medicinais. Justifica assim o fato de ocupar um cargo para o qual não tinha conhecimento, apesar de estar habilitado para tal: “O meu serviço era mandar compilar relatórios sobre Carlsbad, Tiflis, Ems e outras estações afamadas de águas medicinais de todo o mundo; e, postos no vernáculo, assiná-los e mandá-los ao ministro”. (O poderoso doutor Matamorros, p.162) CRJ

⁵⁸ A relação entre ensino superior e casamento será aprofundada ainda na parte I do trabalho.

⁵⁹ A esse propósito, ver NAGLE, *A educação na Primeira República*, 1990, p.281.

⁶⁰ *Ibidem*, p.278.

enfermeiros práticos no seu ofício. Outros viram no propósito a idéia de substituir as academias de sessenta mil-réis que tanta celeuma causaram e foram, ao que parece, extintas, ou vão ser, com a recente reforma do ensino público.

Não sei ao certo quais os intuitos dos criadores da escola, pondo no seu programa tão altas disciplinas; mas peço vênia para lembrar que, se êles querem fabricar bons enfermeiros práticos, não devem seguir tal programa. Modéstia à parte, eu possuo um muito melhor e digo isto por dois motivos:

a) não sou médico.

b) nunca fui enfermeiro.

Mas, como curioso, leio essas cousas de enfermaria e conheço algumas escolas dessa profissão da sábia Alemanha, pela leitura de revistas, certamente.

Há uma em Munique muito afamada cujo programa é o seguinte:

1º ano – 1ª cadeira: geometria analítica e cálculo diferencial e integral; 2ª cadeira: literatura comparada.

2º ano – 1ª cadeira: máquinas motrizes e operatrizes; 2ª cadeira: economia política.

A outra escola de que tenho lembrança é a que existe em Dresden. O seu programa é mais simples: 1º ano – 1ª cadeira: direito romano; 2ª cadeira: história das religiões. 2º ano – 1ª cadeira: termodinâmica; 2ª cadeira: hidráulica ou jôgo de xadrez.

Ambas, ao que dizem, têm dado os melhores resultados e não há motivos para que não as imitemos. (Uma lembrança, p.111-112) VU – 16/10/1915

A mesma avaliação é feita em relação ao currículo da Escola de Polícia.

Um dia dêstes, êle [general Silva Pessoa], com todo êsse aparato de manobras gymnásticas e de abecedário humano, inaugurou uma escola, para formar oficiais de polícia. A escola tem dous anos e cada um dêstes seis cadeiras que, por ora se chamam modestamente aulas.

Tôda a sabedoria do curso é transmitida por conspícuos lentes militares; e ela, a sabedoria, vai do instável “Português”, passa pela Geografia, pela Instrução Cívica, pela Geometria e Trigonometria rectilínea, toca no Francês, na História, no Militar do Brasil (que será isto?), na Física, na Química, deixa de lado a Analítica, o Cálculo, a mecânica e chega a Balística.

O curso é modesto, mas é sábio; e é de crer que, com o tempo, êle se venha a desenvolver e a tímida escola que agora ensaia os seus primeiros passos, venha a se transformar em uma verdadeira escola de importância.

Há de expedir diplomas, pergaminhos – como os chama a presunção doutoral; há de haver colação de grau, a exemplo das demais, com saraus e chás dançantes, discursos filosóficos e políticos; há de ser instituído um pergaminho ou uma tatuagem que bem destaque os “formados” por ela do vulgacho que não é doutor em cousa alguma; etc., etc. (Os doutores militares da polícia, p.168-169) CRJ – 12/03/1921

A concepção de inadequação do ensino à realidade levava o autor a questionar o currículo e a seriação do curso superior, em defesa de uma escolha espontânea do estudante a partir das imposições das ocupações profissionais.

A instrução superior não devia ter seriação⁶¹ alguma.

O govêrno subvencionaria lentes, ajudantes, laboratórios, etc., sem prometer, ao fim do curso, que o estudante seria isto ou aquilo: bacharel ou dentista; engenheiro ou médico.

O estudante faria mesmo a escolha das matérias que precisasse, para exercer tal ou qual profissão.

Hoje, as profissões liberais se entrelaçam de tal modo e se dividem de tal forma, que, prender uma cabeça em um curso, é obrigá-la a estudar o que não precisa estudar e não aprender o que precisa aprender.

No mais, a mais livre concorrência.. (A instrução pública, p.92) VU – 11/03/1915

Outros que só se destinam a ter título de engenheiro que efetivamente quer ser engenheiro e assim por diante, de forma que o sujeito se dedicasse de fato aos estudos respectivos, não se consegue com um simples rótulo de universidade ou outro qualquer.

Os estudos propriamente de medicina, de engenharia, de advocacia, etc., deviam ficar separados completamente das doutrinas gerais, ciências constituídas ou não, indispensáveis para a educação espiritual de quem quer ter uma opinião e exprimi-la sôbre o mundo e sôbre o homem.

A êsse ensino, o Estado devia subvencionar direta ou indiretamente; mas o outro, o técnico, o de profissão especial, cada um fizesse por si, exigindo o Estado para os seus funcionários técnicos que êles tivessem um estágio de aprendizagem nas suas oficinas, estradas, hospitais, etc...

Sem privilégio de espécie alguma, tendo cada um de mostrar as suas aptidões e preparo na livre concorrência com os rivais, o nível do saber e da eficiência dos nossos técnicos (palavra da moda) havia de subir muito. (A universidade, p.119) FM – 13/03/1920

Feito isso [o livre exercício de qualquer profissão], declararia também extintas as atuais faculdades e escolas que êle [Estado] mantém.

Substituiria o atual ensino seriado, reminiscência da Idade Média, onde, no *trivium*, se misturava a gramática com a dialética e, no *quadrivium*, a astronomia e a geometria com a música, pelo ensino isolado de matérias, professadas pelos atuais lentes, com os seus preparadores e laboratórios.

Quem quisesse estudar medicina, freqüentaria as cadeiras necessárias à especialidade a que julgasse inúteis.

Aquêle que tivesse vocação para engenheiro de estrada de ferro, não precisava estar perdendo tempo estudando hidráulica. Freqüentaria tão-sòmente as cadeiras de que precisasse, tanto mais que há engenheiros que precisam saber disciplinas que até bem pouco só se exigiam dos médicos, tais como os

⁶¹ O autor parece utilizar o termo seriação na acepção mais ampla de currículo.

sanitários; médicos – os higienistas – que têm de atender a dados de construção, etc.; e advogados a estudos de medicina legal.

Cada qual organizaria o programa do seu curso, de acôrdo com a especialidade da profissão liberal que quisesse exercer, com tôda a honestidade e sem as escoras de privilégio ou diploma todo poderoso.

Semelhante forma de ensino, evitando o diploma e os seus privilégios, extinguiria a nobreza doutoral; e daria aos jovens da Bruzundanga mais honestidade no estudo, mais segurança nas profissões que fôssem exercer, com a fôrça que vem da concorrência entre homens de valor e inteligência nas carreiras que seguem. (O ensino na Bruzundanga, p.75) BR

Nos romances e contos também encontramos uma crítica à inutilidade dos currículos escolares. Em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, o protagonista⁶², comentando a epidemia que dizimou suas aves, assim lamenta:

E não havia quem soubesse curar. Numa terra, cujo govêrno tinha tantas escolas que produziam tantos sábios, não havia um só homem que pudesse reduzir, com as suas drogas ou receitas aquêle considerável prejuízo. (TF, p.183)

Ainda sobre essa desarticulação entre o conteúdo aprendido na escola e as necessidades da realidade, há referências no mesmo romance. Essa idéia aparece nas vozes de um grupo de funcionários públicos⁶³.

– Como ia dizendo, continuou Sigismundo, apesar de não ser militar, eu me animo a dizer que a nossa fôrça está muito por baixo. Onde está um Pôrto Alegre, um Caxias?

– Não há mais, meu caro, confirmou com voz tênue o doutor Florêncio.

⁶² Policarpo Quaresma era subsecretário do Arsenal de Guerra. “... Vivendo em casa própria e tendo outros rendimentos além do seu ordenado, o Major Quaresma podia levar um trem de vida superior aos seus recursos burocráticos, gozando, por parte da vizinhança, da consideração e respeito de homem abastado”. (TF, p.27-28)

⁶³ Sigismundo era capitão de bombeiros. “O doutor Florêncio era o único paisano da roda. Engenheiro e empregado público, os anos e o sossêgo da vida lhe tinham feito perder todo o saber que porventura pudesse ter tido ao sair da escola. Era mais um guarda de encanamentos do que mesmo um engenheiro” p.72). Caldas: “... O contra-almirante era interessantíssimo... Nunca embarcara, a não ser na guerra do Paraguai, mas assim mesmo por muito pouco tempo. A culpa, porém, não era dêle. Logo que se viu primeiro-tenente, Caldas foi aos poucos se metendo consigo, abandonando a roda dos camaradas, de forma que, sem empenhos e sem amigos nos altos lugares, se esqueciam dêle e não lhe davam comissões de embarque” (p.69). Albernaz: “O general nada tinha de marcial, nem mesmo o uniforme que talvez não possuísse. Durante tôda a sua carreira militar, não viu uma única batalha, não tivera um comando, nada fizera que tivesse relação com a sua profissão e o seu curso de artilheiro. Fôra sempre ajudante de ordens, assistente, encarregado disso ou daquilo, escriturário, almoxarife, e era secretário do Conselho Supremo Militar, quando se reformou em general. Os seus hábitos eram de um bom chefe de secção e a sua inteligência não era muito diferente dos seus hábitos” (p.46-47).

- Não sei porque, pois tudo hoje não vai pela ciência?
 Fôra Caldas quem falara, tentando a ironia. Albernaz indignou-se a retrucar-lhe com certo calor:
 – Eu queria ver êsses meninos bonitos, cheios de “xx” e “yy” em Curupaiti, hein Caldas? hein Inocêncio? (TF, p.72)

A criação da Escola Profissional de Enfermeiras também mereceu a consideração de Lima Barreto. Essa escola, ligada ao Departamento Nacional de Saúde Pública, foi criada em novembro de 1922 e, em março de 1926, passou a se chamar “Escola de Enfermeiras D. Anna Nery”, como é conhecida até hoje⁶⁴. No caso dessa escola, a inadequação do seu currículo estaria assentada principalmente no fato de importar modelos americanos.

A nossa excepcional Diretoria de Saúde Pública fundou uma Escola de enfermeiras e vai em breve inaugurá-la no antigo edifício do Asilo de Mendigos. A Escola Profissional de Enfermeiras vai ser dirigida por senhora muito competente, segundo diz um jornal, de origem americana e terá professoras quase tôdas americanas.

As alunas serão internas e receberão a mensalidade de setenta e cinco mil-réis. Nós vamos ver como vão correr à matrícula môças e mocetonas. As vantagens são muitas; e, demais, uma escola *up-to-date*, dirigida por americanas *comme il faut*, é de tentar. Se vestisse saias e estivesse na idade, logo acudia à benemerita instituição, para pôr meu nome no respectivo livro e apresentar meus títulos. De resto, que curso supimpa! Êle é de dous anos e quatro meses. Não acham que essa fracção de quatro meses é demonstração da proficiência com que a escola foi organizada? Antigamente nós dividíamos os nossos cursos em anos inteiros que, em geral, eram de menos de seis meses; vieram as americanas, porém, e acharam que era de boa savença êsse contrapêso de quatro meses.

(...)

Ê verdade que o programa fala em primeiro e segundo ano; mas, como os nossos anos letivos são de menos de seis meses, os dos americanos – povo empreendedor e ativo – devem ser de quatorze.

Demais, êles contêm cousas complicadas: história e ética da enfermagem (que discursos não dá!), noções de microbiologia, de matéria médica, de física, de química, nutrição e cozinha (bem achado!), etc, etc. Falta ainda alguma cousa, como: botânica, zoologia, astronomia, metereologia, oceanografia e uma cadeira sôbre o rádio e suas aplicações na medicina, sem esquecer algumas mais.

Desejo muito a prosperidade da escola – o que certamente vai acontecer. Se tal

⁶⁴ Sobre esse assunto, consultar RIZZOTTO, *História da Enfermagem e sua relação com a saúde pública*, 1999. Nesse trabalho, a autora discute a organização da Escola de Enfermagem Anna Nery e nos revela que, apesar do discurso proclamado pelo governo republicano de que a sua prioridade seria a saúde pública, contraditoriamente, implementa um projeto de assistência hospitalar, em atendimento às exigências das camadas privilegiadas da sociedade. Nesse sentido, a Escola Anna Nery contribuiu na formação desses profissionais e a análise dos seus currículos permitiu à autora essa conclusão.

acontecer, – o que tudo faz esperar, vamos ver mais um quadro acadêmico nas vitrinas da Rua do Ouvidor, o das “enfermeirandas” e mais um anel simbólico nos dedos das môças – o delas.

Será tudo isto um benefício para a Saúde Pública. Ainda bem. (Escola de enfermeiras, p.92-93) CRJ –25/03/1922

A abertura da “Escola de Enfermeiras D. Anna Nery” teve uma ampla divulgação, iniciada em 1921, com Carlos Chagas, que fez um “apelo às môças brasileiras” para que fizessem a opção por essa nova profissão⁶⁵.

Quando o assunto é a profissionalização feminina, Lima Barreto faz sempre referência às Escolas Normais. Contraditoriamente, apesar da defesa da ampliação de vagas nessas escolas, já constatada anteriormente, é recorrente, em sua produção jornalística, a denúncia da inutilidade dos seus programas.

Anualmente cêrca de duas mil mocinhas procuram uma escola anormal ou anormalizada, para aprender disciplinas úteis. Todos observam o caso e perguntam:

– Se há tantas môças que desejam estudar, porque o govêrno não aumenta o número de escolas a elas destinadas? (País rico, p. 140) MA – 08/05/1920

Tenho uma vizinha que é môça da Escola Normal. Pensei cá comigo: – essas cousas meticulosas, êsses trabalhos chineses de gramática, etc., cabem bem às mulheres ou aos frades. São trabalhos de paciência e de memória que fazem dos imaginários e dos malucos torturados em achar a substância das cousas, a verdade da existência.

Vou dar essas preciosidades àquela minha vizinha que sabe de cor os nomes dos presidentes da República, de 1889 para cá, seus feitos memoráveis e datas da coroação e sagração de cada um e da sua abdicação do poder nas mãos de seus herdeiros. (Duas relíquias, p.212) BA – 28/02/1920

Cabe aqui salientar que, durante os três primeiros decênios do regime republicano, a Escola Normal teve como principal característica ser uma instituição voltada para a formação geral, em detrimento da formação profissional. Por outro lado, seu currículo também não permitia que essa escola competisse com a secundária. Dessa maneira, acabou caracterizando-se como uma escola profissional de segunda categoria⁶⁶.

⁶⁵ Ibidem, p.51.

⁶⁶ Ver NAGLE, *A educação na Primeira República*, 1990, p.269.

Em síntese, Lima Barreto ou as personagens de sua produção ficcional apresentam uma crítica clara à inadequação do ensino à nossa realidade, pela falta de um programa que propiciasse uma efetiva formação técnica, ou pela importação de modelos que não respondiam às nossas necessidades. De qualquer forma, aparece, em toda a sua produção, a idéia de uma desvinculação entre conteúdo escolar e realidade.

Nesse sentido, associados às deficiências do currículo propriamente dito, explicam-se, para o autor, os papéis desempenhados por alunos e professores na execução dos programas escolares.

No trecho abaixo, o narrador do romance *Numa e a Ninfa* explicita a concepção vigente de conhecimento, por meio da forma como o aluno Numa⁶⁷ encarava as disciplinas escolares e o conteúdo por elas veiculado.

Não que houvesse nêle um alto amor ao saber, uma alta estima às matérias que estudava e das quais fazia exame. Odiava-as até. Tôdas aquelas complicações de direitos e outras disciplinas pareciam-lhe vazias de sentido, sem substância, puras aparências e mesmo sem grande utilidade e significação, a não ser a de constituírem barreiras e obstáculos, destinados à seleção dos homens.

O jovem Numa não separava o conceito das disciplinas do da formatura; Economia Política, Direito Romano, Finanças e Medicina Legal não respondiam a certas necessidades da comunhão humana; e, se tais matérias foram criadas, descobertas ou inventadas, o foram tão-somente para fabricar bacharéis em Direito. Com as outras carreiras, acontecia o mesmo.

Tal idéia pautava e regia o seu curso. (NN, p.31)

Também a prática dos professores agravava a inadequação da educação escolar. Essa idéia aparece mais claramente no conto *O filho da Gabriela*, na passagem em que o narrador descreve as dificuldades de Horácio⁶⁸ em aprender os conteúdos escolares. Há uma crítica à forma de transmissão dos conhecimentos, a qual não propiciava condições para que os alunos estabelecessem as relações entre conteúdo e realidade.

⁶⁷ “Numa Pompílio de Castro, a recente glória da tribuna política nacional, cuja biografia ocupou quatro páginas da *Os Sucessos*, não tinha história nem interessante nem longa. Filho de um pequeno empregado de um hospital do Norte, fizera-se bacharel em Direito, à custa das maiores privações. Logo menino, não lhe solicitaram os lados extraordinários da vida. Embora humilde não foram as cumeadas da vida que êle viu. Viu a formatura, o doutorado isto é, ser um dos brâmanes privilegiados, dominando sem grande luta e provas de valor, pois, com êle, afastava uma grande parte dos concorrentes”. (NN, p.30)

⁶⁸ Horácio era filho de Gabriela, empregada na casa do Conselheiro Calaça.

Eram-lhe as horas de aula um bem triste momento. Não que fôsse vadio, estudava o seu bocado, mas o espetáculo do saber, por um lado grandioso e apoteótico, pela bôca dos professôres, chegava-lhe tisonado e um quê desarticulado. Não conseguia ligar bem umas coisas às outras, além do que tudo aquilo lhe aparecia solene, carrancudo e feroz. Um teorema tinha o ar autoritário de um régulo selvagem; e aquela gramática cheia de regrinhas, de exceções, uma coisa cabalística, caprichosa e sem aplicação útil.

O mundo parecia-lhe uma coisa dura, cheia de arestas cortantes, governado por uma porção de regrinhas de três linhas, cujo segredo e aplicação estavam entregues a uma casta de senhores, tratáveis uns, secos outros, mas todos velhos e indiferentes.

Aos seus exames ninguém assistia, nem por êles alguém se interessava; contudo, foi sempre regularmente aprovado. (O filho da Gabriela, p.216) CA – 1906

Ainda em relação aos professores, o narrador do mesmo conto menciona a “desatualização” dos materiais escolares utilizados pelo Conselheiro⁶⁹.

... No mais, lia os jornais, o câmbio especialmente, e, de manhã passava os olhos nas apostilas de sua cadeira – apostilas por êle organizadas, há quase trinta anos, quando dera as suas primeiras lições, moço, de 25 anos, genial nas aprovações e nos prêmios. (O filho da Gabriela, p.215) CA – 1906

Ligada à falta de especialização no ensino e a sua desarticulação com a realidade está a crítica à “má qualidade” desse ensino. Não é só a ausência de uma organização de disciplinas que de fato preparassem para o exercício profissional e para o desenvolvimento científico que Lima Barreto discute; o autor também enfatiza a superficialidade teórica e prática do conteúdo escolar. Esse tema pode ser apreendido tanto na sua produção jornalística quanto na ficcional.

Miguel Calmon é medalhado em máquinas pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mas nunca projetou um mancal. Miguel Turenne é medalhado em hidráulica pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mas nunca montou um encanamento de chumbo em casa burguesa. Calmon de Soissons é engenheiro pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mas nunca dirigiu uma linha de bondes em Maceió. Calmon de Sedan é lente, na escola de Engenharia da Bahia, de Cálculo e Geometria Analítica, mas nunca escreveu nada, nem sôbre as diferenciais de primeira ordem, nem sôbre os sistemas de coordenadas. (O ideal do Bel-Ami, p.180) FM – 25/11/1916

⁶⁹ O Conselheiro Calaça, padrinho de Horácio, era um “homem de mais de sessenta anos, continuava superiormente frio, egoísta e fechado, sonhando sempre uma posição mais alta. Casara-se por necessidade decorativa. Um homem de sua posição não poderia continuar viúvo”. (O filho da Gabriela, p.215) CA

Essa abusão doutoral⁷⁰, além de impedir a inovação, pondo tôdas as inteligências num mesmo molde, instilando nelas preconceitos intelectuais obsoletos; além de tudo isso, com o nosso ensino superior feito em pontos manuscritos ou impressos, em cadernos e outros bagaços, muito espremidos, das disciplinas do curso, sem professôres atentos ao progresso do saber professado por êles e, por êles encerrado no dia em que recebem o decreto de nomeação – causa tôda a nossa estagnação intelectual, desalenta os mais animosos, não dá vontade às inteligências livres para o esforço mental e vamos assim ficando como os chineses, parados intelectualmente, mas sempre cheios de admiração pelos grotescos exames de Cantão. (A superstição do doutor, p.49) BA – maio/1918

Lima Barreto identifica uma espécie de “estagnação intelectual” brasileira, que explicaria a nossa baixa produção científica. Essa estagnação seria, antes de mais nada, consequência da fragilidade dos conhecimentos veiculados pela escola.

A propósito dessa fragilidade, no romance *Numa e a Ninfa* o narrador revela como era fácil ser aprovado nos cursos apenas decorando apostilas.

...Instantes depois de acabado o exame Pompílio esquecia a disciplina. Demais, pode dizer-se que nunca vira um livro. Todo o seu curso fôra feito estudando nas apostilas, cadernos e pontos, organizados por outrem. Decorava aquêles períodos mastigados, triturados e os repetia palavra por palavra ao lente. Prevenia-se para a prova, imaginando as perguntas do professor, e organizava as respostas, citando autoridades de vários países. Foi sempre dos primeiros estudantes e, se não foi o primeiro ao fim do curso, deveu à nota baixa que tirou em Medicina Legal. Vale a pena contar o caso. O lente perguntou-lhe:
 – Qual a quantidade de arsênico que pode ser encontrado nas glândulas tiroidéias?
 Respondeu logo:
 – Dezessete gramas.
 Houve um grande espanto por parte do examinador e o estudante surpreendeu-se com o espanto do lente.
 Não fôra a sua ignorância que o fizera dizer semelhante dislate; foram os cadernos. O primeiro estudante escrevera certo; o copista que se seguira, atrapalhara-se na vírgula dos décimos e, de copista em copista, de êrro em êrro, a apostila levava Numa a repetir tão imensa tolice nas bochechas dos seus sábios professôres. O seu rival no curso aproveitou a descaída e tirou o prêmio⁷¹. (NN,

⁷⁰ É importante destacar que o autor atribui a má qualidade do conteúdo escolar, em última análise, à “abusão ou superstição doutoral”, que estaria impregnada na “mentalidade” brasileira. Essa questão será ainda explorada.

⁷¹ PRATA (2000), no trabalho *A Sebenta – uma instituição científico-pedagógica na Universidade de Coimbra (1880-1926)*, nos mostra como também era comum o uso de “apostilas” pelos alunos da Universidade de Coimbra. Conhecidas como “sebentas”, eram reproduções de apontamentos das aulas, elaboradas pelos alunos e que circulavam entre eles. Apesar da invenção da imprensa e de Marquês de Pombal ter combatido tal prática, elas se tornaram uma “instituição” consagrada e difundida através do

p.32)

Em *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, o narrador Augusto Machado⁷², justificando a opção do protagonista por não se formar⁷³, faz uma crítica à organização das disciplinas no currículo e ao métodos de ensino das escolas superiores.

Deixando de seguir um curso profissional qualquer, foi como se fugisse aos programas, para ler com mais ordem e método os autores, ao jeito de quem vai escrever uma memória ou um Félix Alcan, de sete francos e cinquenta. Fêz o seu curso à antiga, em matérias isoladas, abandonando o seriado das universidades medievais, tradição que, dominando nas nossas faculdades, faz estabelecer os mais absurdos encadeamentos de matérias e disciplinas nos seus anos ou séries. (VM, p.51)

A má qualidade do conteúdo escolar também seria fruto de um péssimo quadro docente. Professores acomodados, que não se atualizam no assunto que precisam ensinar, ou que estão mais preocupados com a ascensão social e por isso participam de fraudes nos exames escolares etc., são também responsáveis pela péssima situação do ensino retratada em suas crônicas e artigos.

Em grego, as obras consultadas foram unicamente duas, tal e qual como no guarani; e certamente, êsses dois leitores não foram os nossos professôres de grego, porque, desde muito, êles não lêem mais grego... (A Biblioteca, p.38) MA
- 13/01/1915

Ainda mais. Um dos males, decorrentes desta superstição doutoral, está na ruindade e na estagnação mental do nosso professorado superior e secundário.

tempo. Para explicar o porquê do nome “sebenta”, o autor aponta duas possibilidades: ou deve-se ao fato de que, a partir de 1796, esses apontamentos passaram a ser litografados e, para essa operação, era necessário o uso do sebo ou esse nome se cristalizou porque essas “apostilas” eram passadas de mão em mão, por muito tempo, tomando-se “sebentas”.

⁷² É interessante, nesse romance, prestarmos atenção à nota de advertência que Lima Barreto faz ao apresentar o livro. “Encarregou-me o meu antigo colega de escola, e, hoje, de ofício, Augusto Machado, de publicar-lhe esta pequena obra. Antes me havia êle pedido que a revisse. Se bem que nela nada encontrasse para retocar, não me pareceu de rigor a classificação de biografia que o meu amigo Machado lhe deu. Faltam-lhe, para isso, a rigorosa exatidão de certos dados, a explanação minuciosa de algumas passagens da vida do principal personagem e as datas indispensáveis em trabalho que queira ser classificado de tal forma; e não só por isso, penso assim, como também pelo fato de muito aparecer e, às vezes, sobressair demasiado, a pessoa do autor. Aqui e ali, Machado trata mais dêle do que do seu herói”. (VM, Advertência)

⁷³ “Filho de um general titular do Império, podia ser “muita coisa”; não quis. Era preciso ser doutor, formar-se, exames, pistolões, hipocrisias, solenidades... Um aborrecimento, enfim... Não quis; fêz-se praticante e foi indo”. (VM, p.47)

Já não bastava a indústria do ensino para fazê-lo mandrião e rotineiro, veio ainda por cima a época dos negócios e das concessões.

Explico-me:

Um mômço que, aos trinta anos, se faz substituto de uma nossa faculdade ou escola superior, não quer ficar adstrito às funções de seu ensino. Pára no que aprendeu, não segue o desenvolvimento da matéria que professa. Trata de arranjar outros empregos, quando fica nisso, ou, senão – o que é pior – mete-se no mundo estridente das especulações monetárias e industriais da finança internacional.

Ninguém quer ser professor como são os da Europa, de vida modesta, escarafunchando os seus estudos, seguindo o dos outros e com eles se comunicando ou discutindo. Não; o professor brasileiro quer ser homem de luxo e representação, para isso, isto é, para ter os meios de custear isso, deixa às urtigas os seus estudos especiais e empresta o seu prestígio aos *brasseur d'affaires* bem ou mal intencionados.

Para que exemplificar? Tudo isso é muito sabido e basta que se fale em geral, para que a indicação de um mal geral não venha a aparecer como despeito e ataque pessoal.

A universidade, coisa sobremodo obsoleta, não vem curar o mal do nosso ensino que viu passar todo um século de grandes descobertas e especulações mentais de toda a sorte, sem trazer, por qualquer dos que o versavam, um quinhão por mínimo que fôsse.

O caminho é outro; é a emulação. (A universidade, p.120-121) FM – 13/03/1920

... Os lentes das nossas escolas, com raras exceções, não se contentam com os seus vencimentos oficiais. Todos êles são mundanos, querem fazer parada de luxo, teatros, bailes, com as suas mulheres e filhas. A situação oficial que têm, dá-lhes prestígio, fazem-nos boas “figuras de proa” e seus nomes são procurados para apadrinhar as companhias, as emprêsas, mais ou menos honestas, que os especuladores de todos os matizes e nacionalidade organizam por aí.

Não é possível que um lente de química orgânica, por exemplo, que, devido às relações que tem com o capitalista Joab Manassés, foi feito, com grandes honorários, presidente da companhia de docas de um pôrto de Mar de Espanha, consiga do seu coração a violência de reprovar-lhe o filho. O Efraim, o filho de Joab Manassés, vai assim correndo os anos; e, se encontra um lente honesto, procura uma escola outra para fazer o exame que não lhe querem dar.

O que se diz do filho de Joab, pode-se dizer de milhares de outros em tôda a espécie de faculdades... (A superstição do doutor, p.41) BA – maio/1918

A maioria dos candidatos ao “doutorado” é de meninos ricos ou parecidos, sem nenhum amor ao estudo, sem nenhuma vocação nem ambição intelectual. O que êles vêem no curso não é o estudo sério das matérias, não sentem a atração misteriosa do saber, não se comprazem com a explicação que a ciência oferece da natureza; o que êles vêem é o título que lhes dá namoradas, consideração social, direito a altas posições e os diferencia do filho de “Seu” Costa, contínuo de escritório do poderoso papai.

Animados por êsse espírito, vão, com excelentes aprovações, às vêzes, obtendo os exames preliminares e, afinal, matriculam-se na academia, como dizem êles no seu jargão pretensioso – podendo ela ser civil ou militar.

Na escola ou faculdade, as cousas se passam muito mais facilmente. Não há filho de sujeito mais ou menos notável, que não vá adiante no curso, sem a menor dificuldade. É mais fácil que obter os preparatórios. (A superstição do doutor, p.40-41) BA – maio/1918

Essas fraudes nos exames escolares, denunciadas freqüentemente, concorreriam também para a má qualidade da nossa educação, uma vez que essas provas não avaliavam o seu resultado efetivo. Esse tema também é recorrente nas obras ficcionais do autor. Podemos encontrá-lo, por exemplo, no romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

... O Lulu, o único filho do general [Albernaz], impava no seu uniforme do Colégio Militar, cheio de dourados e cabelos, tanto mais que passara de ano, graças aos empenhos do pai. (TF, p.139)

No conto *Carta de um defunto rico*, o narrador, José Boaventura da Silva, um membro da classe alta, em carta póstuma faz menção à estratégia utilizada para seu filho Carlos se formar.

Essa convicção me veio com as meditações seguidas que me foram provocadas pelo fato de meu filho Carlos, com quem gastei uma fortuna em mestres, a quem formei, a quem coloquei altamente, não saber nada desta vida, até menos do que eu.

(...)

Carlos, meu filho, se leres isto, dá o teu ordenado àquele pobre rapaz que te fêz as sabatinas por “tuta-e-meia”...(Carta de um defunto rico, p.288-289) – 22/01/1921 VM

Também há referências à essa questão no conto *Harakashy e as escolas de Java*.

Como todo moço que tem legítimas ambições naquele recanto do nosso planêta, Harakashy, um javanês que foi muito meu amigo mais tarde, conseguiu entrar para a Escola dos Sapadores, a fim de acreditar-se na sociedade em que vivia, e ter o seu lugar sob o sol, com o título que a faculdade dava. Era malaio com muitas gôtas de sangue holandês nas veias, mas sem fortuna nem família. No comêço, as cousas foram indo, êle passou; mas, em breve, Harakashy desandou e foi reprovado umas dez vêzes, na universidade.

Em absoluto, não houve injustiça. O meu amigo nada sabia, porque ingênuamente deduzira dos fatos que a principal condição para ser aprovado, nos

exames de Java, é não saber. Enganava-se, porém, supondo que tal homenagem fôsse prestada a todos. Receberam-na os filhos dos grandes dignatários da colônia, dos ricos, dos homens de negócios que sabem levantar capitais; mas escolares que não têm tal ascendência, como o meu amigo, estão talhados para engrossar a estatística dos reprovados, a fim de comprovar o rigor que há nos estudos da Universidade de Batávia.

Dá-se isto, não por culpa total dos professôres; mas pelas solicitações de toda a sociedade batavense que quer seus lentes universitários, homens de salão, de teatros caros, de bailes de alto bordo; e eles, para aumentar as suas rendas, que custeiem esse luxo, têm que viver ajoujados aos ministros que dão empregos, ou aos *brasseurs d'affaires* que lhes pedem emprestados os nomes para apadrinhar emprêsas honestas, semi-honestas e mesmo desonestas, em trôco de boas gorjetas. (Harakashy e as escolas de Java, p.60-61) HS

Todos, por isso, tratam de obtê-lo e é a mais dura vicissitude da vida, ser reprovado no curso. É raro, mas acontece. Os jovens javaneses empregam toda a espécie de meios para não serem reprovados, menos estudar. Essa contingência pueril da “bomba”, na sociedade javanesa, leva às almas dos moços daquelas paragens, um travo tão amargo de desconforto que toda a felicidade que lhes chegar posteriormente não o atenuará, e muito menos será capaz de dissolvê-lo. (Harakashy e as escolas de Java, p.59-60) HS

No conto *Foi buscar lâ...*, na descrição do doutor Campos Bandeira⁷⁴, o narrador, apresentando um anti-exemplo de professor, acaba por reforçar a regra, ou seja, as fraudes.

Todos o sabiam homem de preparo e de espírito; tudo estudava e tudo conhecia. Dêle contavam-se muitas anedotas saborosas. Sem amigos, sem parentes, sem família, sem amantes, era, como examinador, de uma severidade inexorável. Não cedia a empenhos de espécie alguma, viessem donde viessem. Era o terror dos estudantes... (Foi buscar lâ..., p.227) VM – maio/1922

As estratégias para a obtenção de um título aparecem no trecho abaixo:

Há outros, espertos e menos poderosos, que empregam o seguinte *truc*. Sabem, por exemplo, que, na província das Jazidas, os exames de matemática elementar são mais fáceis. Que fazem eles? Inscrevem-se nos exames de lá, partem e voltam com as certidões de aprovação.

Continuam eles nessas manobras durante o curso superior. Em tal escola são mais fáceis os exames de tais matérias. Lá vão eles para a tal escola, frequentam o ano, decoram os pontos, prestam ato e, logo aprovados, voltam correndo para a escola ou faculdade mais famosa, a fim de receberem o grau. (O ensino na

⁷⁴ Que, aliás, não era doutor: “Mas o doutor Campos Bandeira (êle não o era, mas assim o tratavam)...” (Foi buscar lâ..., p.227) VM

(...)

Apareceu um tropêço. Para certos lugares, destinados na maioria a serem exercidos por médicos, que se deviam ocupar em impedir que as boticas vendessem óleo de ricino e vaselina sem receita de químico juramentado, e evitar também os suicídios nas barcas da Praia Grande – surgiram tantos candidatos que o governo da República, totalmente atarantado, apesar dos precedentes, resolveu abrir concurso para provimento dos mesmos. É de admirar isso, porquanto está no consenso do país, tanto do povo como da gente graúda, que um “doutor” mal saído da academia, como dizemos, sabe tudo e mais alguma coisa. Para que concurso? (As reformas e os “doutores”, p.231-232) FM – 16/01/1921

Em sua produção jornalística, o autor critica outras vantagens que o portador de título superior tinha em relação aos demais.

A polícia daqui, em um regulamento, expedido quando chefe o Senhor Alfredo Pinto, marcou para os “doutôres” criminosos prisão especial; o Senhor Nilo Pessanha, em dias próximos, dispensou de concurso para os lugares de cônsules, os bacharéis em direito. Porque? Porque também os delegados são obrigatoriamente bacharéis.

Na Contabilidade da Guerra, há poucos anos, os encarregados de fazer-lhe um novo regulamento, exigiram um concurso descomunal para o provimento do primeiro lugar da respectiva hierarquia; mas dispensaram dêle os formados pelas faculdades da república. As matérias exigidas para o concurso eram quase o dôbro das que se exigem para matrícula no curso de farmácia e odontologia, que dão, como os demais cursos, “formados” pelas faculdades da república. (A superstição do doutor, p. 46) BA – maio/1918

Êsse estado de espirito geral do nosso país, essa superstição, essa estúpida credence dos ilustrados e dos analfabetos, dos néscios e dos atilados, levou últimamente os nossos legisladores, num farisiaco zêlo pela verdade eleitoral, a entregar o alistamento dos cidadãos votantes e também as mesas eleitorais aos juizes, isto é, a doutôres e bacharéis. (A superstição do doutor, p.43) BA – maio/1918

Em sua produção ficcional, também encontramos essa relação entre o título de ensino superior e a obtenção de empregos públicos. Em *Numa e a Ninfa*, o narrador aborda essa questão quando se refere aos cargos ocupados por Campelo⁹⁷.

A fortuna de Totonho seguiu-se à do seu protetor Campelo, o doutor Campelo. Não tendo sido possível dar a êste um lugar de deputado, foi feito professor de Metereologia da Escola de Agricultura e diretor das Fundições da Ponta da

⁹⁷ “... De resto, êste era delicado, acessível, apertava a mão de tôda a gente, vestia-se bem, supondo-se até bonito; e com tantas qualidades não podia deixar de ir longe”. (NN, p.145)

Areia. Era bacharel em Direito, advogado sem renome, mas dispunha do bando do Totonho, que influía nas eleições da Lapa... Uma das condições era ser bacharel, advogado, relacionado na política e fora dela, garantindo proteção para casas de jôgo, para os delegados e para absolvições. (NN, p.145)

Em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, o narrador descreve os expedientes utilizados pelo doutor Armando Borges, membro das camadas altas por meio de um casamento de interesse, para a obtenção de um almejado emprego público.

Médico e rico, pela fortuna da mulher, êle não andava satisfeito. A ambição de dinheiro e o desejo de nomeada esporeavam-no. Já era médico do Hospital Sirio, onde ia três vêzes por semana e, em meia hora, via trinta e mais doentes. Chegava, o enfermeiro dava-lhe informações, o doutor ia, de cama em cama, perguntando: “Como vai?” “Vou melhor seu doutor”, respondia o sírio com voz gutural. Na seguinte, indagava: “Já está melhor?” E assim passava a visita; chegando ao gabinete receitava: “Doente nº 1, repita a receita; doente 5... quem é?”... “É aquêle barbado”... “Ahn!” E receitava.

Mas médico de um hospital particular não dá fama a ninguém: o indispensável é ser do governo, senão êle não passava de um simples prático. Queria ter um cargo oficial, médico, diretor ou mesmo lente da faculdade.

E isso não era difícil, desde que arranjasse boas recomendações, pois já tinha certo nome, graças à sua atividade e fertilidade de recursos. De quando em quando, publicava um folheto *O Cobreiro, Etiologia, Profilaxia e Tratamento* ou *Contribuição para o Estudo da Sarna no Brasil*; e, mandava o folheto, quarenta e sessenta páginas, aos jornais que se ocupavam dêle duas ou três vezes por ano; o “operoso doutor Armando Borges, o ilustre clínico, o proficiente médico dos nossos hospitais”, etc., etc.

Obtinha isso graças à precaução que tomara em estudante de se relacionar com os rapazes da imprensa.

Não contente com isso, escrevia artigos, estiradas compilações, em que não havia nada de próprio, mas ricos de citações em francês, inglês e alemão. (TF, p.196)

É a associação entre a má qualidade do ensino superior e o seu caráter de trampolim para o emprego público que sustenta as críticas exacerbadas ao oportunismo e à incompetência do funcionalismo público em nosso país.

São fartos os exemplos dessa investida sem tréguas do autor em sua obra ficcional. Destacam-se e merecem menção, os que se seguem.

Em *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, essa crítica aparece explicitamente na fala do narrador:

Certos de que as suas aptidões não lhes darão um meio de vida, os que nascem tão desgraçadamente dotados, se pobres procuram o funcionalismo, fugindo ao nosso imbecil e botafogano doutorado. Não são muitos; são raros em cada repartição, mas consideráveis em todo o funcionalismo federal.

Em comêço, procuram-no com o fim de manter a integridade do seu pensamento, de fazê-lo produzir, a coberto das primeiras necessidades da vida; mas, o enfado, a depressão mental do ambiente, o afastamento dos seus iguais e o estúpido desdém com que são tratados, tudo isso, aos poucos, lhes vai crestando o viço, a coragem e mesmo o ânimo de estudar. Com os anos, esfriam, não lêem mais, embotam-se e desandam a conversar. (VM, p.48-49)

No mesmo romance, é também o caso de Xisto Beldroegas⁹⁸.

... Beldroegas era o depositário das tradições contenciosas da Secretaria dos Cultos. Apaixonado pela legislação cultural do Brasil, vivia obsedado com os avisos, portarias, leis, decretos e acórdãos. ... Gonzaga de Sá contava coisas bem engraçadas do seu colega bacharel. Notava muito a sua necessidade espiritual da fixação, da resolução em papel oficial de tudo e tôdas as coisas. Beldroegas não podia compreender que o número de dias em que chove no ano, não pudesse ser fixado; e se ainda não o estava, em aviso ou portaria, era porque Congresso e os ministros não prestavam. Se fôsse êle... Ah!... O movimento dos astros, o crescimento das plantas, as combinações químicas, tôda a natureza, no seu entender, era governada por avisos, portarias e decretos, emanados de certos congressos, ministros e outras espécies de governantes que tinham existido há muito tempo. Não acreditava que outras vontades ou fôrças mais poderosas do que as dos membros ostensivos do poder político governassem. Eram êles, só êles, o voto... Tolice!...

Apesar de enfrornado na legislação, não tinha uma idéia das suas origens e dos seus fins, não a ligava à vida total da sociedade. Era uma coisa à parte; e a comunhão humana, um imenso rebanho, cujos pastôres se davam ao luxo de marcar, por escrito, o modo de aguilhoar as suas ovelhas. Para o doutor Xisto Beldroegas, a lei era ofensiva, inimiga da parte. Ninguém tinha direito em presença dela; e todo pedido devia ser indeferido, não logo, mas depois de mil vêzes informado por vinte e tantas repartições, para que a máquina governamental mais completamente esmagasse o atrevido. Demais, tinha uma noção curiosa da lei. Uma vez eu lhe falei na lei da hereditariedade.

– Lei! exclamou. Isso lá é lei!

– Como?

– Não é. Não passa de uma sentença de algum doutor por aí... Qual o parlamento que a aprovou?

Lei, no entender do colega de Gonzaga de Sá, eram duas ou três linhas impressas, numeradas ao lado, podendo ter parágrafos e devendo ser apresentadas por um deputado ou senador, às suas respectivas câmaras, aprovadas por elas e sancionadas pelo presidente da República. O que assim fôsse era lei, o mais... bobagens! (VM, p.143-144)

⁹⁸ Bacharel em direito e colega de Gonzaga de Sá na Secretaria dos Cultos.

No romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, a questão aparece no contexto em que o narrador explica os motivos pelos quais “a repartição ficou furiosa” quando ele escreveu uma petição para que a língua tupi-guarani substituísse a portuguesa.

... Nos meios burocráticos, uma superioridade que nasce fora dêles, que é feita e organizada com outros materiais que não os officios, a sabença de textos de regulamentos e a boa caligrafia, é recebida com a hostilidade de uma pequena inveja.

É como se se visse no portador da superioridade um traidor à mediocridade, ao anonimato papelero. Não há só uma questão de promoção, de interesse pecuniário; há uma questão de amor-próprio, de sentimentos feridos, vendo aquêlo colega, aquêlo galé como êles, sujeito aos regulamentos, aos caprichos dos chefes, às olhadelas superiores dos ministros, com mais títulos à consideração, com algum direito a infringir as regras e os preceitos.

(...)

Assim, quando surge numa secretaria alguém cujo nome não lembra sempre o título de sua nomeação, aparecem as pequeninas perfídias, as maledicências ditas ao ouvido, as indiretas, todo o arsenal do ciúme invejoso de uma mulher que se convenceu de que a vizinha se veste melhor do que ela.

Amam-se ou antes suportam-se melhor aquêles que se fazem célebres nas informações, na redação, na assiduidade ao trabalho, mesmo os doutôres, os bacharéis, do que os que têm nomeada e fama. Em geral, a incompreensão da obra ou do mérito do colega é total e nenhum dêles se pode capacitar que aquêlo tipo, aquêlo amanuense, como êles, faça qualquer cousa que interesse os estranhos e dê que falar a uma cidade inteira. (TF, p.83-84)

E também na descrição do doutor Bulhões.

... Êsse doutor tinha uma grande reputação nos subúrbios, não como médico, pois que nem óleo de rícino receitava, mas como entendido em legislação telegráfica, por ser chefe de secção da Secretaria dos Telégrafos. (TF, p. 36)

Em *Harakashy e as escolas de Java*, o narrador aponta as características do “sábio de Batávia”:

O sábio de Batávia é o contrário de todos os outros sábios do mundo. Não é um modesto professor que vive com seus livros, seus algarismos, suas retortas ou *éprouvettes*. O sábio de Java, ao contrário, é sempre um ricaço que foge dos laboratórios, dos livros, das retortas, dos cadinhos, das épuras, dos microscópios, das equatoriais, dos telescópios, das cobaias, tem cinco ou seis empregos, cada qual mais afanoso, e não falta às festas mundanas.

A presunção de cientista, entretanto, não há quem lá não a tome. Basta que um

sujeito tenha aprendido um pouco de álgebra ou folheado um compêndio de anatomia, para se julgar cientista e se encher de um profundo desdém por toda a gente, sobretudo pelos literatos ou poetas. Contudo todos dêsse gênero querem sê-lo e, em geral, são péssimos. (Harakashy e as escolas de Java, p.58) HS

Mas podemos encontrar extensas referências ao funcionalismo público e a sua relação com o ensino superior no conto *Três gênios de secretaria*, narrado por Gonzaga de Sá, em que o funcionamento de uma repartição pública é o tema⁹⁹.

Mas, como dizia, todos nós nascemos para funcionário público. Aquela placidez do ofício, sem atritos, nem desconjuntamentos violentos; aquêlê deslizar macio durante cinco horas por dia; aquela mediania de posição e fortuna, garantindo inabalavelmente uma vida medíocre – tudo isso vai muito bem com as nossas vistas e os nossos temperamentos. Os dias no emprêgo do Estado nada têm de imprevisto, não pedem qualquer espécie de esforço a mais, para viver o dia seguinte. Tudo corre calma e suavemente, sem colisões, nem sobressaltos, escrevendo-se os mesmos papéis e avisos, os mesmos decretos e portarias, da mesma maneira, durante todo o ano, exceto os dias feriados, santificados e os de ponto facultativo, invenção das melhores da nossa República.

De resto, tudo nêlê é sossêgo e quietude. O corpo fica em cômodo jeito; o espírito aquieta-se, não tem efervescências nem angústias; as praxes estão fixas e as fórmulas já sabidas. (Três gênios de secretaria, p.172) VM – 10/04/1919

O doutor Xisto já é conhecido dos senhores, mas não é dos outros gênios da Secretaria dos Cultos. Xisto é estilo antigo. Entrou honestamente, fazendo um concurso decente e sem padrinhos. Apesar da sua pulhice bacharelesca e a sua limitação intelectual, merece respeito pela honestidade que põe em todos os atos de sua vida, mesmo como funcionário. Sai à hora regulamentar e entra à hora regulamentar; não bajula, nem recebe gratificações. (Três gênios de secretaria, p.173-174) VM – 10/04/1919

Deixo-a, dizia, para tratar do “auxiliar de gabinete” [o “charadista”]. É êste a figura mais curiosa do funcionalismo público moderno. É sempre doutor em qualquer cousa; pode ser mesmo engenheiro hidráulico ou eletricista. Veio de qualquer parte do Brasil, da Bahia ou de Santa Catarina, estudou no Rio qualquer cousa; mas não veio para estudar, veio arranjar um emprêgo seguro que o levasse maciamente para o fundo da terra, donde deveria ter saído em planta, em animal e, se fôsse possível, em mineral qualquer. É inútil, vadio, mau e pedante, ou antes, pernóstico. (Três gênios de secretaria, p.174) VM – 10/04/1919

Gênio doméstico e burocrático, Mata-Borrão, não chegará, apesar da sua maledicência interesseira, a entrar nem no inferno. A vida não é unicamente um

⁹⁹ Os “gênios” da Secretaria dos Cultos são o doutor Xisto Rodrigues, o “charadista” e o doutor Mata-Borrão.

caminho para o cemitério; é mais alguma cousa e quem a enche assim, nem belzebu o aceita. Seria desmoralizar o seu império; mas a burocracia quer dêses amorfos, pois ela é das criações sociais aquela que mais atrozmente tende a anular a alma, a inteligência, e os influxos naturais e físicos ao indivíduo. É um expressivo documento de seleção inversa que caracteriza tôda a nossa sociedade burguesa, permitindo no seu campo especial, com a anulação dos melhores da inteligência, de saber, de caráter e criação, o triunfo inexplicável de um Mata-Borrão por aí. (Três gênios de secretaria, p.176) VM – 10/04/1919

O trecho abaixo, extraído do romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, sintetiza, na voz do seu protagonista-narrador, as questões abordadas até aqui.

Quantas prerrogativas, quantos direitos especiais, quantos privilégios, êsse título dava! Podia ter dois ou mais empregos apesar da Constituição; teria direito à prisão especial e não precisava saber nada. Bastava o diploma. (RE, p.55)

PARTE II

LIMA BARRETO E A REALIDADE CULTURAL BRASILEIRA

Para o exame do pensamento educacional de Lima Barreto, objetivo central deste trabalho, é fundamental a compreensão do contexto econômico-social e político-cultural em que o autor produziu suas obras. É a partir dessa perspectiva que se pode estabelecer os possíveis vínculos entre o pensamento de um determinado autor e os seus interlocutores e, principalmente, os seus avanços e os seus limites na compreensão da realidade.

Nessa direção, a exposição desta segunda parte do trabalho foi organizada em (1) Lima Barreto e a “agitação cultural” republicana e (2) Lima Barreto e o perfil cultural da sociedade brasileira.

1. Lima Barreto e a “agitação cultural” republicana

Para que possamos ampliar a nossa compreensão do pensamento educacional de Lima Barreto, é necessário retomarmos, ainda que de forma sucinta, o Brasil de sua época.

A Primeira República caracterizou-se como um período de transição entre o modelo agroexportador e o urbano-industrial, transição essa que já vinha desde a metade do século XIX. A economia tinha como atividade predominante os processos de

produção e de comercialização do café. A complexidade e a variedade das atividades envolvidas nesses processos demonstravam um avanço nas relações capitalistas brasileiras. Diferentemente dos ciclos produtivos anteriores, toda uma rede de atividades foi se desenvolvendo ou se sofisticando, incluindo estradas de ferro, mecanização crescente da produção, utilização do trabalho assalariado, sistema bancário e avanço nas relações de exportação e importação.

Esse quadro econômico resultou no que se denominou complexo cafeeiro e foi em torno dele que o Estado brasileiro organizou suas ações. Por meio do federalismo, que permitia aos governos estaduais contrair diretamente empréstimos no exterior, os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro implementaram uma política de defesa e de valorização do café conhecida como Convênio de Taubaté (1906). Esse convênio previa a regulamentação do comércio do café, ações para o aumento do seu consumo, a criação da caixa de conversão, a fixação do valor da moeda e empréstimos estrangeiros para a produção e comercialização do produto. Sustentada pelo Estado, a economia cafeeira gerou muito capital, mas também crises de superprodução e endividamento público¹⁰⁰.

Medidas como a de valorização do café só foram possíveis graças a uma estrutura de poder marcada pelo coronelismo e comandada pelos cafeicultores paulistas, que exerciam o domínio do aparelho de Estado. Exemplo desse domínio é a “política dos governadores”.

Para a consolidação do poder das oligarquias agrárias era necessário o estabelecimento de mecanismos políticos de controle. A exclusão da maioria da população do centro de poder não constituía, naquele momento, um problema de difícil equacionamento, uma vez que as próprias condições econômico-sociais de um país de base agrária, exportador e com uma longa tradição escravista já estavam consolidadas. O que era necessário manter sob controle eram as oposições dentro das facções das camadas dominantes. Mais ainda, o fundamental era estabelecer o equilíbrio entre o poder estadual e o federal. Esse equilíbrio foi possível graças à “política dos

¹⁰⁰ Sobre o Convênio de Taubaté e seus desdobramentos econômicos, consultar CARONE, *A República Velha*, 1975, p.36-52.

governadores”, com a qual se garantia que os grupos oligárquicos estaduais sustentariam o poder executivo e, ao mesmo tempo, manteriam no comando do poder executivo as elites mais poderosas, ligadas aos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e comandadas pelo Partido Republicano Paulista.

A eleição presidencial, direta por maioria de votos, e a representação na Câmara Federal, proporcional à população de cada Estado, eram garantias que, previstas na Constituição de 1891, permitiam o controle político pelos Estados de maior poder econômico e contingente demográfico, ou seja, o centro-sul¹⁰¹.

Assim, sob a hegemonia dos Estados mais poderosos, desenvolvia-se um processo de ajuste e de compromisso entre todos os Estados da Federação para a escolha do presidente da República, ponto fundamental no quadro da vida republicana¹⁰².

Nesse panorama, até o final da década de 20 não se configurou nenhum grupo que apresentasse uma oposição fundamental à estrutura vigente e tampouco que pudesse, de fato, levar a tentativas de superá-la.

Em um processo de democracia apenas formal, o sistema coronelista tinha o controle absoluto da máquina eleitoral, e o voto popular representava a ratificação de decisões já acordadas entre as oligarquias. Essa legitimação era obtida pelo voto descoberto, pelo voto por distrito e pela fraude eleitoral¹⁰³. Como não havia a necessidade da ampliação da base popular de representação, a Constituição de 1891 manteve a restrição de voto ao analfabeto. Só essa medida já excluía a maior parte da população do período¹⁰⁴.

Não houve, portanto, uma mudança nas bases econômico-sociais produzidas durante o Segundo Reinado. Ao contrário, a implantação da República reforçou o poder da oligarquia cafeeira e o sistema político coronelista, estrutura de poder que se manteve ao longo de toda a Primeira República. Princípios como o do federalismo e da autonomia dos Estados significaram uma tradução política das condições objetivas de uma estrutura econômica já consolidada.

¹⁰¹ Sobre esse assunto, consultar SOUZA, *O processo político-partidário na Primeira República*, 1984.

¹⁰² *Ibidem*, p.186.

¹⁰³ A esse respeito, ver LEAL, *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, 1986.

Por outro lado, o pleno desenvolvimento do complexo cafeeiro fomentou as bases para a industrialização brasileira. Fazendeiros, comerciantes e banqueiros ligados originalmente ao café passaram a investir excedentes na ainda incipiente produção industrial. Além disso, o processo de industrialização contou com o financiamento externo, facilitado pelas relações comerciais de exportação e importação já existentes. Esse financiamento resultou em um controle externo que, associado a interesses internos, acabou por inviabilizar o desenvolvimento de um projeto industrial autônomo. Nesse sentido, o investimento quase que exclusivo em produção de bens de consumo delineou uma trajetória de dependência da tecnologia externa e as bases para um avanço industrial capitalista periférico.

De qualquer modo, foi durante as primeiras décadas do século XX que se constituíram as condições históricas necessárias para a superação da crise da economia exportadora e para a alteração das formas tradicionais de dominação capitalista, realizadas por meio da industrialização¹⁰⁵.

Durante o período da República Velha, e pelas razões já assinaladas, assistimos a uma aceleração da urbanização, em especial nas principais cidades do centro-sul, e a ampliação do aparelho burocrático e de serviços. O Rio de Janeiro, por exemplo, a capital da República, teve um crescimento populacional de 68% no período compreendido entre 1900 e 1920¹⁰⁶.

Do ponto de vista da estrutura social, isso significou uma ampliação e uma complexificação das camadas médias urbanas: trabalhadores assalariados dos serviços urbanos (bancos, comércio, propaganda, transporte, comunicação), trabalhadores da administração das empresas industriais, funcionários civis e militares do Estado e profissionais liberais¹⁰⁷.

¹⁰⁴ De acordo com o Censo Demográfico de 1920, 65% da população com mais de 15 anos era analfabeta.

¹⁰⁵ Conferir XAVIER, *Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)*, 1990, p.30.

¹⁰⁶ A população carioca passou de 691.565 para 1.157.873 habitantes. A esse respeito, consultar SEVCENKO, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, 1999, p.52.

¹⁰⁷ Conferir SAES, *Classe média e política no Brasil (1930-1964)*, 1991.

Além disso, aparecem categorias profissionais que são frutos da miséria ocasionada por sucessivas crises econômicas, políticas inflacionárias e deflacionárias, associadas a uma ausência de planejamento de ocupação urbana. São exemplos delas os “trapeiros”, os “cavaqueiros”, os “chumbeiros”, os “caçadores de gatos”, os “coletores de botas e sapatos”, os “apanha-rótulos e selistas”, os “ratoeiros”, as “ledoras de mão”, os “tatuadores” e os “vendedores ambulantes”¹⁰⁸. O Rio de Janeiro, em particular, reuniu um contingente populacional proporcionalmente superior às necessidades do setor de serviços e industrial. Em outras palavras, a forte migração interna, iniciada nos anos de desagregação do sistema escravista e ampliada nas décadas seguintes, aconteceu em uma proporção superior à capacidade de absorção de mão-de-obra pelos setores produtivos em desenvolvimento¹⁰⁹.

Apesar da importância das migrações internas no processo acelerado de urbanização ocorrido durante a Primeira República, muito concorreram para esse crescimento as levas de imigrantes estrangeiros aportados no Brasil. De 1900 a 1920, o total de imigrantes chegou a 88.590 pessoas, somente inferior ao Estado de São Paulo, com a cifra de 274.250¹¹⁰. Embora diminuindo nas décadas posteriores, a imigração estrangeira do período estudado foi majoritária na ocupação de postos de trabalho tanto no setor industrial quanto no de serviços, sem esquecer o seu predomínio na lavoura cafeeira¹¹¹.

Essa imigração estrangeira teve papel fundamental na viabilização da expansão cafeeira e o êxodo rural, verificado especialmente nas crises de superprodução e conseqüentes políticas de diminuição do plantio, também contribuiu para a gestação de um operariado urbano, determinando o perfil do movimento e da organização dos trabalhadores. Em um contexto predominantemente agrário, a industrialização e as

¹⁰⁸ Sobre esse assunto, consultar SEVCENKO, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, 1999, p.60.

¹⁰⁹ Consultar FAUSTO, *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*, 2000.

¹¹⁰ *Ibidem*, p.27. O autor salienta a ausência de dados que o permitissem comparar o Rio de Janeiro com outras cidades, sendo possível apenas a comparação com outros Estados.

¹¹¹ “De 1890 a 1929 entraram ao todo no Brasil... 3.523.591 imigrantes, sendo que na primeira década do período em apreço vieram 1.205.703; na década de 1900, aliás a menos significativa quanto à imigração, a cifra baixou para 649.898. Durante a década em que houve a Primeira Guerra chegaram 821.522 imigrantes, para na seguinte se registrarem 846.522”. PETRONE, *Imigração*, 1990, p.100.

relações sociais por ela geradas constituíam uma novidade na época. As longas jornadas de trabalho, as condições insalubres das fábricas e oficinas, os baixos níveis de remuneração, a ameaça de desemprego, a ausência de legislação trabalhista, em síntese, a superexploração nas relações sociais de produção alimentou uma série de manifestações de caráter reivindicatório, principalmente grevistas, organizada pelo nascente movimento operário¹¹². Podemos dizer então que o perfil da exploração da força de trabalho foi determinante no desenvolvimento do movimento operário brasileiro, ainda que, e é importante que se diga, esse movimento tenha se estruturado em bases muito frágeis de organização.

A crescente onda de mobilização do movimento operário se fez acompanhar de uma repressão policial cada vez mais violenta, resultando em mortes, prisão e deportação de líderes, fechamento de sindicatos, expulsão de estrangeiros e uma legislação repressiva severa. O anarquismo, de diferentes orientações mas especialmente o anarco-sindicalismo, predominou como tendência no movimento operário da época. Isso não significa que os trabalhadores, como um conjunto, apoiassem integralmente as teses defendidas pelos militantes operários. Ao contrário, o nível de participação sindical era muito baixo, aumentando em momentos de greve, o que demonstra a descontinuidade do movimento¹¹³.

Ao lado do anarco-sindicalismo, que, em linhas gerais, apostava na organização de associações e sindicatos, concebendo-a como fundamental para as lutas pela melhoria das condições de trabalho e, mais do que isso, como a base para uma nova organização da sociedade, após a almejada revolução¹¹⁴, havia uma tendência “reformista”¹¹⁵ no movimento operário que também visava ao atendimento das reivindicações por melhores condições de trabalho, mas que não colocava em questão a

¹¹² Sobre as greves e a constituição do movimento operário, consultar CARONE, *A República Velha: instituições e classes sociais*, 1975, p.217-238 e FAUSTO, *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*, 2000.

¹¹³ A esse respeito, consultar FAUSTO, op. cit.

¹¹⁴ Outras tendências do anarquismo não partilhavam dessa concepção.

¹¹⁵ Essa tendência foi chamada de “trabalhismo” por FAUSTO, op. cit.

organização social. A influência dessa tendência “reformista” nesse período nos ajuda a compreender o êxito da estrutura tutelar imposta pelo Estado depois de 1930¹¹⁶.

Também os socialistas compunham uma outra tendência do movimento operário da época¹¹⁷. Diferentemente dos anarquistas, os socialistas propunham uma atuação direta nas instituições políticas, por meio da organização de um partido que, no parlamento, defendesse um programa mínimo de reivindicações sociais. Durante a Primeira República, muitas foram as tentativas de organização partidária operária, porém, nenhuma delas de fato pode ser concretizada¹¹⁸. Ao contrário de outros países da América Latina, no Brasil não foi a partir da corrente socialista que se originou o primeiro partido comunista (1922), e sim a partir de dissidências do anarco-sindicalismo¹¹⁹.

De qualquer forma, diante de um quadro de aceleração no desenvolvimento capitalista, a cidade do Rio de Janeiro, exercendo um papel privilegiado de intermediário da economia cafeeira e como centro político do país, torna-se cenário não só das mudanças que se processavam como também da convivência entre os antigos e novos valores.

A época era de modernização e a idéia de progresso, como sinônimo de alinhamento ao desenvolvimento capitalista dos países centrais e à adequação aos seus

¹¹⁶ A esse respeito, conferir PINHEIRO, *O proletariado industrial na Primeira República*, 1990, p.162. É importante dizer que o autor não pretendeu fazer uma vinculação linear entre o “reformismo” e o sindicalismo tutelado posterior à 30 mas sim acentuar a existência, dentro do movimento operário, de um pensamento que apoiava a ordem capitalista e, por isso, colaborou para a constituição do “peleguismo”.

¹¹⁷ “Se nos anos iniciais da República os programas socialistas não passavam, muitas vezes, de meros panfletos liberais com alguma conotação atenciosa à justiça social, por outro lado, no início do século, o nascente proletariado passou a contar com programas um pouco mais audaciosos. A influência da II Internacional trouxe para o socialismo latino-americano alguma dose de marxismo, capaz de tornar as propostas dos efêmeros partidos desse período mais consistentes. É óbvio que esse marxismo chegou aos países sul-americanos um tanto empobrecido, mais ao nível de terminologia do que de teoria propriamente dita, no entanto, foi o suficiente para, em poucos anos, alterar o caráter programático dos partidos, desenvolver organizações mais sólidas e combativas”. GHIRALDELLI JÚNIOR, *Educação e movimento operário*, 1987, p.64.

¹¹⁸ Muitos partidos de matriz socialista se esboçaram durante o período e por diversas razões esses projetos fracassaram. Para o esclarecimento desse tema, consultar FAUSTO, *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*, 2000 e GHIRALDELLI JÚNIOR, op. cit.

¹¹⁹ Conferir GHIRALDELLI JÚNIOR, op. cit., p.75.

padrões, exigia mudanças no planejamento urbano¹²⁰. A execução desse novo projeto urbanístico da capital da República, coordenado pelo prefeito Pereira Passos, de tão acelerado ficou conhecido como “bota-abaixo”.

Marcos desse processo foram a construção da “nova Avenida Central” e a expulsão da população pobre que vivia nos velhos casarões do centro da cidade. Isso resultou não só em uma nova configuração do subúrbio carioca como também na proliferação de cortiços, favelas e “casas de cômodos”, verdadeiros pardieiros onde viviam famílias inteiras sem condições mínimas de conforto e salubridade.

Se por um lado, a sofisticação da região central procurou transformar o Rio de Janeiro em capital “parisiense” brasileira, visando a atrair interesses e capitais estrangeiros, a população pobre, por sua vez, viu-se diante da explosão da miséria, da proliferação de doenças, do aumento do alcoolismo, da delinquência infantil, das internações em hospitais psiquiátricos, dos suicídios, enfim, diante de um “inferno social”¹²¹.

Nesse “processo civilizatório”, a reforma urbana foi completada com um projeto de saneamento com o objetivo de combater as doenças infecto-contagiosas e epidemias que proliferavam pela cidade. Tendo como responsável o médico sanitário Oswaldo Cruz, operou-se um movimento de “higienização” do espaço urbano¹²². As doenças e epidemias não eram novidade no Brasil, mas a nova conjuntura agravou o péssimo quadro de saúde pública já existente, exigindo medidas urgentes do Estado¹²³.

Enfim, toda essa remodelação urbana era, na linguagem dos cronistas da época, a “regeneração” da cidade e do país¹²⁴.

¹²⁰ A propósito desse assunto, ver COSTA, *1890-1914: no tempo das certezas*, 2000. Nele é possível verificar as principais mudanças no Rio de Janeiro e também algumas transformações da cidade de São Paulo.

¹²¹ Conferir SEVCENKO, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, 1999. O autor traz as estatísticas que demonstram essa situação.

¹²² Sobre o papel dos médicos-higienistas nesse movimento de “higienização” e as vinculações entre higiene e educação, ver ROCHA, *Imagens do analfabetismo: a educação na perspectiva do olhar médico do Brasil dos anos 20*, 1995 e ROCHA, *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo*, 2001.

¹²³ Sobre esse assunto, consultar RIZZOTTO, *História da Enfermagem e sua relação com a saúde pública*, 1999.

¹²⁴ Segundo Sevcenko, op. cit., p.30, o processo de “regeneração” da cidade foi guiado por quatro princípios fundamentais: “... a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade

Mesmo diante de tantos problemas sociais, é inegável que existiam expectativas otimistas em relação aos projetos de Brasil republicano. Um clima de esperança na difusão de novos ideais, novos costumes e novas formas de se organizar um país moderno pode ser percebido nos primeiros anos da República, apontando para a “redenção” nacional.

Temas como democracia, federação, modernidade, civilidade, ciência, educação, entre outros, ocuparam as preocupações das elites instruídas e foram alvo de calorosos debates que extrapolaram o âmbito das instituições políticas. É inegável também que toda essa euforia não foi compartilhada pelas camadas populares, excluídas de qualquer participação efetiva¹²⁵.

O liberalismo, o “jacobinismo”¹²⁶ e o positivismo, enquanto ideologias assimiladas e rearticuladas à realidade nacional, disputavam, no âmbito do discurso, a definição da natureza do novo regime¹²⁷. Concorrendo entre si, esses ideais formulavam diferentes modelos de organização social, com maior ou menor grau de participação popular e do Estado, mas que afirmavam e justificavam a ordem capitalista.

Na medida em que os ajustes políticos e econômicos foram sendo concretizados após a Proclamação da República, um desânimo foi tomando conta dos setores sociais não beneficiados pela “República do Café”; no entanto, esses mesmos ajustes acabaram por fomentar, a partir da década de 10, uma agitação política e cultural ainda maior do que aquela que antecederam a mudança de regime¹²⁸, e que tinha o liberalismo como matriz ideológica hegemônica¹²⁹.

tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense”.

¹²⁵ Sobre esse assunto, consultar CARVALHO, *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*, 1987.

¹²⁶ O termo é utilizado na literatura para descrever o comportamento “radical” expresso em setores das camadas médias da época, em uma analogia formal, e precária, ao comportamento revolucionário dos radicais da Revolução Francesa.

¹²⁷ Ver CARVALHO, *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*, 1990, p.9.

¹²⁸ Conferir XAVIER et al., *História da educação: a escola no Brasil*, 1994, p.116.

¹²⁹ “Embora se possa identificar facilmente e *a priori* as matrizes inspiradoras do pensamento nacional, o percurso ideológico dos liberais brasileiros acompanhou as vias particulares de penetração e os rumos particulares de consolidação do capitalismo no país, adquirindo feição própria no contexto dos confrontos

Como o modo de consolidação e de expansão das relações capitalistas é peculiar à cada formação social, as formas de pensamento que nele se produziram, sejam para reforçá-lo ou para contestá-lo, assumem também conotações peculiares, atendendo a funções ideológicas particulares¹³⁰. A partir dessa perspectiva é possível compreender o ambiente típico da Primeira República, quando se faziam presentes diferentes movimentos político-sociais e correntes doutrinárias (nacionalismo, liberalismo, positivismo, socialismo, anarquismo, catolicismo, entre outros).

Alguns desses movimentos foram objeto de consideração e crítica de Lima Barreto. É o caso do positivismo, tema muito freqüente em sua produção.

No *Cemitério dos vivos*, o autor nos expõe a sua passagem pelo positivismo:

... era um colega, Nepomuceno, positivista simpático, pela mão do qual fui às conferências do Senhor Teixeira Mendes e a outras festividades da Religião da Humanidade. A minha passagem pelo positivismo foi breve e ligeira. Freqüentei o apostolado cêrca de um ano; mas, apesar de me ter convencido de muita coisa da escola, eu, até hoje, nunca pude acreditar que aquêlê conjunto de doutrinas, capazes de falar e seduzir inteligências, fôsse capaz de arrebatar corações com o ardor e o fogo de uma fé religiosa.

Deu-me, entretanto, a freqüência daquela curiosa igreja, o gôsto pelas leituras de autores antigos, dos mestres que todos nós, em geral, só conhecemos de nome ou por citações de citações. (CV, p.132)

O positivismo foi a corrente filosófica que atraiu o maior número de intelectuais no final do século XIX e início do século XX. O prestígio crescente das ciências, e principalmente das ciências naturais, foi determinante dessa influência¹³¹. A doutrina positivista foi ganhando espaço nos círculos intelectuais e constituíram-se, desde 1874, grupos positivistas no Rio de Janeiro¹³².

Em 1876 foi fundada a primeira sociedade positivista, que tinha entre seus membros Miguel Lemos, Teixeira Mendes e Benjamin Constant. Essa sociedade

presentes e emergentes nesse processo⁷. XAVIER, *Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)*, 1990, p.16.

¹³⁰ Para o esclarecimento das questões levantadas, consultar *Ibidem*.

¹³¹ Conferir COSTA, *Contribuição à história das idéias no Brasil*, 1967, p.330.

¹³² Sobre esses grupos consultar *Ibidem*.

prosseguiu como Igreja Positivista do Brasil, e o seu período de maior atividade está compreendido entre 1854 e 1927¹³³.

Lima Barreto, ao longo de sua obra, critica duramente o positivismo que grassou entre nós, especialmente nos romances *Triste fim de Policarpo Quaresma*, *Recordações do escrivão Isaías Caminha* e *Numa e a Ninfa*.

Os militares estavam contentes, especialmente os pequenos, os alferes, os tenentes e os capitães. Para a maioria a satisfação vinha da convicção de que iam estender a sua autoridade sobre o pelotão e a companhia, a todo êsse rebanho de civis; mas, em outros muitos havia sentimento mais puro, desinterêsse e sinceridade. Eram os adeptos dêsse nefasto e hipócrita positivismo, um pedantismo tirânico, limitado e estreito, que justificava tôdas as violências, todos os assassinios, tôdas as ferocidades em nome da manutenção da ordem, condição necessária, lá diz êle, ao progresso e também ao advento do regímen normal, a religião da humanidade, a adoração do grão-fetiche, com fanhosas músicas de cornetins e versos detestáveis, o paraíso enfim, com inscrições em escritura fonética e eleitos calçados com sapatos de sola de borracha!...

Os positivistas discutiam e citavam teoremas de mecânica para justificar as suas idéias de govêrno, em tudo semelhantes aos canatos e emirados orientais.

A matemática do positivismo foi sempre um puro falatório que, naqueles tempos, amedrontava tôda a gente. Havia mesmo quem estivesse convencido que a matemática tinha sido feita e criada para o positivismo, como se a Bíblia tivesse sido criada unicamente para a Igreja Católica e não também para a Anglicana. O prestígio dele era, portanto, enorme. (TF, p.192-193)

No Brasil, o ideário positivista foi absorvido principalmente pelos militares, que pregavam a necessidade de ordem e de autoridade e desconfiavam de todo o conjunto de conquistas liberais apregoadas sob o nome de democracia, principalmente a idéia de liberdade.

Isso é registrado pelo autor em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, na passagem em que o narrador descreve o tenente Fontes¹³⁴.

¹³³“Uma pequena porção de nossa elite intelectual foi positivista ortodoxa, os adeptos do *Apostolado Positivista do Brasil*, chefiados por Miguel Lemos (1854-1917) e por Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927), mas a grande maioria dos *positivistas* aderiu apenas ao espírito *cientificista* da época. Foi essa maioria, representante do positivismo difuso, que predominou do último quartel do século XIX até a primeira década do nosso século”. [grifo do autor] *Ibidem*, p.330.

¹³⁴ O tenente Fontes era noivo de Lalá, filha do general Albernaz. Participava do grupo do Marechal Floriano. “Fontes estava indignado, todo êle era horror, maldição contra os insurrectos, e propunha os piores castigos. – Hão de ver o resultado... Piratas! Bandidos! Eu, no caso do marechal, se os pegasse... ai dêles!”. (TF, p.194)

O tenente não era feroz nem mau, antes bom e até generoso, mas era positivista e tinha da sua república uma idéia religiosa e transcendente. Fazia repousar nela tôda a felicidade humana e não admitia que a quisessem de outra forma que não aquela que imaginava boa. Fora daí não havia boa fé, sinceridade; eram heréticos interesseiros, e, dominicano do seu barrete frigio, raivoso por não poder queimá-los em autos-de-fé, congestionado, via passar por seus olhos uma série enorme de réus confitentes, relapsos, contumazes, falsos, simulados, fictos e confictos, sem samarra, soltos por aí... (TF, p.194)

Do ponto de vista da formação, a influência das idéias positivistas se fez principalmente nas escolas técnicas Central e Militar. Essas escolas, já no século XIX, tinham como clientela filhos de pequenos comerciantes e de burocratas, que não tendo muitos recursos financeiros, procuravam nelas uma formação intelectual mais rápida¹³⁵.

No romance *Numa e a Ninfa*, o narrador questiona a qualidade do positivismo divulgado na Escola Militar, apontando como uma simplificação de teorias. A clientela da Escola Militar, como já mencionada, era de filhos das camadas médias urbanas, composta de militares, de médicos e de engenheiros que, pela própria natureza dessas profissões (mais próximas das ciências positivas), tendiam a aderir ao movimento positivista.

Na passagem a seguir, essa questão aparece na descrição da personagem Inácio Costa¹³⁶, de *Numa e a Ninfa*.

Êsse Costa era funcionário público e fôra da Escola Militar, donde trouxera umas fórmulas positivistas e uma forte crença nos efeitos milagrosos da palavra república. Havia no seu feitio mental uma grande incapacidade para a crítica, para a comparação e fazia depender a tôda a felicidade da população em uma simples modificação na forma de transmissão da chefia do Estado...

Feroz e intolerante, com o apoio do positivismo autoritário, a sua concepção de govêrno se consubstanciava na ditadura e daí resvalava para o despotismo militar. Não se dirá que não fôsse sincero; êle o era, embora houvesse nos seus intuitos, alguma mescla de interêsse de melhoria na sua situação burocrática.

Julgava-se com a certeza; e, firmado na ciência, pois tirava tôda a sua argumentação do positivismo, todo êle baseado na ciência e consequência dela, principalmente da Matemática, condenava os adversários à fogueira. Escusado é

¹³⁵ Sobre esse assunto, consultar COSTA, *Contribuição à história das idéias no Brasil*, 1967, p.123-127.

¹³⁶ "... Costa escrevia nos jornais e era ouvido com atenção pelo poderoso chefe Bastos. Esta última razão era por demais ponderável, porque Bastos tinha o mesmo feitio mental de Costa; e julgava imprescindível a manutenção da República, necessária à integração do Brasil no regimen político da América... Costa e Bastos eram crentes, fanáticos com a mania da catequese de qualquer jeito e não discutiam a sua fé". (NN, p.30)

dizer que pouco sabia de Matemática e falava por fé. Era um crente que tinha a revelação da certeza política. (NN, p.29)

Nos trechos selecionados abaixo, o protagonista-narrador do romance *Recordações do escrivo Isaias Caminha* trata do Apostolado Positivista, a instituição responsável pela divulgação da “Religião da Humanidade”.

Foi Leiva¹³⁷ o meu iniciador no Rio de Janeiro. Deu-me relações, ensinou-me as maneiras, o calão da boêmia, levou-me aos lugares curiosos e consagrados. Com êle fui ao Apostolado Positivista ouvir o Senhor Teixeira Mendes¹³⁸. Um grande matemático, disse-me; a primeira cabeça do Brasil, uma inteligência enciclopédica, uma erudição segura, e, sobretudo, um caráter e um coração! (RE, p.141)

Leiva viera pela Rua de Benjamim Constant abaixo gabando a eloquência do venerável Senhor Mendes, a sua virtude, a sua sobriedade e contara-me por alto a surra que êle dera no Bertrand, da Academia Francesa, em assunto de matemática. Eu ouvia-o sem coragem de contestar, embora não compartilhasse as suas crenças. Não era a primeira vez que ia ao Apostolado, mas quando via o vice-diretor sair rapidamente por detrás de um retábulo, na absida da capela, ao som de um tímpano rouco, arrepanhando a batina, com aquêles laço verde no braço, dava-me vontade de rir às gargalhadas¹³⁹. Demais, ficava assombrado com a firmeza com que êle anunciava a felicidade contida no positivismo e a simplicidade dos meios necessários para a sua vitória: bastava tal medida, bastava essa outra – e todo aquêles rígido sistema de regras, abrangendo tôdas as manifestações da vida coletiva e individual, passaria a governar, a modificar

¹³⁷ “Abelardo Leiva, o meu recente conhecimento, era poeta e revolucionário. Como poeta tinha a mais sincera admiração pela beleza das meninas e senhoras de Botafogo. Não faltava às regatas, às quermesses, às tómbolas, a todos os lugares em que elas apareciam em massa... Como revolucionário, dizia-se socialista adiantado, apoiando-se nas prédicas e brochuras do Senhor Teixeira Mendes, lendo também formidáveis folhetos de capa vermelha, e era secretário do Centro de Resistência dos Varredores de Rua. Vivia pobremente, curtindo misérias e lendo, entre duas refeições afastadas, as suas obras prediletas e enchendo a cidade com os longos passos de homem de grandes pernas”. (RE, p. 134-135)

¹³⁸ “Em 1898 Miguel Lemos, o arrebatado pregador das idéias de Comte, afastava-se da direção do *Apostolado*. Suceder-lhe-ia Teixeira Mendes, mais apegado à linha religiosa do comtismo, linha esta que, sem empanar as contínuas *intervenções* do Apostolado na vida política da República, tenderia, porém, a prevalecer”. [grifo do autor] COSTA, *Contribuição à história das idéias no Brasil*, 1967, p.351.

¹³⁹ “... em 1892, a 3 de maio, usava Miguel Lemos, pela primeira vez, as *vestes sacerdotais* que ele imaginara para as solenidades de apresentação, casamento. Já então a feição religiosa dominava. É certo que o aspecto religioso teve sempre grande importância no *Apostolado*, mas este aumentou muito, depois da construção da capela e das conversões. Aos domingos, havia pregação e comentário do *Catecismo* por Teixeira Mendes e os sacramentos eram conferidos por Miguel Lemos.... Desde 1891, Teixeira Mendes passara também a acolitar Miguel Lemos no *Apostolado*, havendo para isso abandonado o aprendizado do ofício de relojoeiro do qual pretendia tirar o seu sustento. A adjunção de Teixeira Mendes à vida *sacerdotal* veio fortalecer o *Apostolado*, pois a sua cultura científica, reconhecida por todos – e a sua modéstia – estavam a exigir desse homem, inteiramente feito para a “vocação apostólica”, a participação na direção do positivismo ortodoxo nacional”. [grifo do autor] *Ibidem*, p.264.

costumes, hábitos e tradições. Explicava o catecismo. Abria o livro, lia um trecho e procurava o caminho para alusões a questões atuais, repetindo fórmulas para se obter um bom govêrno que tendesse a preparar a era normal – o advento final da Religião da Humanidade. E eu achava toda aquela dissertação tão intelectual, tão balda de comunicação, tão incapaz de erguer dentro de mim o devotamento, o altruísmo, “o esforço sôbre mim mesmo em favor dos outros”, como dizia o apóstolo, que me quedava a indagar até que ponto o auditório respeitoso estava convencido e até que ponto fingia convicção.

Havia trechos em que êle insistia com particular agrado. Via-se que nêles repousava a conversão dos espíritos. Não me esqueci que êle amava repetir que a Física, a Química, a Biologia, a Sociologia, tôdas as ciências todo o esforço humano de qualquer ordem tinham preparado lentamente e tendiam para a religião da humanidade; era ela como a coroação, a cúpula do edifício do pensamento e dos grandes sentimentos da humanidade. Citava trechos de grandes poetas nesse sentido, e procurava dados históricos. Quando se oferecia ocasião, esboçava a ordem futura, cotejando-a com a presente. O médico, o professor e o sacerdote estariam juntos em um mesmo homem, cujos serviços seriam gratuitos; todos exerceriam um ofício manual e os capitais acumulados em poucas mãos, seriam empregados em benefício social. A quantas necessidades presentes daquele auditório não iria dar remédio a promessa daquela sociedade a vir?! Os homens têm amor à utopia quando condensada em fórmulas de felicidade; e aquêles militares, funcionários, estudantes, encontravam naquelas afirmações, repetidas com tanta segurança e cuja verdade não procuravam examinar, um alimento para a fome de felicidade da espécie e um consôlo para os seus maus dias presentes. (RE, p.141-143)

Ainda no romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, aparecem críticas à qualidade da matemática apreendida e divulgada pelos positivistas, além de um certo “ecletismo” de posições doutrinárias.

Pelo caminho, ouvi repetirem as palavras do Mestre e apoiarem-se nelas para criticar atos do Govêrno, projetos da Câmara – êsse viveiro de bacharéis ignorantes que não sabem Matemática.

Observei que o meu próprio amigo Leiva partia também da crença pitagórica das virtudes da Matemática para condenar e criticar o govêrno e os governantes; entretanto, além daquelas explicações filosóficas do Senhor Teixeira Mendes, êle sabia pouco mais do que as quatro operações na ciência divina. (RE, p. 143)

... Houve uma ocasião, em que, quase sem refletir, perguntei ao Leiva:

– Como você é ao mesmo tempo anarquista e positivista – uma doutrina de ordem, de submissão, que espera a vitória pelo resultado fatal das leis sociológicas?

– Ora você! Eu quero uma confusão geral, um abalo completo desta ordem iníqua, para então... (RE, p.144)

... Leiva era o chefe, era a inteligência do grupo, pois, além de poeta, tinha todos

os preparatórios para o curso de dentista. Eu gostava de notar a adoração pela violência que as suas almas pacíficas tinham, e a facilidade com que explicavam tudo e apresentavam remédios. (RE, p.135)

No entanto, Leiva parecia-me mais sincero na sua poesia palaciana e de modista do que nas idéias revolucionárias. Não o julgava perfeitamente hipócrita; era a sua situação que lhe determinava aquelas opiniões; o seu fundo era céptico e amoroso das comodidades que a riqueza dá. Cessassem as suas dificuldades, elas desapareceriam e surgiria então o verdadeiro Leiva, indiferente aos destinos da turba, dando uma esmola em dia de mau humor e preocupado com uma ruga no fraque novo que viera do alfaiate. (RE, p.136)

A partir de 1890, inicia-se o declínio da influência dos positivistas, mas ela ainda se fará sentir, embora de maneira difusa, ao longo de toda a Primeira República¹⁴⁰. Desdobramento do positivismo, o evolucionismo veio a acentuar a progressiva importância e influência das ciências naturais no pensamento europeu e brasileiro, a partir dos estudos de Darwin e Herbert Spencer.

Lima Barreto faz dessa tendência, associada ao positivismo, objeto de sua crítica jornalística.

Quanto à cultura, o comtismo republicano, com todos os seus exageros dogmáticos, mostrou bem que toda aquela que não se baseava no estudo da ciência, tendo por princípio a matemática, era inane e não valia nada.

De resto, apesar das orgulhosas pretensões a cavalo de batalha, como que êle leva, nas suas últimas conseqüências, a um perfeito cepticismo científico.

De modo que, hoje, qualquer um de nós, sem cultura especial alguma, mas que ouviu o Senhor Teixeira Mendes e leu-lhe as brochuras de capa verde, está logo a sorrir, quando vê doutôres enxadristas ou arcandristas empertigarem-se, encherem as bochechas e dizer com toda a suficiêcia, a qualquer propósito: “porque a ciência”; a “ciência afirma” e outras frases que tais.

Em nome da religião têm-se praticado muitos crimes; em nome da arte têm-se justificado muitas sem-vergonhices; mas, atualmente, é a ciência que justifica crimes e também assaltos aos minguidos orçamentos do país. (Feiras e mafuás, p.22) FM – s.d.

Também em sua obra ficcional, essa apropriação oportunista e superficial é denunciada com freqüência. É o caso do doutor Benevente¹⁴¹, personagem do conto *Miss Edith e seu tio*.

¹⁴⁰ Como já exposto anteriormente, é inegável, no pensamento de Lima Barreto, a influência do positivismo, também possível de ser verificada no pensamento de seus contemporâneos intelectuais.

Benevente, muito calmo, sorrindo com ironia superior, como se estivesse a discutir numa academia, com outro confrade, foi ao encontro do adversário furioso:

– Meu caro senhor; é lei do mundo: os fortes devem vencer os fracos. Estamos condenados...

O bacharel usava e abusava desse fácil darwinismo de segunda mão; era o seu sistema favorito, com o qual se dava ares de erudição superior. A bem dizer, nunca lera Darwin e confundia o que o próprio sábio inglês chama de metáforas, com realidades, existências, verdades inconcussas. Do que a crítica tem oposto aos exageros dos discípulos de Darwin, dos seus amplificadores literários ou sociais, do que, enfim, se vem chamando as limitações do darwinismo, êle nada sabia, mas falava com a segurança de inovador de há quarenta anos passados e ênfase de bacharel recente, sem as hesitações e dúvidas de verdadeiro estudioso, como se tivesse entre as mãos a explicação cabal do mistério da vida e das sociedades. Essa segurança, certamente inferior, dava-lhe fôrça e o impunha aos tolos e néscios; e, só uma inteligência mais fina, mais apta a desmontar máquinas de embuste, seria capaz de fazer reservas discretas aos méritos de Benevente. Na pensão, porém, onde as não havia, todos recebiam aquelas afirmações como ousadas inteligentes, sábias e ultramodernas. (Miss Edith e seu tio, p.266-267) CA – março/1914

A ciência, tema importante no ideário das primeiras décadas da República, ganha, na produção limiana, bastante destaque. Tanto na sua produção jornalística quanto na ficcional, parece identificar na ciência uma fonte de preconceitos.

Nada mais falso do que apelar para a Ciência em tal questão. O que se chama Ciência nesse campo da nossa atividade mental ainda não é nem um corpo homogêneo de doutrinas. Cada autor faz um poema à raça de que parece descender ou com que simpatiza, por isto ou aquilo. Os seus dados, as suas insinuações, os seus índices, todo aquêlo amontoado de coisas heteroclíticas que vemos, no nosso comuníssimo Topinard, são interpretados ao sabor da paixão oculta ou clara de cada dissertador.

Basta dizer, como o mestre Finot, que a dolicocefalia, considerada como qualidade suprema entre os brancos, nada vale quando se a encontra entre os negros....

O critério mesmo de raça não é fixo de um autor para outro: e êles se emaranham numa porção de divisões e subdivisões, segundo esta ou aquela característica, abandonando aquela ou esta indicação do corpo humano estudado. Não há dúvida nenhuma que, para classificar, é preciso abstrair de certos dados, para só procurar os gerais e comuns ao fenômeno a estudar, mas o resultado disso só pode valer para a Ciência, enquanto Ciência. Desde, porém, que passemos do campo espiritual, abstrato, para o da aplicação e da prática, êsses resultados devem ser tomados com as necessárias reservas e convicções.

¹⁴¹ “... um moço formado que escrevia nos jornais”. (Miss Edith e seu tio, p.260) CA

Na ciência que mais impressiona pelo rigor de suas predições – a Anatomia – não é preciso ser um profissional para saber que são inúmeras as correções que se fazem às observações quaisquer. Há uma até – “a equação pessoal” – que é relativa ao próprio observador.

Os senhores que se têm entregue a êsses estudos de antropologia, etnografia ou que outros nomes tenham, se esquecem muito de que um grande naturalista, creio que Lineu, disse: “a natureza não tem raças nem espécies, ela só tem indivíduos”.

Nas ciências naturais, como em outra qualquer, tôda a classificação há de ser um produto do nosso espírito em função do nosso poder de abstrair. Fora dêle, ela não existe, não é.

Coisas comezinhas como estas precisam ser repetidas para que êsses senhores grosseiros de espírito que se fizeram autoridades em coisas de raças com as quais não lidaram e que dos respectivos indivíduos, em geral, só conhecem partes mortas (o crânio sobretudo); precisam ser repetidas, dizia, para que êles, acantonados num pequeno departamento das cogitações espirituais da Humanidade, esquecendo as leis do nosso pensamento, as suas categorias e fatalidades, quando entra em relação com o mundo exterior, não transformem as suas pesquisas e generalizações em artigos de fé, em Corão obsoleto, a propugnar guerras santas e massacres.

Em matéria de raças, fazendo delas entidades concretas fora de nós, acabamos, se o fizermos, em êrro tão lamentável como o geômetra que afirmasse haver na natureza esfera, ciclóide, cilindro, linha, ponto, etc.

Tôda essa precaução de pensador honesto em não querer trazer para o mundo dos objetos, senão com as mais delicadas precauções, as suas concepções subjetivas, parece não deter os difundidores de certa antropologia.

Mas a experiência, a observação?

Há experiência e experiência. Da mais simples, da física, a ciência experimental por excelência, requer-se o afastamento cuidadoso de tôda a causa de perturbação; e é, portanto, fácil de ver que muito mais cautela se deve ter com as observações de fenômenos complexos como são os de raças humanas.

Além de tudo, os instrumentos de observação, inclusive nós mesmos, são sujeitos a erros e dependem de tantas circunstâncias para nos darem relativa certeza, que já alguém perguntou o que seria da bacteriologia se a nossa óptica estivesse aqui ou ali errada.

Nos grandes sábios, por menos que se tenha lidado com êles, como é o meu caso, só encontramos dúvidas, reservas quanto à verdade das suas observações e resultados gerais; mas, modernamente, com a democratização da ciência e seu fraccionamento necessário, não há mediocridade mais ou menos sabichona, neste ou naquêle campo da ciência, que não se arrogue infalível.

E, sem medirem as relações que um processo de estudo, visando certo objeto, pode ter sôbre outros visando outros objetos, para avaliar o grau de certeza que têm os resultados a que chegaram, vão para adiante afirmando o que entendem e lhes parece ser verdade, num clarão ou num lampejo de sua inteligência.

Se há em nós um fundo de amor, há também um não menor de maldade que faz procurar justificativas honestas para as nossas antipatias, sem razão. Tôda a educação tem por fim anulá-lo, mas só o consegue lentamente.

Êsses senhores que edificaram essas teorias de irremediável desigualdade de raças são tenazes e ferrenhos em remover tôdas as diferenças desta ou daquela

natureza que possam separar o homem do macaco; mas, em compensação, são também tenazes e ferrenhos em acumular antagonismos entre os brancos e negros. Às vezes mesmo, fazem enormes esforços para justificar, em teorias sociais, ódios de grupos humanos contra outros que, entretanto, têm diversa origem. (Considerações oportunas, p.188-p.191) FM – 16/08/1919

Como exemplo da crítica à eugenia nos seus romances, temos a fala de Gonzaga de Sá, em *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*.

– Últimamente, disseram que os feitios de sentir eram tão diferentes em cada raça humana, que era o bastante para fazer não se entendessem elas... Que há, de fato, mais de um sentir, de um pensar para cada raça, etc., etc. Ora, em face do nosso povo, tão variado, eu tenho reparado que nada há que as separe profundamente. E nós nos entenderíamos e preencheríamos facilmente o nosso destino, se não fôra a perturbação que trazem os diplomatas viajados, acovardados diante da opinião americana, querendo deitar esconjuros e exorcismos...

Continuou:

– Tu bem sabes que é difícil dizer onde começa o real e onde acaba. O homem é um animal conceitualista, isto é, capaz de tirar de pequenos dados do mundo uma representação mental, uma imagem, estendê-la, desdobrá-la e convencer o outro que aquilo tudo existe fora de nós... Tu sabes? Ora, a Europa, as universidades que por má-fé ou por desconhecimento primitivo, não direi do real, mas do fato bruto colhido pelos sentidos, deram agora para fazer teorias sobre raça, sobre espécies humanas, etc., etc. A coisa se estende, os interessados não são ouvidos, pois não têm uma cultura seguida, porque se a tivessem, poderiam ter chegado a resultados opostos. Que acontece? A coisa pega como certa, cava dissensões, e os sábios diplomatas, para fazer bonito, adotam e escrevem artigos nos jornais e peroram burrices repetidas. Se no século XVII, o que separava os homens de raças várias era o conceito religioso, há de ser o científico que as separará daqui a tempos... A benéfica ciência!... Enfim, a ocasião não é propícia para uma conferência. (VM, p.121-122)

Ou ainda na voz de Isaiás Caminha, protagonista-narrador de *Recordações do escrivão Isaiás Caminha*.

Eu me lembrei de escrever estas recordações, há dous anos, quando, um dia, por acaso, agarrei um fascículo de uma revista nacional, esquecida sobre o sofá de minha sala humilde, pelo promotor público da comarca.

Nela um dos seus colaboradores fazia multiplicadas considerações desfavoráveis à natureza da inteligência das pessoas do meu nascimento, notando a sua brilhante pujança nas primeiras idades, desmentida mais tarde, na madureza, com a fraqueza dos produtos, quando os havia, ou em regra geral, pela ausência deles.

Li-o a primeira vez com ódio, tive desejos de rasgar as páginas e escrever algumas verrinas contra o autor.

Considerarei melhor e vi que verrinas nada adiantam, não destroem; se, acaso, conseguem afugentar, magoar o adversário, os argumentos dêste ficam vivos, de pé.

O melhor, pensei, seria opor argumentos a argumentos, pois se uns não destruíssem os outros, ficariam ambos face a face, à mão de adeptos de um e de outro partido.

Com essa reflexão, que me animo a chamar de bom conselho e excelente inteligência, vieram-me recordações de minha vida, de tôda ela, do meu nascimento, infância, puerícia e mocidade.

Mentalmente comparei os meus extraordinários inícios nos mistérios das letras e das ciências e os prognósticos dos meus professôres de então, com êste meu triste e bastardo fim de escrivão de coletoria de uma localidade esquecida.

Por instantes, dei razão ao autor do escrito. (RE, p.40-41)

A preocupação com o desdobramento do desenvolvimento da ciência, de matriz positivista ou evolucionista, aparece em largas considerações doutrinárias que visam ao esclarecimento de distorções que Lima Barreto detecta.

Em *Miss Edith e seu tio*, com a ironia fina do autor, temos novamente o doutor Benevente e as expectativas do grupo social, representado aí por moradores da pensão “Boa Vista”¹⁴².

– É um fato, meu caro senhor. O nosso amor à verdade leva-nos a tal convicção. Que se há de fazer? A ciência prova.

A palavra altissonante de Ciência, pronunciada naquela sala mediocrementemente espiritual, ressoou com estridências de clarim a anunciar vitória. Dona Sofia virou-se e olhou com espanto o bacharel; Magalhães abaixou afirmativamente a cabeça; Irene arregalou os olhos; e Mme Barbosa deixou de arrumar as xícaras de chá no étagère.

Melo não discutiu mais e Benevente continuou a exaltar as virtudes dos ingleses. Todos concordaram com êle sôbre os grandes méritos do povo britânico: a sua

¹⁴² “Dirigia a pensão Mme. Barbosa, uma respeitável viúva de seus cinqüenta anos, um tanto gorda e atochada, amável como tôdas as donas de casas de hóspedes...” (p.260). Dona Sofia: “Sendo a mais antiga hóspede e possuindo uma razoável renda em prédios e apólices, gozava esta última senhora de uma tal ou qual intimidade com a proprietária... Dona Sofia havia sido casada com um negociante português que a deixara viúva rica...” (p.265). Magalhães era “escriturário da alfândega, hóspede também da “Boa Vista”, moço muito estimado pelos chefes, não só pela assiduidade ao emprêgo como pela competência em cousas de sua burocracia aduaneira e outras mais distantes”. (p.260). “Melo era um empregado público, promovido, guindado pela República, que impressionava à primeira vista pelo seu aspecto de candidato à apoplexia... Morava com a mulher na pensão, desde que casara as filhas; e, tendo sido auxiliar, ou cousa que valha do Marechal Floriano, guardava no espírito aquêle jacobinismo do 93, jacobinismo de exclamações e objurgatórias, que era o seu modo habitual de falar”. (p.266). “Florentino, hóspede quase sempre mudo, era um velho juiz de direito aposentado, espiritista convencido, que vagava no mundo com o olhar perdido de quem perscruta o invisível”.(p.268)

capacidade de iniciativa, a sua audácia comercial, industrial e financeira, a sua honestidade, a sua lealdade e, sobretudo, rematou Florentino: a sua moralidade. (Miss Edith e seu tio, p.267-268) CA – março/1914

Ou por meio de Alexandre Ventura Soares¹⁴³, personagem do conto *Agaricus Auditae*.

... A ciência brasileira tem os seus lados notáveis e singulares – continuou Alexandre na sua meditação – e um deles é essa presteza nos seus trabalhos. Isto é devido ao fato que, para os outros sábios, o objeto da ciência está no mundo, exigindo pesquisas, observações e experiências demoradas; nós, porém, pouco nos importamos com o mundo. Há livros; fazemos ciência. Com eles, revistas, memórias dos outros, sem ir diretamente à natureza, estudam-se detalhes, architecta-se uma teoria nova que escapou aos grandes mestres das grandes obras. A questão é combinar um com outro, embora antagonísticos... Oh! Êste Brasil não é um país perdido! É um grande país! (*Agaricus auditae*, p.112-113) HS

E ainda Alexandre...

Na rua, monologava Soares: um caso novo, um detalhe original, onde hei de buscá-los? Fui bom estudante e, talvez, por isso, nunca supus que, na ciência, houvesse novidade. Tudo já estava feito e, quando não estava, quando se queria cousa nova, compravam-se as revistas estrangeiras e lá estava a cousa digeridinha. E – que diabo! – para que havia de aumentar a dificuldade dos estudantes? Não bastavam os europeus, os tais alemães? (*Agaricus auditae*, p.105) HS

Nas passagens destacadas abaixo, de *Impressões de leitura* e de *Diário Íntimo*, respectivamente, podemos identificar a descrença do autor em relação à ciência,

¹⁴³ “Alexandre Ventura Soares tinha seus vinte e cinco anos, bacharel em ciências físicas e naturais, era preparador do Museu de História Natural, cargo que, obtido em concurso, lhe dera direito a uma viagem à Europa, nos tempos em que as subvenções para isso largamente se distribuíam, razão pela qual eram equitativa e sãbiamente feitas. ... A filha do ancião, muito naturalmente, pouco afeita a curiosidade sobre o seu jardim que não tivessem a ela por objeto, supôs que o doutor estivesse apaixonado por ela. Nenê, era o apelido familiar, sabia que o rapaz era dado a cousas de botânica; que pertencia ao museu; que o tratavam de doutor; logo não se podia tratar senão de um médico. A nossa mentecapta inteligência nacional de que não fazem parte só as mulheres, não admite que tratem de botânica senão os médicos; e de matemática os engenheiros; quando, em geral, nem uns nem outros se preocupam em tais cousas. Ela, porém, vivendo em círculo restricto, não tendo estudos especiais, convivências outras que não essa da sociedade, fossilizadas de cérebro e com receitas de formulário na cabeça, não podia ter outra opinião que a geral na nossa terra, de cima abaixo. Aquêlê moço era por força doutor em medicina ou, no mínimo, estudante. Quando soube que não, teve uma ponta de despeito; e custou-lhe a crer que fôsse tão formado como outro qualquer doutor. Foi o próprio pai quem a convenceu”. (*Agaricus Auditae*, p.101-102) HS

na contramão do discurso otimista da ciência como um sinal de “progresso da civilização”, vigente no período.

No caso específico de *Impressões de leitura*, o trecho selecionado refere-se aos comentários do autor ao romance *Cravo Vermelho*, de Domingos Ribeiro Filho.

... Vale a pena, portanto, ter em mãos obra sua, já por ser um livro de opiniões acentuadas e, em geral, de opiniões contrárias às minhas, já por ser meu amigo o seu autor e não haver nesse antagonismo de opiniões nenhum perigo de inimizade virulenta.

Domingos, por exemplo, acredita na Ciência, isto é, na Ciência com S grande, como diz o Senhor G. Galante, essa milagrosa concepção dos nossos dias, capaz de nos dar a felicidade que as religiões não nos deram; acredita, *ipso facto*, que ela é a expressão exata de uma ordem externa imutável e constante. Eu não. Tenho as mais sagradas dúvidas a ambos os respeitos. (Literatura e arredores, p.185) IL – 12/11/1907

Oh! A ciência! Eu era menino, tinha aquela idade, andava ao meio dos preparatórios, quando li, na *Revista Brasileira*, os seus esconjuros, os seus anátemas... Falavam as autorizadas penas do Senhor Domicio da Gama e Oliveira Lima...

Êles me encheram de medo, de timidez, abateram-me; a minha jovialidade nativa, a satisfação de viver nesse fantástico meio tropical, com quem tenho tantas afinidades, ficou perturbada pelas mais degradantes sentenças.

Desviei a corrente natural de minha vida, escondi-me em mim mesmo e fiquei a sofrer para sempre...

Mas, hoje! Hoje! Já posso alguma cousa e amanhã poderei mais e mais. Não pararei nunca, não me deterei; nem a miséria, as perseguições, as descomposturas me deterão...

É que senti que a ciência não é assim um cochicho de Deus aos homens da Europa sobre a misteriosa organização do mundo. (DI, p.112)

Do ponto de vista de uma filiação doutrinária que teria referenciado a sua crítica da sociedade brasileira, o que sugerem ou revelam os textos do autor?

A tão propalada vinculação do autor ao anarquismo parece um tanto apressada. É fato que podemos encontrar em vários de seus artigos uma certa simpatia pelos anarquistas.

Os governantes do Estado, que influíam quase soberanamente nas decisões da União, deixaram de fazer a tal propaganda do Estado no estrangeiro, mas aumentaram a polícia, para a qual adquiriram instrutores e mortíferas metralhadoras e deram em excomungar os estrangeiros a que chamam de anarquistas, de inimigos da ordem social, esquecidos de que andavam antes a

proclamar que a elegância da sua capital, os seus lambrequins, as suas fanfreluches eram devidas a êles, sobretudo aos italianos. (São Paulo e os estrangeiros, p.54) BA – 1917

Estão nestas palavras consubstanciado o ideal do autor das *Confessions*, no tocante à política. Êle é um crente na eficácia do Estado e da Legislação; e não há autor anarquista que seja capaz de subscrever tais palavras. Não há um, e com razão, que não negue o Estado e duvide da eficácia da Legislação. Em geral, o que o anarquismo quer, é soltar os homens, deixá-los agir livremente, sem leis, nem regulamentos, ou peias legais quaisquer, para que, pela livre e autonômica ação de cada uma das fôrças individuais, em virtude da simpatia que nos solicita, uns para os outros, se obtenha naturalmente o equilíbrio de tôdas as fôrças e atividades humanas. (Sôbre o maximalismo, p.160) BA – 01/03/1919

As condições, portanto, da civilização do Brasil, quer as econômicas, quer as morais, quer as de território, justificam que haja quem desinteressadamente, brasileiro ou não, seja anarquista...

Os anarquistas falam da humanidade para a humanidade, do gênero humano para o gênero humano, e não em nome de pequenas competências de personalidades políticas; e se há muitos que o são por ignorância ou “esnobismo” consoante o dizer do jornalista conservador, mesmo assim merecem simpatias dos desinteressados, porque não usam daquelas ignorâncias nem daqueles “esnobismos” que dão gordas sinecuras na política e sucessos sentimentais nos salões burgueses. (Palavras de um *snob* anarquista, p.218) FM – 15/05/1913

No entanto, vivendo num período conturbado em que as questões sociais estavam colocadas e em que o operariado tentava se organizar, não há registro de que Lima Barreto tenha tido qualquer militância em movimentos da época, a não ser a sua contribuição com artigos em jornais libertários, dentre os diversos com os quais colaborou.

O agravamento das condições de vida e de trabalho dos operários, a influência da Revolução Russa de 1917 e as demais tentativas revolucionárias na Europa marcaram a ascensão da organização do movimento operário no Brasil no período entre 1917 e 1920. Nessa conjuntura, o trabalho de agitação e propaganda desenvolvido pelas lideranças anarquistas e a atividade concreta do anarco-sindicalismo na organização de sindicatos e ligas tiveram, como já pudemos ver, um peso importante.

A mesma ambigüidade pode ser identificada na sua suposta vinculação ao maximalismo. Em um de seus artigos, justifica explicitamente as razões de ter sido considerado, na época, um autor de tendência maximalista.

Em 11 de maio do ano passado, na revista *A.B.C.*, desta cidade, na qual durante muito tempo colaborei, tive ocasião de publicar um longo artigo – “No ajuste de contas” – que as bondosas pessoas que o leram, tacharam-no logo de manifesto maximalista. O artigo não tinha êsse pomposo intuito, mas, sendo tomado por tal, eu deixei que êle assim corresse mundo e fui desde logo classificado e apontado como maximalista. (Sôbre o maximalismo, p.157) BA – 01/03/1919

E continua...

Lembrei tudo isto, porquanto tendo há quase um ano, como já disse, deitado uma espécie de manifesto maximalista, estou na obrigação e me julgo sempre obrigado a seguir o que aqui se disser a respeito dos ideais da revolução russa em que me baseei naquele meu escrito.

Digo ideais e não as fórmulas e medidas especiais, porquanto, desde o comêço, tinha visto que elas não podiam ser as mesmas em todos os países.

O Senhor Ingenieros, muito mais sábio nessas cousas do que eu, e muito mais experimentado nelas, assim definiu o maximalismo: “a aspiração de realizar o máximo de reformas possiveis dentro de cada sociedade, tendo em conta as suas condições particulares”. (Sôbre o maximalismo, p.161-162) BA – 01/03/1919

Nesse mesmo artigo, Lima Barreto resume as principais idéias expressas no comentado “*No ajuste de contas*”. Vejamos:

No meu artigo “No ajuste de contas” inspirado nas vagas cousas sôbre a Revolução Russa, de que tinha notícia, eu pedia que se pusesse em prática quatro medidas principais: a) supressão da dívida interna, isto é, cessar de vez, o pagamento de juros de apólices, com o qual gastamos anualmente cêrca de cinqüenta mil contos; b) confiscação dos bens das ordens religiosas, sobretudo as militantes; c) extinção do direito de testar; as fortunas, por morte dos seus detentores, voltavam para a comunhão; d) estabelecimento do divórcio completo (os juristas têm um nome latino para isto) e sumário, mesmo que um dos cônjuges alegasse amor por terceiro ou terceira.

Êste artigo meu que os raros leitores crismaram de manifesto maximalista, justificava tôdas essas quatro medidas radicais e indicava ligeiramente outras. Não quis, porém, tratar do problema agrário nacional que é um dos mais prementes.

(...)

Em resumo, porém, se pode dizer que todo o mal está no capitalismo, na insensibilidade moral da burguesia, na sua ganância sem freio de espécie alguma, que só vê na vida dinheiro, dinheiro, morra quem morrer, sofra quem sofrer. (Sôbre o maximalismo, p.162-163) BA – 01/03/1919

A experiência bem sucedida do partido bolchevique e dos conselhos operários soviéticos na organização do poder revolucionário refletiu-se pelo continente europeu e também pela América Latina.

A Revolução Russa foi alvo de muitas considerações do autor em sua produção jornalística.

Não posso negar a grande simpatia que me merece um tal movimento; não posso esconder o desejo que tenho de ver um semelhante aqui, de modo a acabar com essa chusma de tiranos burgueses, acorados covardemente por detrás da Lei, para nos matarem de fome... (Vera Zassúlitch, p.72) BA – 14/07/1918

Precisamos deixar de panacéias; a época é de medidas radicais. Não há quem, tendo meditado sôbre êsse estupendo movimento bolcheviquista, não lobrigue nêle uma profunda e original feição social e um alcance de universal interêsse humano e de incalculável amplitude sociológica. (Vera Zassúlitch, p.73-74) BA – 14/07/1918

E continua a sua avaliação:

Pondo de parte os panurgianos e aquêles de mentalidade fôssil a serviço dos magnatas da Bôlsa, da Indústria e do Comércio, todos os homens de inteligência e de coração, independentes, tanto aqui como acolá, ficaram pensativos diante de uma revolução que tão fundamente atingiu os alicerces, não só os de um grande e poderoso império, como também os de tôdas as concepções matrizes das atuais aglomerações humanas, chamadas civilizadas.

Não se podia compreender com a nossa mentalidade jurídico-burguesa, feita de detricos de tantas idéias coletivas diferentes e, por vêzes, antagônicas, que meia dúzia de doidos vagabundos e ideólogos licenciassesem, do pé para a mão, um exército de milhões de homens e pusessem um imperador, a sua mulher e seus filhos, na Sibéria.

Não foram os doidos, como Lênine e outros são chamados pelos burgueses; não foram êles. Foram os oficiais e os soldados que se desarmaram a êles mesmos. É que a reforma de idéias e sentimentos já estava feita no íntimo dêles todos; e, como observou Oliveira Lima, não lhes satisfaziam muito aos ideais patrióticos e políticos; o essencial eram as medidas sociais. Puseram fora as carabinas... (Vera Zassúlitch, p.74) BA – 14/07/1918

Lima Barreto, como vimos, toma uma posição favorável em relação ao socialismo e à necessidade de uma revolução no Brasil. No entanto, esse posicionamento se faz a partir de um estudioso da questão social, um intelectual que pensa a situação social brasileira.

... O que é Lênine? O que são os *soviets*? Quem é Trotski? Não é êste alguma cousa ministro como aqui foi Rio Branco, com menos poder do que o barão, que fazia o que queria?

Responda, agora, se há ou não organização de govêrno, na Rússia de Lênine. Se é por isso só que implica com o bolchevismo...

Êsse ódio ao maximalismo russo que a covardia burguesa tem, na sombra, propagado pelo mundo; essa burguesia cruel e sem coragem, que se embosca atrás de leis, feitas sob a sua inspiração e como capitulação diante do poder do seu dinheiro; essa burguesia vulpina que apela para a violência pelos seus órgãos mais conspícuos, detestando o maximalismo moscovita, deseja implantar o “trepoffismo”, também moscovita, como razão de Estado; êsse ódio – dizia – não se deve aninhar no coração dos que têm meditado sôbre a marcha das sociedades humanas. A teimosia dos burgueses só fará adiar a convulsão que será então pior... (Da minha cela, p.102-103) BA – 25/11/1918

... lembrou-me voltar à carga, tanto mais que os nossos sabichões não têm nem uma espécie de argumento para contrapor aos apresentados pelos que têm meditado sôbre as questões sociais e vêem na revolução russa, uma das mais originais e profundas que se tem verificado nas sociedades humanas. Os doutôres da burguesia limitam-se a acoiimar Lênine, Trótski e seus companheiros de vendidos aos alemães. (Sôbre o maximalismo, p.157) BA – 01/03/1919

Após essas considerações, retomamos a pergunta: Lima Barreto revela uma filiação doutrinária?

O próprio autor nos responde:

O que tenho são implicâncias parvas; e é só isso. Implico com três ou quatro sujeitos das letras, com a Câmara, com os diplomatas, com Botafogo e Petrópolis; e não é em nome de teoria alguma, porque não sou republicano, não sou socialista, não sou anarquista, não sou nada: tenho implicâncias. (A estação teatral, p.277) IL – 15/07/1911

2. Lima Barreto e o perfil cultural¹⁴⁴ da sociedade brasileira

Se até aqui, pudemos mapear o contexto em que Lima Barreto viveu e escreveu, procurando vislumbrar alguns dos seus principais interlocutores, condição indispensável para a compreensão do seu pensamento, procuraremos agora apontar alguns aspectos da mentalidade brasileira identificados pelo autor.

Como vimos, no período da Primeira República, a partir de um processo acelerado de consolidação das relações capitalistas, novos valores e padrões de comportamento puderam ser percebidos na sociedade brasileira, particularmente no ambiente urbano. Essas mudanças de hábitos e valores, particularmente na sociedade carioca da época, não escaparam a Lima Barreto.

O autor acusa a sociedade brasileira de seu tempo de “esterilidade mental”, de “falta de originalidade intelectual”, e acusa uma “pobreza da nossa paisagem moral”. No conjunto de suas obras, tende a responsabilizar a “ganância” e a “desonestidade” das camadas mais altas pela nossa “submissão” mental.

É preciso considerar que o Brasil enfrentava problemas de base. O esgotamento do modelo agroexportador já ia bem adiantado. Os mecanismos que o Estado empregava para garantir o núcleo cafeeiro aprofundavam a dependência em relação ao capital externo e, portanto, o país estava estruturalmente sujeito às oscilações internacionais. As políticas econômicas executadas para a manutenção do sistema, tais como a valorização do preço do café e os reajustes cambiais, geravam um custo social cada vez mais alto, o que implicava numa crescente onda de insatisfações.

A gente do Brasil, entretanto, pensa que a existência nossa deve ser a submissão aos Acácios e Pachecos, para obter ajudas de custos e sinecuras.

Vem disto a nossa esterilidade mental, a nossa falta de originalidade intelectual, a pobreza da nossa paisagem moral e a desgraça que se nota no geral da nossa população.

¹⁴⁴ Cultura e mentalidade são termos que aqui utilizamos não como conceitos ou categorias inseridos num determinado referencial teórico mas na sua acepção genérica da língua, conforme FERREIRA, *Novo dicionário da língua portuguesa*, 1986. Cultura: “O complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e doutros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade”. (p.508). Mentalidade: “O conjunto dos hábitos intelectuais e psíquicos de um indivíduo, ou de um grupo”. (p.1119)

Ninguém quer discutir; ninguém quer agitar idéias; ninguém quer dar a emoção íntima que tem da vida e das coisas. Todos querem “comer”. (A política republicana, p. 79) MA – 19/10/1918

A covardia mental e moral do Brasil não permite movimentos de independência; ela só quer acompanhadores de procissão, que só visam lucros ou salários nos pareceres. Não há, entre nós, campo para as grandes batalhas de espírito e inteligência. Tudo aqui é feito com o dinheiro e os títulos. A agitação de uma idéia não repercute na massa e quando esta sabe que se trata de contrariar uma pessoa poderosa, trata o agitador de louco. (Elogio da morte, p. 42) MA – 19/10/1918

A nossa burguesia republicana é a mais inepta de tôdas as burguesias. Não tem gosto, não tem arte, não possui o mais elementar sentimento da natureza. Há nela pressa em tudo: no galgar posições, no construir, no amor, no ganhar dinheiro, etc. Vai, nessa carreira, atropelando, vai matando, vai empurrando, tudo e todos; e, como não tenha educação, cultura e instrução, quando se apossa do dinheiro, ganho bem ou mal, não sabe como aplicá-lo, num gesto próprio e seu; então, imita o idiota que procura em comprar o que fôr caro, porque será decerto o mais belo. (O Jardim Botânico e as suas palmeiras, p.93-94) MA – 26/06/1919

Dona Celeste¹⁴⁵, personagem de *Numa e a Ninfa*, representa a mentalidade da “nossa nobreza campestre”, em uma fase de transição entre o agrário e o urbano.

... De gostos elementares, sem compreensão para as altas cousas, com fraca energia de sentidos, Dona Celeste era virtuosa e casta; tinha, entretanto, as ridículas arrogâncias de nossa nobreza campestre – uma dureza e um certo desdém em tratar os inferiores, um sentimento de propriedade sobre eles e um séquito atroz de pequeninos preconceitos e superstições. (NN, p.99)

Uma das questões apontadas pelo autor seria a existência de uma “propensão nacional para a tirania” como componente importante da mentalidade brasileira.

¹⁴⁵“Havia cêrca de vinte anos que passava pelas altas camadas, que a comprimia o código das várias cerimônias de sociedade, mas guardava intactas tôdas as qualidades e defeitos de sua educação de fazenda. ... Apesar disso, era generosa e caridosa. Sendo assim, à primeira vista era simpática; e quem a analisasse cuidadosamente, achá-la-ia um pouco ridícula, mas sempre simpática. Em a examinando bem, sentia-se perfeitamente tudo o que ela tinha de mau e estreito dentro de si, tudo o que o seu feitio de espírito representava de pêso morto na nossa sociedade; por momentos, porém, havia profundas modificações no seu caráter e ela se manifestava em grandes atos de verdadeira grandeza que brotavam da sua exuberância sentimental”. (CA, p.99-100)

Todo o brasileiro nasceu mais ou menos para ser um tiranozinho em qualquer cousa, e é feito guarda civil ou ministro da Justiça, cabo de destacamento ou chefe de polícia, guarda fiscal ou presidente da república – trata logo de pôr pessoalmente em ação a autoridade de que está investido pelo Estado místico. (O encerramento do Congresso, p.273) FM – 14/01/1922

A mania do brasileiro é ser chefe, seja de que forma fôr. Se não pode ser do Rio inteiro, contenta-se em sê-lo do Beco dos Boiotos, mas é chefe! Nas letras, o nosso tipo de chefe é o Senhor Rui Barbosa, mas, que já repudiou a literatura por ocasião do seu jubileu, assim mesmo continua a ser o seu tipo. O aspirante a chefe literário, atualmente, é o Senhor Coelho Neto, que, impondo-se a obrigação de preencher tôdas as exigências do modelo barbosiano, quis se fazer político. (Sôbre o nosso teatro, p.223) BA – 12/03/1919

Nos trechos abaixo, há exemplos de como essa “propensão” perpassaria todas as camadas sociais, ou, pelo menos, as camadas urbanas.

A segunda classe dos nossos vagões de trens de subúrbios não é assim tão homogênea. Falta-nos, para sentir a amargura do destino, profundidade de sentimentos. Um soldado de polícia que nela viaja não se sente diminuído na sua vida; ao contrário: julga-se grande coisa, por ser polícia; um guarda civil é uma coisa importante; um servente de secretaria vê Sua Excelência todos os dias e, por isso, está satisfeito; e todos êles, embora humildes, encontram na sua estreiteza de inteligência e fraqueza de sentir motivos para não se julgarem de todo infelizes e sofredores. Só alguns e, em geral, operários é que esmaltam no rosto angústia e desânimo. (O trem de subúrbios, p.241-242) FM – 21/12/1921

Deve ser o motivo de meditação essa nossa propensão nacional para a tirania e para o despotismo. Um qualquer sábio iria encontrar as raízes disso no cacique onipotente da taba indígena ou no feitor de fazenda em cujo eito gemia e suave a escravaria negra.

Pode ser que sejam essas as origens; pode ser que sejam outras. É cousa que não é afinal da minha conta. O que verifico, porém, é que não se dá a qualquer brasileiro um bocadinho de autoridade sem que logo êle não desande num tirano. Eu mesmo já senti as manifestações dessa tendência nacional quando, ainda menino de colégio era escalado a tomar conta da classe.

Por dá cá aquela palha, admoestava o colega, punha-o de castigo ou dava parte ao professor. (Seria o “Suco”, p.153) CRJ – 08/01/1921

Essa “tirania” ou “despotismo”, por sua vez, aparece relativizada no romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, na voz do protagonista-narrador. Após ser interrogado pela segunda vez pelo inspetor, por ser suspeito de roubo na pensão em que morava, Isaías comenta:

Há muita bondade no nosso caráter, mas também muita arrogância, muito exagêro no mandar e um doentio impudor no desobedecer. Êsses arrependimentos, essas voltas atrás são freqüentes e fatais no modo de agir das nossas autoridades. Eu não sei até que ponto me excedi, até onde fui inconveniente; não tenho ainda observado essa face do caráter nacional, espantei-me com a delicadeza com que me tratou a autoridade, pela segunda vez. (RE, p.122)

Uma outra peculiaridade da nossa paisagem cultural seria a falta de tradição. Como exemplo, destacamos a passagem abaixo, de *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

... Quaresma vinha desanimado. Como é que o povo não guardava as tradições de trinta anos passados? Com que rapidez morriam assim na sua lembrança os seus folgares e as suas canções? Era bem um sinal de fraqueza, uma demonstração de inferioridade diante daqueles povos tenazes que os guardam durante séculos! Tornava-se preciso reagir, desenvolver o culto das tradições, mantê-las sempre vivazes nas memórias e costumes...(TF, p.51)

Na sociedade brasileira haveria também uma disposição para a futilidade, para o amor aos mexericos e às intrigas. Essa característica resultaria na baixa qualidade da nossa produção de bens culturais.

A “revista” ou que outro nome tenha, que desceu hoje até ao mais baixo grau de imbecilidade, estupidez e panurgismo, é procurada, é apreciada pelo público, porque é atual, porque em virtude do nosso amor à bisbilhotice e à maledicência, fala mal dos outros e os ridiculariza.

O grosso público do Brasil gosta sempre da crítica, amarga, muito atual, muito do dia presente, aos acontecimentos e às pessoas, e não a quer em grandes vãos e generalizações. Êle a quer a “seu” fulano, delegado, ou ao “Seu” Chaves, vendeiro da esquina, ou à Dona Sinhá Fagundes, que se finge de rica.

(...)

Da maledicência e da crítica, todo o nosso povo, do Amazonas, etc., a parte que mais gosta é a política e uma comédia política, ao jeito das de Aristófanes, ou mesmo das velhas farsas ou “óperas” de Antônio José, com alusões a casos bem do dia de hoje, com troças e personagens antipatizados pelo público, enquadrado tudo isto num livre e mesmo fantástico entrecho, sem que se lhe pusesse nenhuma restrição à fantasia, julgo que seria peça de grande sucesso. (Sôbre o nosso teatro, p.224-225) BA – 12/03/1919

Tenho dito muitas vêzes que não vou ao teatro. Isto é verdade. Não é porque despreze o teatro pròpriamente; não é porque despreze os artistas; não é porque despreze os autores. Eu não vou a teatro porque desprezo o público. Os artistas e autores não têm culpa de que o nosso teatro seja a chulice que é; quem tem culpa

é o público. Aquêles dão a êste o que êste lhes pede, e não podem, e não devem fazer outra cousa, pois precisam viver. (Sôbre o nosso teatro, p.221) BA – 12/03/1919

Querer atrair o nosso público, o grande, o remunerador, com as peças dos moldes estabelecidos, é vão. Êle não voa tão alto nos conflitos de sentimentos, de paixões e caracteres. Na literatura escrita, pode-se tentar, porque bastam dous mil leitores, para custear uma edição; mas no teatro, o que são dous mil espectadores? Nada. (Sôbre o nosso teatro, p.226) BA – 12/03/1919

Enfim...

É mesmo do nosso temperamento não dar importância às coisas sérias, antes preocuparmo-nos com toleimas e futilidades. (Liga de Defesa Nacional, p.196) VU – 25/10/1919

O comportamento das camadas altas da sociedade brasileira eram identificadas pelo autor como símbolo do arrivismo. Toda uma galeria, composta de “cavadores”, “*smarts*”, “especuladores”, “plutocratas”, “golpistas”, “caça-dotes”, figura nas obras do autor¹⁴⁶.

Considerado um dos precursores da literatura social, veremos então como o autor se posiciona em relação à mentalidade popular.

No romance *Numa e a Ninfa*, vamos encontrar a passagem em que o narrador descreve a Cidade Nova¹⁴⁷ e alguns de seus costumes e comportamentos. Nos bailes suburbanos, por exemplo, o namoro é vigiado ostensivamente pelos pais porque “dada a sua condição, há o temor de sedução, da desonra”¹⁴⁸.

¹⁴⁶ Sobre esse assunto, consultar SEVCENKO, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, 1999.

¹⁴⁷ “... naquela triste parte da cidade, de longas ruas quase retas, com uma edificação muito igual de velhas casas de rótula, porta e janela, antigo charco, aterrado com detritos e sedimentos dos morros que a comprimem, bairro quase no coração da cidade, curioso por mais de um aspecto. ... Irregular como é o Rio, não se pode dizer que fique bem ao centro da cidade; é, porém, ponto obrigado de passagem para a Tijuca e adjacências, São Cristóvão e subúrbios. ... Em geral, era e ainda é, a população de côr, composta de gente de fracos meios econômicos, que vive de pequenos empregos; tem, portanto, que procurar habitação barata, nas proximidades do lugar onde trabalha e veio daí a sua procura pelas cercanias do aterrado; desde, porém, que a ela se vieram juntar os imigrantes italianos ou de outras procedências, vivendo de pequenos ofícios, pelas mesmas razões êles a procuraram. Já se vê, pois, que, ao lado da população de côr, naturalmente numerosa, há uma grande e forte população branca, especialmente de italianos e descendentes”. (NN, p.82-84)

¹⁴⁸ BARRETO, *Numa e a Ninfa*, p.85.

... Há nêles [nos bailes] até exagêro de vigilância materna ou paterna, de preceitos, de regras costumeiras de grupo social inferior que realiza a criação ou a invenção de outro grupo...

Como em tôdas as partes, em tôdas as épocas, em todos os países, em tôdas as raças, embora se dê, às vêzes, o contrário, sendo mesmo condição vital à existência e progresso das sociedades – os inferiores se apropriam e imitam os ademanes, a linguagem, o vestuário, as concepções de honra e família dos superiores. Tôda a invenção social é criação de um indivíduo ou grupo particular propagado por imitação a outros indivíduos e grupos... (NN, p.85-86)

Como o autor se posiciona ora explicitamente como membro das camadas populares, ora como parte dos intelectuais, essa oscilação entre pontos de vista faz com que ele assuma posições bastante contraditórias. Exemplos dessas diferentes posições assumidas aparecem nos trechos abaixo.

Eu não sei bem porque quiseram tal nome [“Rapaduras Gostasas”], mas nada objectei-lhes e calei tôda a crítica irreverente ou tôla à semelhante manifestação de arte popular. Diabo! Eu sou povo também; não descendo, como o presidente, de fidalgos flamengos, que ficaram no Brasil e abandonaram os seus patrícios... Sou essencialmente homem do povo e criticar manifestações artísticas de pessoas da mesma condição que a minha, pode parecer pretensão e soberbia. (Legião da mulher brasileira, p.67)

Mas conclui, ironizando...

Guardei a crítica e convenci-me de que podia haver rapaduras amargas. (Legião da mulher brasileira, p.67)

Além da “pobreza de pensamento”, às vezes chamada de “indigência mental”, atribuída ao povo, os seus artigos e crônicas são fartos em referências à sua ignorância pura e simples.

Na sua limitação e estreiteza de vistas, na sua ignorância e indigência mental, êle prestigia êsses seus algozes doutorais, para os quais crescem os impostos, vêm outros novos, arranjam-se empréstimos onerosíssimos, a fim de serem mantidos os seus empregos e achegos, causando tudo isto o encarecimento progressivo da vida.

(...)

O povo admira-os; pois bem: sua alma sua palma. (As reformas e os “doutôres”, p.240) FM – 16/01/1921

Em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, o narrador acusa a personagem Anastácio¹⁴⁹ de falta de iniciativa e de racionalidade nas ações, apesar da “boa vontade” no trabalho.

... Os arredores da casa ofereciam um aspecto desolador, apesar dos esforços de Anastácio, sempre vigoroso e trabalhador na sua forte velhice africana, mas baldo de iniciativa, de método, de continuidade no esforço.

Um dia capinava aqui, outro dia ali, outro pedaço, e assim ia saltando de trecho em trecho, sem fazer trabalho que se visse, permitindo que as terras e os arredores da casa adquirissem um aspecto de desleixo que não condizia com o seu trabalho efetivo.

(...)

Na sua inteligência havia uma necessidade do tortuoso, do aparentemente fácil; e, em tudo êle punha êsse jeito de sua psique, tanto no falar, com grandes rodeios, como nos canteiros que traçava, irregulares, maiores aqui, menores ali, fugindo à regularidade, ao paralelismo, à simetria, com um horror artístico. (TF, p.263-264)

A noção de precariedade do conhecimento popular é recorrente nas obras do autor. No romance *Clara dos Anjos*, Lima Barreto comenta o auto-didatismo popular por meio da personagem Joaquim dos Anjos¹⁵⁰, um humilde funcionário público.

O seu saber musical era fraco; adivinhava mais do que empregava noções teóricas que tivesse estudado.

Aprendeu a “artimanha” musical na terra do seu nascimento, nos arredores de Diamantina, em cujas festas de igreja a sua flauta brilhara, e era tido por muitos como o primeiro flautista do lugar. Embora gozando desta fama animadora, nunca quis ampliar os seus conhecimentos musicais. Ficara na “artinha” de Francisco Manuel, que sabia de cor; mas não saíra dela, para ir além. (CA, p.31-32)

Outra personagem do *Clara dos Anjos* também exemplifica esse “saber de ouvido”: Antônio da Silva Marramaque¹⁵¹, compadre de Joaquim dos Anjos:

¹⁴⁹ Ex-escravo, trabalhava para o Quaresma há trinta anos. “Era uma singular situação, a daquele prêto africano, ainda certamente pouco esquecido das dores do seu longo cativeiro, lançando mão dos resíduos de suas ingênuas crenças tribais, resíduos que tão a custo tinham resistido ao seu transplante forçado para terras de outros deuses – e empregando-os na consolação dos seus senhores de outro tempo. Como que os deuses de sua infância e de sua raça; aquêles sanguinários manipansos da África indecifrável, quisessem vingá-lo à legendária maneira do Cristo dos Evangelhos...” (TF, p.246)

¹⁵⁰ Joaquim dos Anjos era carteiro e pai de Clara dos Anjos. Voltaremos a falar dele mais adiante.

¹⁵¹ “Embora atualmente fôsse um simples contínuo de ministério, em que não fazia o serviço respectivo, nem outro qualquer, devido a seu estado de invalidez, de semi-aleijado e semiparalítico do lado esquerdo,

... Os seus méritos e saber, porém, não estavam muito acima do cargo. Aprendera muita coisa de ouvido e, de ouvido, falava de muitas delas. Tivera, em moço, uma boa convivência. Estava aí o segredo de sua ilustração.... Tendo vivido em rodas de gente fina – como, já vimos – não pela fortuna, mas pela educação e instrução... (CA, p.40)

Ele nunca havia lido versos seguidamente. Nos jornais que lhe caíam à mão, mesmo nos retalhos deles e em páginas soltas de revistas que vinham parar ao armazém para embrulho, é que lera alguns. (CA, p.64)

O narrador justifica o motivo pelo qual Marramaque, apesar de ter recitado uma poesia de cor, caso lhe fosse perguntado o nome do autor não saberia responder. “Era uma poesia sem assinatura, num jornal antigo, gostara dela e a decorara”¹⁵².

O povo é avêso a guardar os nomes dos autores, mesmo os dos romances, folhetins que custam dias e dias de leitura. A obra é tudo, para o pequeno povo; o autor, nada. (CA, p.83)

Já *Numa e a Ninfa* faz referência à valorização, pelas camadas populares, do “tocar de ouvido”. Esse é o caso, por exemplo, dos pianistas da Cidade Nova.

São mais apreciados os que tocam “de ouvido” e parece que eles põem nas “fiorituras”, trinados e “mordentes”, com que urdem as composições suas e dos outros, um pouco do imponderável, do vago, do indistinto que há naquelas almas.

Uma *schottische* tocada por eles, ritima o sonho daquelas cabeças, e põe em seu pensamento não sei que promessas de felicidade que todos se transfiguram quando o pianista a toca. (NN, p.86)

Em síntese, o saber popular seria um saber precário, sem técnica, mas que expressaria e reforçaria a “mentalidade” popular. Tudo isso desembocava em uma falta de curiosidade intelectual, de ambição e de perspectivas. Nesse sentido, Joaquim dos Anjos, personagem de *Clara dos Anjos*, tem uma história interessante:

tinha, entretanto, pertencido a uma modesta roda de boêmios literatos e poetas, na qual, a par da poesia e de cousas de literatura, se discutia muita política, hábito que lhe ficou. Quando veio a revolta de 93, a roda se dissolveu. Uns foram acompanhar o Almirante Custódio; e outros, o Marechal Floriano. Marramaque foi um destes e até obteve as honras de alferes do Exército”. (CA, p.39)

¹⁵² BARRETO, *Clara dos Anjos*, p.83.

... Desgostoso com a existência medíocre na sua pequena cidade natal, um belo dia, aí pelos seus vinte e dois anos, aceitara o convite de um engenheiro inglês que, por aquelas bandas, andava, a explorar terras e terrenos diamantíferos. Todos julgavam que o “seu” *mister* andasse fazendo isso; a verdade, porém, é que o sábio inglês fazia estudos desinteressados. Fazia puras e platônicas pesquisas geológicas e mineralógicas. O diamante não era o fim dos seus trabalhos; mas o povo, que teimava em ver, pelos arredores da cidade, o ventre da terra cheio de diamantes, não podia supor que um inglês que levava a catar pedras, pela manhã e até à noite, tomando notas e com uns instrumentos rebarbativos, não estivesse com tais gatimônhas a caçar diamantes. Não havia meio do *mister* convencer à simplória gente do lugar que êle não queria saber de diamantes...

Logo ao chegar o geólogo, Joaquim empregou-se como seu pajem, guia, encaixotador, servente, etc., e tanto foi obediente e serviu a contento o sábio, que êste, ao dar por terminadas as suas pesquisas, convidou-o a vir ao Rio de Janeiro, encarregando-se de movimentar a sua pedregulhenta ou pedregosa bagagem, até que ela fôsse posta a bordo. O sábio comprometeu-se a pagar-lhe a estadia no Rio, o que fêz, até embarcar-se para a Europa.

Deu-lhe dinheiro para voltar, um chapéu de cortiça, umas perneiras, um cachimbo e uma lata de fumo Navy Cut; Joaquim já se havia habituado ao Rio de Janeiro, no mês e pouco em que estivera aqui, a serviço do Senhor John Herbert Brown, da Real Sociedade de Londres; e resolveu não voltar para Diamantina. Vendeu as perneiras num belchior e o chapéu de cortiça também; e pôs-se a fumar o saboroso fumo inglês no cachimbo que lhe fôra ofertado, passeando pelo Rio, enquanto teve dinheiro. Quando acabou, procurou conhecidos que já tinha; e, em breve, entrou para o serviço de empregado de escritório de um grande advogado, seu patricio, isto é, mineiro.

– Não te darei cousa que valha a pena – disse-lhe logo o doutor – mas aqui irás travando conhecimentos e podes arranjar cousa melhor mais tarde.

Viu bem que o “doutor” lhe falava a verdade, e tôda sua ambição se cifrou em obter um pequeno emprêgo público que lhe desse direito a aposentadoria e a montepio, para a família que ia fundar. Conseguira, ao fim de dous anos de trabalho, aquêle de carteiro, havia bem quatro lustros, com o qual estava muito contente e satisfeito da vida, tanto mais que merecera sucessivas promoções. (CA, p.32-33)

Por outro lado, uma falta de originalidade estava presente não apenas entre as camadas populares, mas também a cultura da elite padeceria do mesmo problema. É interessante verificar nos trechos selecionados que Lima Barreto associa a imitação artística até mesmo à depreciação da mulher.

Um inglês polido e educado, como deve ser o anunciante, há de gostar também de música. Se é refinado, não lhe convém o Rio. Aqui, não há músico criador, nem grande nem pequeno. A nossa atividade musical está entregue às mulheres, ou melhor: a môças casadouras e ricas; e as mulheres raramente são criadoras. Não há compositores; só há executores ou antes: executoras, desde os ferrinhos e

o trombone até o órgão e o piano. (O meu conselho, p.173) FM – 01/10/1921

... julgo que seria mais auspicioso que os Josés Maurícios e os Carlos Gomes se repetissem no Brasil com mais freqüência do que essa chusma de meninas prendadas que levam todos os dias a dar concertos, aqui, ali e acolá, mostrando as suas habilidades no piano, mas sem pròpriamente nada criar, que afirme a nossa cultura e exprima de algum modo o nosso pensamento coletivo, as nossas dores e os nossos sonhos e alegrias. Em compensação, temos as cantigas dos cordões, dos blocos, dos ranchos, do “Forrobodó”, e do “Fogo, viste lingüiça?”, que são apreciáveis e têm raízes, a parte musical, na arte chinesa; e a poética, não se sabe bem aonde. Talvez o *sir* do anúncio aprecie êste nosso modo de ser espiritual. Espere pelo carnaval, para verificar. (O meu conselho, p.173-174) FM – 01/10/1921

Quanto à distância entre o popular e a elite “cultura”, denunciada freqüentemente pelo autor, temos o exemplo das festas populares, como o carnaval¹⁵³. Em artigos e crônicas, o desprezo do próprio Lima Barreto por essas manifestações populares é explicitada.

Entrou o ano, entrou o carnaval; e acontece isto por êste Brasil em fora. O carnaval é hoje a festa mais estúpida do Brasil. Nunca se amontoaram tantos fatos para fazê-la assim. Nem no tempo do entrudo, ela podia ser tão idiota como é hoje. O que se canta e o que se faz, são o supra-sumo da mais profunda miséria mental.

“Blocos”, “ranchos”, grupos, cordões, disputam-se em indignância intelectual e entram na folia sem nenhum frescor musical...

(...)

Enfim, a leitura dessa pasmosa literatura carnavalesca, só nos pode levar a uma conclusão; é que a mentalidade nacional enfraquece e o próprio gosto popular se oblitera, em querer perder a sua espontaneidade e simplicidade. (O pré-carnaval, p.271-273)

Aquêles fantasiados tinham guardado na memória muscular velhos gestos dos avoengos, mas não mais sabiam coordená-los nem a explicação dêles. Eram restos de danças guerreiras ou religiosas dos selvagens de onde a maioria dêles provinha, que o tempo e outras influências tinham transformado em palhaçadas carnavalescas...

Certamente, durante os séculos de escravidão, nas cidades, os seus antepassados só se podiam lembrar daquelas cerimônias de suas aringas ou tabas, pelo carnaval. A tradição passou aos filhos, aos netos e êstes estavam ali a observá-la com as inevitáveis deturpações. (Cló, p.79) HS

¹⁵³ Os cordões carnavalescos tiveram origem nas cerimônias dos negros à Nossa Senhora do Rosário. “A cultura dominante rejeitou-as como manifestação religiosa e arbitrariamente decidiu transferi-las para o domínio do profano e do lúdico”. VELLOSO, *As tradições populares na “belle époque” carioca*, 1988, p.20.

... o que me aborrece mais no atual carnaval, é a conclusão a que fatalmente chego ao ouvir as suas cantigas, sambas, fados, etc., ao ouvir tôda essa poética popular e espontânea, de não possuir o nosso povo, a nossa massa anônima, nenhuma inteligência e de faltar-lhe por completo o senso comum. Mete horror semelhante pensamento.

O ponto de vista de imoralidade e chulice pouco me preocupa; o que me preocupa é o intelectual e artístico, tanto mais que, se êste, segundo as suas fôrças, fôsse obedecido pelos nossos bardos carnavalescos, certamente a imoralidade e a chulice ficariam atenuadas e disfarçadas. Tal coisa, porém, não se dá; ...Uma tal pobreza de pensamento no nosso povo causa a quem medita, piedade, tristeza e aborrecimento. Por isso fugi ao carnaval e êle agora me é indiferente. (Sôbre o carnaval, p.209) FM – s.d.

Em termos musicais, o romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* é rico em referências ao violão e ao seu significado social na época.

De acôrdo com a sua paixão dominante, Quaresma estivera muito tempo a meditar qual seria a expressão poético-musical característica da alma nacional. Consultou historiadores, cronistas e filósofos e adquiriu certeza que era a modinha acompanhada pelo violão. Seguro dessa verdade, não teve dúvidas: tratou de aprender o instrumento genuinamente brasileiro brasileiro e entrar nos segredos da modinha. Estava nisso tudo *a quo*, mas procurou saber quem era o primeiro executor e cantor da cidade e tomou lições com êle. O seu fim era disciplinar a modinha e tirar dela um forte motivo original de arte. (TF, p.37-38)

A velha irmã de Quaresma não tinha grande interêsse pelo violão. A sua educação que se fizera, vendo semelhante instrumento entregue a escravos ou gente parecida, não podia admitir que êle preocupasse a atenção de pessoas de certa ordem. (TF, p.105)

O violão, instrumento que melhor representava a música popular, estava associado à malandragem, mesmo entre as camadas mais pobres, como podemos verificar no diálogo entre Adelaide e Policarpo Quaresma.

– Policarpo, você precisa tomar juízo. Um homem de idade, com posição, respeitável, como você é, andar metido com êsse seresteiro, um quase capadócio – não é bonito!

(...)

– Mas você está muito enganada, mana. É preconceito supor-se que todo homem que toca violão é um desclassificado. A modinha é a mais genuína expressão da poesia nacional e o violão é o instrumento que ela pede. Nós é que temos abandonado o gênero, mas êle já estêve em honra, em Lisboa, no século passado, com o Padre Caldas, que teve um auditório de fidalgas...

– Mas isso foi em outro tempo; agora...

– Que tem isso, Adelaide? Convém que nós não deixemos morrer as nossas tradições, os usos genuinamente nacionais... (TF, p.30)

O violeiro do qual eles falam é Ricardo Coração dos Outros¹⁵⁴:

... homem célebre pela sua habilidade em cantar modinhas e tocar violão. Em comêço, a sua fama estivera limitada a um pequeno subúrbio da cidade, em cujos “saraus” êle e seu violão figuravam como Paganini e a sua rabeça em festas de duques; mas, aos poucos, com o tempo, foi tomando tôda a extensão dos subúrbios, crescendo, solidificando-se, até ser considerada como cousa própria a êles. Não se julgue, entretanto, que Ricardo fôsse um cantor de modinhas aí qualquer, um capadócio. Não; Ricardo Coração dos Outros era um artista a freqüentar e a honrar as melhores famílias do Méier, Piedade e Riachuelo. Rara era a noite em que não recebesse um convite....
Dessa maneira, Ricardo Coração dos Outros gozava da estima geral da alta sociedade suburbana. (TF, p.36)

E quem era essa “alta sociedade suburbana”, que aparentemente apreciava a música popular?

... É uma alta sociedade muito especial e que só é alta nos subúrbios. Compõe-se em geral de funcionários públicos, de pequenos comerciantes, de médicos com alguma clínica, de tenentes de diferentes milícias, nata essa que impa pelas ruas esburacadas daquelas distantes regiões, assim como nas festas e nos bailes, com mais fôrça que a burguesia de Petrópolis e Botafogo. Isto é só lá, nos bailes, nas festas e nas ruas, onde se algum dos seus representantes vê um tipo mais ou menos, olha-o da cabeça aos pés, demoradamente, assim como quem diz: aparece lá em casa que te dou um prato de comida. Porque o orgulho da aristocracia suburbana está em ter todo o dia jantar e almoço, muito feijão, muita carne sêca, muito ensopado – aí, julga ela, é que está a pedra de toque da nobreza, da alta linha, da distinção.
Fora dos subúrbios, na Rua do Ouvidor, nos teatros, nas grandes festas centrais, essa gente míngua, apaga-se, desaparece... (TF, p.36-37)

Nas preocupações do próprio Ricardo Coração dos Outros, o preconceito em relação ao violão aparece.

Aborrecia-se com o rival, por dous fatos: primeiro: pelo sujeito ser prêto; e segundo: por causa das suas teorias.
Não é que êle tivesse ojeriza particular aos pretos. O que êle via no fato de haver um prêto famoso tocar violão, era que tal cousa ia diminuir ainda mais o prestígio do instrumento. Se o seu rival tocasse piano e por isso ficasse célebre,

¹⁵⁴ Professor de violão de Policarpo Quaresma.

não havia mal algum; ao contrário: o talento do rapaz levantava a sua pessoa, por intermédio do instrumento considerado; mas, tocando violão, era o inverso: o preconceito que lhe cercava a pessoa, desmoralizava o misterioso violão que êle tanto estimava. (TF, p.106)

Lima Barreto também é crítico severo do futebol, esporte então eminentemente popular. Há muitos artigos e crônicas que emitem as mais variadas críticas em relação ao “esporte de pontapés”.

Das coisas elegantes que as elegâncias cariocas podem fornecer ao observador imparcial, não há nenhuma tão interessante como uma partida de *football*. É um espetáculo da maior delicadeza em que a alta e a baixa sociedade cariocas revelam a sua cultura e educação. (Uma partida de *football*, p.183) VU – 04/10/1919

Trazemos como exemplo uma passagem em que o autor associa o futebol às danças populares, fruto das tradições indígenas e africanas, e que ataca com virulência.

... Pode haver exagero – não ponho em dúvida tal coisa – mas o tal de futebol pôs tanta grosseria no ambiente, tanto desdém pelas coisas de gosto, e reveladoras de cultura, tanta brutalidade de maneiras, de frases e de gestos, que é bem possível não ser êle isento de culpa no recrudescimento geral, no Rio de Janeiro, dessas danças luxuriosas que os hipócritas estadunidenses foram buscar entre os negros e apaches. Convém notar que, entre êsses retardados exemplares da nossa humanidade, quando em estado selvagem, semelhantes danças não têm a significação luxuriosa e lasciva que se julga. Fazem parte dos rituais dos seus Deuses, e com elas invocam a sua proteção nas vésperas de guerras e em outras ocasiões solenes.

Passando para os pés dos civilizados, elas são deturpadas, acentuadas na direção de um apêlo claro à atividade sexual, perdem o que significavam primitivamente e se tornam intencionalmente lascivas, provocantes e imorais.

Isto, porém, não nos interessa, porque não interessa tanto ao subúrbio como ao *set* carioca, que dançam *one-step* e o tango argentino, e nessas bárbaras danças se nivelam. O subúrbio civiliza-se, diria o saudoso Figueiredo Pimentel, que era também suburbano; mas de forma, santo Deus? (Bailes e divertimentos suburbanos, p.63) MA – 07/02/1922

Embora de forma menos agressiva, no romance *Clara dos Anjos* faz referência à nossa miscigenação racial.

No gênio, não saía ao pai, que era um minhoto ativo, trabalhador, reservado e econômico.

(...)

O filho não seria capaz dessas proezas; mas, como sua mãe, que, embora quase branca, tinha ainda evidentes traços de índio, seria capaz de cantar o dia inteiro modinhas lânguidas e melancólicas. (CA, p.63-64)

A “inferioridade” da cultura popular também aparece em Cassi¹⁵⁵, personagem do romance *Clara dos Anjos*. Apesar de fazer muito sucesso no subúrbio, assume sua inferioridade quando em contato com a cultura das elites.

Achava tudo ridículo, exagerado, copiado, mas não sabia bem de que modêlo. O que, de fato, sentia não era isso que expunha aos amigos ou às belezas suburbanas que, por ventura, requestasse. O que êle sentia diante daquilo tudo, daquelas maneiras, daqueles ademanos, daquelas conversas que não entendia, era a sua ignorância, a sua grosseria nativa, a sua falta de educação e de gôsto. O seu ódio, então, ia forte para os poetas e jornalistas, sobretudo, para êstes. ... Secretamente, tinha um respeito pela cidade, respeito de suburbano genuíno que êle era, mal educado, bronco e analfabeto. (CA, p.168)

Na “cidade”, como se diz, êle percebia tôda a sua inferioridade de inteligência, de educação; a sua rusticidade, diante daqueles rapazes a conversar sôbre cousas de que êle não entendia e a trocar pilhérias; em face da sofreguidão com que liam os placards dos jornais, tratando de assuntos cuja importância êle não avaliava, Cassi vexava-se de não suportar a leitura; comparando o desembaraço com que os fregueses pediam bebidas variadas e esquisitas, lembrava-se que nem mesmo o nome delas sabia pronunciar; olhando aquelas senhoras e moças que lhe pareciam rainhas e princesas, tal e qual o bárbaro que viu, no Senado de Roma, só reis, sentia-se humilde; enfim, todo aquêle conjunto de coisas finas, de atitudes apuradas, de hábitos de polidez e urbanidade, de franqueza no gastar, reduziam-lhe a personalidade de medíocre suburbano, de vagabundo doméstico, a quase cousa alguma. (CA, p.169-170)

¹⁵⁵“Cassi Jones de Azevedo era filho legítimo de Manuel Borges de Azevedo e Salustiana Baeta de Azevedo. O Jones é que ninguém sabia onde êle o fôra buscar, mas usava-o, desde os vinte e um anos, talvez, conforme explicavam alguns, por achar bonito o apelido inglês. O certo, porém, não era isso. A mãe, nas suas crises de vaidade, dizia-se descendente de um fantástico Lord Jones, que fôra cônsul da Inglaterra, em Santa Catarina; e o filho julgou de bom gosto britanizar a firma com o nome do seu problemático e fidalgo avô.

Era Cassi um rapaz de pouco menos de trinta anos, branco, sardento, insignificante, de rosto e de corpo; e, conquanto fôsse conhecido como consumado “modinhoso”, além de o ser também por outras façanhas verdadeiramente ignóbeis, não tinha as melenas do *virtuose* do violão, nem outro qualquer traço de capadocio. Vestia-se sèriamente, segundo as modas da Rua do Ouvidor; mas, pelo apuro forçado e o *degagé* suburbanos...” (CA, p.45)

Considera, no entanto, que essa cultura popular inferior é resultado da miséria.

A gente pobre é difícil de se suportar mutuamente; por qualquer ninharia, encontrando ponto de honra, brigando, especialmente as mulheres.

O estado de irritabilidade, provindo das constantes dificuldades por que passam, a incapacidade de encontrar fora do seu habitual campo de visão motivo para explicar o seu mal-estar, fazem-nas descarregar as suas queixas, em forma de desaforos velados, nas vizinhas com que antipatizam por lhes parecer mais felizes. (CA, p.116)

O subúrbio não se diverte mais. A vida é cara e as apreensões muitas, não permitindo prazeres simples e suaves, doces diversões familiares, equilibradas e plácidas. Precisa-se de ruído, de zambumba, de cansaço, para esquecer, para espancar as trevas que em torno da nossa vida, mais densas se fazem, dia para dia, acompanhando *pari passu* as suntuosidades republicanas.

Ele não mais se diverte inocentemente; o subúrbio se atordoia e se embriaga não só com o álcool, com a lascívia das danças novas que o esnobismo foi buscar no arsenal da hipocrisia norte-americana. Para as dificuldades materiais de sua precária existência, criou esse seu paraíso artificial, em cujas delícias transitórias mergulha, inebria-se minutos, para esperar, durante horas, dias e meses, um aumentozinho de vencimentos... (Bailes e divertimentos suburbanos, p.67-68)
MA – 07/02/1922

Em *Recordações do escrivão Isaias Caminha*, o protagonista-narrador descreve uma briga entre vizinhas por ovos de uma galinha. A descrição da “pueril querela” já é, por si, bastante esclarecedora:

– Me perdoe, “seu” inspetor! A gente é pobre... Foi a patroa que me deu o “bichinho”... A gente pensa: vamos ter uma gemada, uma fritada, um doce, uma cousa ou outra... Compra-se milho e se espera... e se espera... No fim a gente vem a saber que os outros é que comem os ovos... Ah! Meu Deus!...É duro! É duro! É sina da gente...

A rapariga falava desigualmente: ora, alongava as sílabas, ora fazia desaparecer outras; mas sempre possuída das palavras, com um forte de paixão, superposto ao chôro. As palavras saíam-lhes animadas, cheias de uma grande dor, bem distante da pueril querela que as provocara. Vinham das profundezas do seu ser, das longínquas partes que guardam uma inconsciente memória do passado, para manifestarem o desespero daquela vida, os sofrimentos milenares que a natureza lhe fazia sofrer e os homens conseguiram aumentar. Senti-me comunicado de sua imensa emoção; ela penetrava-me tão fundo que despertava nas minhas células já esquecidas a memória enfraquecida desses sofrimentos contínuos que me pareciam eternos; e achando-os por debaixo das noções livrescas, por debaixo da palavra articulada, no fundo da minha organização, espantei-me, aterrei-me, tive desesperos e cristalicei uma angústia que me andava esparsa.

(RE, p.114)

E conclui a narração...

O inspetor procurou acalmá-la; a outra, muito popularmente, pôs-se a chorar explicando que não furtara os ovos, que não os comera, mas que guardara unicamente o primeiro, temendo que fôsse “mandinga”, “coisa feita”, e que, depois, com a continuação, não os restituíra com vergonha, mas que o faria logo que chegasse a casa. (RE, p.114-115)

A propósito, uma outra característica da mentalidade popular seria a superstição.

... o povo, porém, aquêles verdadeiro, aquêles que não sabe ler e escrever, tem uma regra muito diferente para interpretar os seus sonhos.

– “Inácia! Sonhei hoje que estava arrancando um dente. O que quer dizer?”
Pergunta uma lavadeira à outra.

– “Filha! Credo! Reza um Padre Nosso e uma Ave Maria para as almas”, responde a companheira e continua: “Sonhar com dente é defunto na família”.

Nunca pude atinar a relação que há entre uma coisa e outra; mas deve haver. Voz do povo, voz de Deus. Sonhar com excremento, é fortuna; sonhar com defunto, é saúde; sonhar com carne crua, é crime; e assim por diante. (Sonhei com isto: o que é?, p.250) CRJ – 17/07/1919

E continua...

Onde foi o povo descobrir essas equivalências?

Não há ainda para os sonhos aplicados ao jôgo do bicho¹⁵⁶ uma teoria interpretativa e segura, mas já se esboça uma, apesar das dificuldades. Conto um caso. “Sinhá” Maria¹⁵⁷ sonhou um dia com um burro em cima do telhado de uma casa. Pediu cinco mil-réis adiantados à patroa e jogou-os no burro. Durante o tempo em que preparava os seus quitutes, foi sonhando com o vestido, as rendas, os sapatos, cheios de “manicolas”, enfim com tudo aquilo com que havia de se revestir para ir à festa da Glória no Outeiro. Veio a tarde, correu a loteria e saiu o gato. Ficou triste, a “Sinhá” Maria; e pôs-se a analisar o seu sonho, chegando a esta conclusão:

– “Burra sou eu; nunca burro andou em telhado. Quem anda em telhado, é gato”. Desde tal descoberta da “Sinhá” Maria ficou assentado entre os jogadores de bicho que burro, cobra, avestruz, coelho e qualquer outro animal, no telhado, é gato. (Sonhei com isto: o que é?, p.250) CRJ – 17/07/1919

¹⁵⁶O jôgo do bicho era a forma de jogo popular mais difundida e era proibida e perseguida. No entanto, os cassinos e o Jockey Club, outros jogos de azar, eram freqüentados e valorizados pelas elites.

¹⁵⁷“Há muitos modos de nos enganarmos com os nossos sonhos; um dêles é ao jeito da analfabeta e simples “Sinhá” Maria...” (Sonhei com isto: o que é?, p.251) CRJ

Vale lembrar que durante a Primeira República as diferentes expressões da cultura popular são rechaçadas pelas elites por meio de uma ideologia de desqualificação, respaldada pelo cientificismo.

As superstições das camadas populares (de origem africana e indígena) se constituiriam numa demonstração cabal de seu atraso e de sua ignorância, configurando-se como manifestações de selvageria e barbárie. Uma vez que o ideal que vigora nesse período é a construção de um país moderno, as tradições populares são concebidas como decadentes. Por outro lado, as superstições de origem européia são assimiladas pelas elites como uma curiosidade, sendo consideradas inofensivas aos padrões vigentes¹⁵⁸.

Nas manifestações da psicologia popular, uma das mais curiosas é a superstição caseira que se transmite de pais a filhos, atravessando gerações e as situações mais diversas de fortuna das respectivas famílias. (Superstições domésticas, p.280) CRJ – 27/03/1919

Nessa direção, o autor emite diversas considerações em sua produção jornalística. Trazemos como exemplo o artigo *Superstições domésticas*, que trata especificamente do tema.

Houve quem dissesse que a superstição é a religião do homem que a não tem. Isto não quer dizer que todos os homens, as mulheres principalmente, desta ou daquela seita ou fé religiosa, não as tenham também.

(...)

O homem, cheio de mistério e cercado de mistério, vivendo aqui, ali e acolá, sempre procura nas coisas externas sinais seguros do seu destino e marcos certos para o seu roteiro da vida.

É uma atividade fundamental do nosso espírito que se traduz de vários modos desde os samoiedas e esquimós até os araucânios e patagões. Os estudiosos de folclore já têm observado essa unidade espiritual da raça humana, vendo nos seus contos, fábulas, cantigas, ritos particulares e superstições uma relativa analogia substancial de temas a se manifestar com aparências narrativas de formas variadas. (Superstições domésticas, p.279) CRJ – 27/03/1919

... É crença familiar entre nós que os pombos são, quando se reproduzem muito, sinal de prosperidade no lar; mas, desde que comecem a fugir, indicam que as coisas vão desandar.

É uma crendice geral que qualquer observador pode colher entre as famílias pobres e remediadas; mas para a qual será muito difícil achar uma razoável explicação. (Superstições domésticas, p.280) CRJ – 27/03/1919

¹⁵⁸ Sobre esse assunto, consultar VELLOSO, *As tradições populares na "belle époque" carioca*, 1988.

Tôdas as superstições caseiras ou familiares têm quase sempre por base o temor dos gênios, das fôrças misteriosas contrárias à nossa felicidade. Tôdas elas se dirigem contra o Azar, que acarreta moléstias, mortes, perdas de emprêgo e outros acontecimentos nefastos à vida satisfeita do lar; algumas, porém, têm por fim invocar a felicidade e pedir a prosperidade para êle.

(...)

Na sua generalidade, porém, as credices populares visam evitar, afastar o “mau olhado”, a “coisa feita”, o “azar”, espontâneo e inexplicável ou provocado pela inveja de inimigos e desafectos.

(...)

A luta contra o azar, contra a incerteza do dia seguinte, nascida da convicção de que a nossa sorte á insegura e que somos cercados de entidades superiores e pouco amigas da nossa felicidade e repouso, leva-nos às mais curiosas e inesperadas superstições domésticas. (Superstições domésticas, p.281-282) CRJ – 27/03/1919

E acaba concluindo...

Nesse debater nas trevas da nossa vida terrena, que é como caminhamos na nossa breve existência, sem marcos, sem certeza do que fomos, do que somos e do que seremos, a nossa mais urgente necessidade é estar bem com o mistério; e, quando as religiões não nos satisfazem, quando elas, à custa de regrarem a nossa sêde e fome de Infinito e de Deus, nos abarrotam de tolices e patranhas manhosas a enfarar, é para essas pequenas e ingênuas credices que ficaram guardadas na nossa memória, desde a meninice mais tenra, que nos voltamos para que a obscuridade do viver não nos cegue de todo, e elas nos guiem na nossa vida e nos desculpem, depois da nossa morte, perante o que vier...

Eu não deixo nunca o meu chinelo virado com a sola para o ar... (Superstições domésticas, p.282) CRJ – 27/03/1919

Há muito tempo as formas de religiosidade popular eram combatidas pelas elites. O sincretismo religioso parece ter sido a síntese possível para a histórica convivência entre o catolicismo e as crenças africanas.

Não é unicamente, porém, com o auxílio da missa – portanto do sacerdote católico – que a oração¹⁵⁹, na crença da nossa gente, exerce poderes maravilhosos e extraordinários sôbre a marcha da nossa vida e da nossa consciência.

Muitas vêzes, o povo prescinde do sacerdote ungido regularmente e escolhe um

¹⁵⁹Especificamente sobre a utilização das orações, Lima Barreto nos diz: “À oração, à reza, não só nas freguesias afastadas, mas mesmo nas centrais, o povo atribui poderes superiores e miraculosos de várias aplicações. Há as que são destinadas a fins de cura, há as que se empregam em conjuração de moléstias, há outras para a proteção contra feitiços e “coisas feitas” de qualquer origem, tendo como fito perturbar a felicidade de nossa existência”. (Rezas e orações, p.283) CRJ

outro que êle mesmo sagra e consagra. É o “rezador” ou “rezadora”, que se encontram, sobretudo, nas freguesias rurais. (Rezas e orações, p.284) CRJ – 03/04/1919

A questão do sincretismo religioso também aparece no romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, na figura de Sinhá Chica¹⁶⁰.

Não esquecia também os santos, a santa madre igreja, os mandamentos, as orações ortodoxas; embora não soubesse ler, era forte no catecismo e conhecia a história sagrada aos pedaços, aduzindo a êles interpretações suas e interpolações pitorescas.

Com o Apolinário, o famoso capelão das ladainhas, era ela o forte poder espiritual da terra. O vigário ficava relegado a um papel de funcionário, espécie de oficial de registro civil, encarregado dos batizados e casamentos, pois tôda a comunicação com Deus e o Invisível se fazia por intermédio de Sinhá Chica ou do Apolinário. É de dever falar em casamentos, mas bem podiam ser esquecidos, porque a nossa gente pobre faz uso reduzido de tal sacramento e a simples mancebia, por tôda a parte, substitui a solene instituição católica. (TF, p.267)

E não era só o sincretismo religioso. O autor também se refere a um certo “sincretismo terapêutico”, vigente entre a nossa população. Aparece, no mesmo romance, uma convivência entre a medicina popular, representada por Sinhá Chica, e a medicina regular, a do doutor Campos¹⁶¹.

O doutor Campos não tinha absolutamente nenhuma espécie de ciúme dessa rival. Armou-se de um pequeno desdém pelo poder sobre-humano da mulher, mas não apelou nunca para o arsenal de leis, que vedava o exercício de sua transcendente medicina. Seria a impopularidade; ele era político...

No interior, e não é preciso afastar-se muito do Rio de Janeiro, as duas medicinas coexistem sem raiva e ambas atendem às necessidades mentais e econômicas da população.

A da Sinhá Chica, quase grátis, ia ao encontro da população pobre, daquela em cujos cérebros, por contágio ou herança, ainda vivem os manitus e manipansos,

¹⁶⁰... mulher de Felizardo, a Sinhá Chica, uma velha cafuza, espécie de Medéia esquelética, cuja fama de rezadeira pairava por todo o município. Não havia quem como ela soubesse rezar dores, cortar febres, curar cobreiros e conhecesse os efeitos das ervas medicinais: a língua-de-vaca, a silvina, o cipó-chumbo – tôda aquela drogaria que crescia pelos campos, pelas capoeiras, e pelos troncos de árvores. Além dêsse saber que a fazia estimada e respeitável, tinha também a habilidade de assistir partos. Na redondeza, entre a gente pobre e mesmo remediada, todos os nascimentos se faziam aos cuidados de suas luzes”. (TF, p.265)

¹⁶¹“Não nascera em Curuzu, era da Bahia ou de Sergipe, habitava, porém, o lugar há mais de vinte anos, onde casara e prosperara, graças ao dote da mulher e à sua atividade clínica. Com esta, não gastava grande energia mental: tendo de cor uma meia dúzia de receitas, êle, desde muito, conseguira enquadrar as moléstias locais no seu reduzido formulário. Presidente da Câmara, era das pessoas mais consideráveis de Curuzu...” (TF, p.179-180)

sujeitos a fugirem aos exorcismos, benzeduras e fumigações. A sua clientela, entretanto, não se resumia só ma gente pobre da terra, ali nascida ou criada; havia mesmo recém-chegados de outros ares, italianos, portugueses e espanhóis, que se socorriam da fôrça sobrenatural, não tanto pelo preço ou contágio das crenças ambientes, mas também por aquela estranha superstição européia de que todo o negro ou gente colorida penetra e é sagaz para descobrir as coisas malignas e exercer a feitiçaria.

Enquanto a terapêutica fluídica ou herbácea de Sinhá Chica atendia aos miseráveis, a do doutor Campos era requerida pelos mais cultos e ricos, cuja evolução mental exigia a medicina regular e oficial.

Às vêzes, um de um grupo passava para o outro; era nas moléstias graves, nas complicadas, nas incuráveis, quando as ervas e as rezas da milagrosa nada podiam ou os xaropes e pílulas do doutor eram impotentes. (TF, p.266-267)

No romance *Clara dos Anjos*, o misticismo popular também se revela na passagem em que o narrador fala sobre os “bíblias”¹⁶².

... O povo não os via com hostilidade, mesmo alguns humildes homens e pobres raparigas dos arredores freqüentavam-nos, já por encontrar nisso um sinal de superioridade intelectual sôbre os seus iguais, já por procurarem, em outra casa religiosa que não a tradicional, lenitivo para suas pobres almas alanceadas, além das dores que seguem toda e qualquer existência humana. (CA, p.35)

Apesar de Lima Barreto apontar o misticismo como característico das camadas populares, no conto *O falso Dom Henrique V* o encontra também entre as camadas mais altas e, inclusive, as “com algumas luzes”.

Rápidamente, pela nação tôda, foram conhecidas as profecias, em verso, do professor Lopes. Quem era? Numa aldeia da província de Aurilândia, um velho mestiço que tivera algumas luzes de seminário e vivera muito tempo a ensinar as primeiras letras, apareceu alistando profecias, umas claras, outras confusas. Em instantes, espalharam-se pelo país e foram do ouvido do povo crédulo ao entendimento do burguês com algumas luzes. (O falso Dom Henrique V, p.269)
VM – s.d.

Por outro lado, a valorização do conhecimento formal ou erudito estava, como insiste o autor, presente em todas as camadas sociais.

A expectativa das camadas populares em relação ao conhecimento e à cultura escolar era imensa. Sobre Isaiás Caminha, afirma o protagonista-narrador:

O espetáculo do saber de meu pai, realçado pela ignorância de minha mãe e de outros parentes dela, surgiu aos meus olhos de criança, como um deslumbramento.

Pareceu-me então que aquela sua faculdade de explicar tudo, aquêle seu desembaraço de linguagem, a sua capacidade de ler línguas diversas e compreendê-las, constituíam, não só uma razão de ser de felicidade, de abundância e riqueza, mas também um título para o superior respeito dos homens e para a superior consideração de tôda a gente. (RE, p.45)

Distinguir-se aparece freqüentemente como a finalidade do saber. Essa parece ser a intenção de Horácio, personagem do conto *O filho da Gabriela*.

... – Salvador, de que gostas mais, do inglês ou francês? – Eu do francês; e tu? – Do inglês. – Porque? – Porque pouca gente o sabe.

A confiança saía-lhe a contragosto, era dita sem querer. Temeu que o amigo o supusesse vaidoso. Não era bem êsse sentimento que o animava; era uma vontade de distinção, de reforçar a sua individualidade, que êle sentia muito diminuída pelas circunstâncias ambientais. (*O filho da Gabriela*, p.217) CA – 1906

Mas concebia o autor, os estudos formais como um bem para as camadas populares?

Vejamos a exposição de Augusto Machado, personagem-narrador de *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*:

... Longe de me confortar a educação que recebi, só me exacerba, só fabrica desejos que me fazem desgraçado, dando-me ódios e, talvez despeitos! Por que ma deram? Para eu ficar na vida sem amor, sem parentes e, porventura, sem amigos? Ah! Se eu pudesse apagá-la do cérebro! Varreria uma por uma as noções, as teorias, as sentenças, as leis que me fizeram absorver; e ficaria sem a tentação danada da analogia, sem o veneno da análise. Então, encher-me-ia de respeito por tudo e por todos, só sabendo que devia viver de qualquer modo... Mas... era impossível, impossível! Era tarde e os culpados do que eu sofria não eram a minha educação nem a minha instrução. Era eu mesmo. (VM, p.110)

E vai além...

A custo, disfarcei a minha surpresa diante da clareza do raciocínio do pequeno. Não quis com um elogio caloroso aguçá-lhe a vaidade; desejava que a sua

¹⁶²“Os seus cânticos, aos sábados (era o seu dia da semana de descanso sagrado), entoados quase de hora em hora, enchiam a redondeza e punham na sua audiência uma soturna sombra de misticismo”. (TF, p.35)

inteligência fôsse crescendo sem consciência de si própria; e então quando fôsse bem forte, êle tomasse conhecimento da sua capacidade, como uma revelação, como uma surprêsa. Limitei-me a dizer-lhe que estava certo e passei a perguntar outras coisas.

Por fim, depois de ter respondido às minhas perguntas com uma prontidão que me maravilhou, passou a correia da mala pelo pescoço, apanhou a lousa e despediu-se. Beijou e abraçou Dona Escolástica¹⁶³, e ambos o fizeram de maneira a me deixar perceber que um queria mais alguma coisa do outro, e que ambos não sabiam porque não a tinham. Foi-se.

– É inteligênte o rapaz, disse eu à velha senhora.

– Bastante. Que desejo de saber tem êste pequeno! O senhor nem imagina! Brinca, é verdade; mas, à noitinha, agarra os livros, os deveres e os vai estudando, sem que ninguém o obrigue. Quem me dera que fôsse assim até ao fim!

– Porque não irá?

– Ora! Há tantos que como êle começam tão bem e...

– É verdade! Mas, virá dêles mesmos a perda da vontade, o enfraquecimento do amor, da dedicação aos estudos; ou tem tal fato raízes em motivos externos, estranhos a êles que, só numa idade mais avançada, acabam percebendo, quando a consciência lhes revela o justo e o injusto, fazendo que se lhes enfraqueça deploravelmente o ímpeto inicial?

Cri que Dona Escolástica não me compreendera, e procurei dizer a mesma coisa por outras palavras.

– Quem sabe se, na primeira idade, êles estudam porque desconhecem certas coisa que, sabidas mais tarde, lhes fazem desanimar e sentir vão o estudo?

– Qual, doutor! (Ela me tratava dessa maneira). – É assim mesmo!

E calou-se, depois de sua segura afirmação, como os grandes e infalíveis sábios do nosso Brasil. (VM, p.163-164)

Considerações dessa natureza são reincidentes quando se trata da educação popular. É o caso, por exemplo, de Aleixo Manuel, filho de Romualdo de Araújo, servente da Secretaria dos Cultos, personagem de *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*.

... Que seria dêle, por aí pela vida? Sob a ascendência do padrinho, estudaria muito, aplicar-se-ia aos livros. Durante anos no ambiente falso dos colégios e escolas, a sua situação na vida não se lhe representaria perfeitamente. Viriam os anos e a ânsia que o estudo dá; viria o mundo social, com a sua trama de conceitos e preconceitos, justos e injustos, bons e maus – trama unida e espinhenta, contra a qual a sua alma se iria chocar... Era então a dor, as deliquêscências, as loucas fugidas pela fantasia... Era doloroso peregrinar com o opróbrío à mostra, à vista de todos, sujeito à irrisão do condutor do bonde e do ministro plenipotenciário... Era sempre, nos cafês, nas ruas, nos teatros, andando vinte metros na frente um batedor que avisava da sua presença e fazia que se

¹⁶³ Dona Escolástica era tia de Gonzaga de Sá.

preparassem as malícias, os olhares vessos ou idiotas... Coitado! Nem o estudo lhe valeria, nem os livros, nem o valor, porque, quando o olhassem diriam lá para os infalíveis: aquilo lá pode saber nada! (VM, p.122-123)

A tia levou o menino até ao fim, com todo o carinho e abnegação. Bênçãos a ambos, que, na sua missão educadora, souberam ser bons, sem interesse e sem cálculo de espécie alguma, apesar de todos os dous terem concorrido para ampliar, com o hábito de análise e reflexão que o estudo traz, a consciência da criança que devia ficar restricta aos dados elementares para o uso do viver comum, sem que viessem surgir nela uma mágoa constante e um fatal princípio permanente de inadaptação ao meio, criando-lhe um mal-estar irremediável e, consequentemente, um desgosto da Vida mais atroz do que o pensamento sempre presente da Morte!

Que importa isso, porém, se as tenções dos velhos foram generosas; e, se o sofrimento do pequeno, exteriorizado algum dia em grandes atos ou em grandes obras, possa concorrer mais tarde para o contentamento de muitos dos seus iguais que vierem depois!? Que Importa!? (VM, p.167-168)

E adiantaria ser educado, quando se era socialmente estigmatizado?

O romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha* versa exatamente sobre a inutilidade da escolaridade frente ao preconceito racial.

Não tenho pejo em confessar hoje que quando me ouvi tratado assim, as lágrimas me vieram aos olhos. Eu saíra do colégio, vivera sempre num ambiente artificial de consideração, de respeito, de atenções comigo; a minha sensibilidade, portanto, estava cultivada e tinha uma delicadeza extrema que se juntava ao meu orgulho de inteligente e estudioso, para me dar não sei que exaltada representação de mim mesmo, espécie de homem diferente do que era na realidade, ente superior e digno a quem um epíteto daqueles feria como uma bofetada. (RE, p.110)

Parece, assim, que o conhecimento seria um bem somente para as camadas superiores. Aliás, só para elas é que o conhecimento formal poderia ter alguma serventia.

Considera Numa, em *Numa e a Ninfa*, sobre os conhecimentos da mulher:

A mulher lia, lia muito e êle, a princípio, admirou-se muito com aquela leitura. Para que? Não sabia bem que prazer pudesse ela encontrar nos livros com os quais só lidou por obrigação... (NN, p.37-38)

O deputado, com essas comissões da mulher, ganhara uma certa prática dos livros e matara um pouco em si a aversão que sempre sentira por êles. Só julgava perdoáveis, aquêles que lhe serviam à carreira, os outros julgava que deviam ser

queimados. (NN, p.64)

Também é essa a opinião de um médico dos subúrbios, mencionado no romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

... Se não tinha amigos na redondeza, não tinha inimigos, e a única desafeição que merecera, fôra a do doutor Segadas, um clínico afamado no lugar, que não podia admitir que Quaresma tivesse livros: “Se não era formado, para que? Pedantismo!” (TF, p.28)

Um membro das camadas mais pobres se dedicar a assuntos desinteressados era uma extravagância.

– Nem se podia esperar outra cousa, disse o doutor Florêncio. Aquêles livros, aquela mania de leitura...

– Pra que êle lia tanto? Indagou Caldas.

– Telha de menos, disse Florêncio.

Genelício atalhou com autoridade:

– Êle não era formado, para que meter-se em livros?

– É verdade, fez Florêncio.

– Isto de livros é bom para os sábios, para os doutôres, observou Sigismundo.

– Devia até ser proibido, disse Genelício, a quem não possuísse um título “acadêmico” ter livros. Evitavam-se assim essas desgraças. Não acham?

– Decerto, disse Albernaz.

– Decerto, fêz Caldas.

– Decerto, disse também Sigismundo. (TF, p.77-78)

Na fala do general Albernaz, esse princípio é reiterado.

– Aquêle Quaresma podia estar bem, mas foi meter-se com livros... É isto! Eu, há bem quarenta anos, que não pego em livro... (TF, p.144)

O mesmo acontece a um escriturário, conhecido de Augusto Machado (narrador de *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*), “que conhecia o zenze, o hebraico, além de outros conhecimentos mais ou menos comum”¹⁶⁴.

Lá, onde se demorara perto de dez anos, apaixonou-se pela crítica religiosa e estudou com afincos estas antigas línguas sagradas. Perdendo a fortuna, voltou e viu-se, com tão inestimável sabedoria, nas ruas do Rio de Janeiro, sem saber o

¹⁶⁴ BARRETO, *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, p.49.

que fizesse dela.

Nesse tempo, o folhetim estava na moda, e a repetição de umas cousas vulgares de matemática.

O futuro escriturário não dava para o rodapé; declarou-se “bêsta”, e fêz um concursozinho de amanuense, e foi indo.

Ficou como um escolar que sabe geometria, a viver numa aldeia de gafanhotos; e, quinze anos depois, veio a morrer, deixando grandes saudades na sua repartição. Coitado, diziam, tinha tão boa letra! (VM, p.49)

Mais tarde, porém, fiquei perfeitamente certo de que era só curiosidade intelectual, que o animava e mantinha nas suas leituras árduas, mesmo porque não se podia encontrar outra espécie de explicação, à vista da obscuridade a que se havia voluntariamente impôsto. (VM, p.50)

A cultura desinteressada não passava de uma excentricidade para aqueles em que não poderia funcionar como distintivo de posição social ou coroamento de prestígio. Isso não significa que Lima Barreto não valorizasse a ciência e a sabedoria “autênticas”.

Desinteressado de dinheiro, de glória e posição, vivendo numa reserva de sonho, adquirira a candura e a pureza d’alma que vão habitar êsses homens de uma idéia fixa, os grandes estudiosos, os sábios, e os inventores, gente que fica mais terna, mais ingênua, mais inocente que as donzelas das poesias de outras épocas. É raro encontrar homens assim, mas os há e, quando se os encontra, mesmo tocados de um grão de loucura, a gente mais simpatia pela nossa espécie, mais orgulho de ser homem e mais esperança na felicidade da raça. (TF, p.83)

Mas, não era o que vulgarmente se concebia. A personagem Adelaide, irmã de Policarpo, expressa a “mentalidade” corrente:

... Decerto, ela o estimava, mas não o compreendia. Não chegava a entender nem os seus gestos nem a sua agitação interna. Porque não seguira ele o caminho dos outros? Não se formara e se fizera deputado? Era tão bonito... Andar com livros, anos e anos, para não ser nada, que doideira! (TF, p.124-125)

Já como complemento de posição social, ainda que superficial ou “falso”, o saber inútil era valorizado. É o caso do doutor Armando, personagem de *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

... O seu pedantismo, a sua falsa ciência e a pobreza de sua instrução geral faziam-no ver naquilo tudo, brinquedos, passatempos, falatórios, tanto mais que

êle dormia à leitura de tais livros.

Precisava, porém, iludir-se, a si mesmo e à mulher. De resto, da rua, viam-no e se dessem com êle a dormir sôbre os livros?!... Tratou de encomendar algumas novelas de Paulo de Kock em lombadas com títulos trocados e afastou o sono. (TF, p.197)

Desde muito que a mulher lhe entrara na sua simulação de inteligência, mas aquela manobra indecorosa, indignou-a. Que necessidade tinha êle disso? Não era já rico? Não era moço? Não tinha o privilégio de um título universitário? Tal ato pareceu à moça mais vil, mais baixo, que a usura de um judeu, que o aluguel de uma pena...

(...)

Mesmo quando noiva, verificara que aquelas cousas de amor ao estudo, de interesse pela ciência, de ambições de descobertas, nêle, eram superficiais, estavam à flor da pele; mas desculpou. Muitas vêzes nós nos enganamos sôbre as nossas próprias forças e capacidades; sonhamos ser Shakespeare e saímos Mal das Vinhas. Era perdoável, mas charlatão? Era demais! (TF, p.197-198)

Talvez o trecho mais interessante para exemplificar essa questão, e ainda sobre o doutor Armando, seja o seu “truc do clássico”. Vejamos:

... O seu último truc intelectual era êste do clássico. Buscava nisto uma distinção, uma separação intelectual dêsses meninos por aí que escrevem contos e romances nos jornais. Êle, um sábio, e sobretudo, um doutor, não podia escrever da mesma forma que êles. A sua sabedoria superior e o seu título “acadêmico” não podiam usar da mesma língua, dos mesmos modismos, da mesma sintaxe que êsses poetastros e literatecos. Veio-lhe então a idéia do clássico. O processo era simples: escrevia do modo comum, com as palavras e o jeito de hoje, em seguida invertia as orações, picava o período com vírgulas e substituía incomodar por molestar, ao redor por derredor, isto por esto, quão grande por quamanho, sarapintava tudo de ao invés, empós, e assim obtinha o seu estilo clássico que começava a causar admiração aos seus pares e ao público em geral.

Gostava muito da expressão – às rebatinhas; usava-a a todo momento e, quando a punha no branco do papel, imaginava que dera ao seu estilo uma força e um brilho pascalianos e às suas idéias uma suficiência transcendente. De noite, lia o padre Vieira, mas logo às primeiras linhas o sono lhe vinha e dormia sonhando-se “físico”, tratado de mestre, em pleno Seiscentos, prescrevendo sangria e água quente, tal e qual o doutor Sangrado. (TF, p.219-220)

Também no conto *O único assassinato de Cazuzza* essa questão aparece. São duas personagens: Hildegardo Brandão¹⁶⁵ (Cazuzza) e o seu “desalentado amigo”, doutor Ponciano. O narrador assim explica o motivo do seu desalento:

... Médico, de real capacidade, nunca o quiseram reconhecer porque êle escrevia “propositalmente” e não – “propositadamente”, “de súbito” e não – “às súbitas”, etc., etc. (*O único assassinato de Cazuzza*, p.178) VM – fev/1922

Em passagens de outros contos, essa exigência da norma culta entre as camadas superiores é reforçada.

... Não que Pelino fôsse químico, longe disso; mas era sábio, era gramático. Ninguém escrevia em Tubiacanga que não levasse bordoadada do Capitão Pelino, e mesmo quando se falava em algum homem notável lá no Rio, êle não deixava de dizer: “Não há dúvida! O homem tem talento, mas escreve: “um outro”, “de resto”...” E contraía os lábios como se tivesse engolido alguma cousa amarga. (*A nova Califórnia*, p.224-225) CA – 10/11/1910

Em pequena hora, Barrado e o guia sentavam-se à mesa do professor público, que lhes oferecera de jantar. O ágape ia fraternal e alegre, quando houve a visita da Discórdia, a visita da Gramática.

O ingênuo professor não tinha conhecimento do pichoso saber gramatical do doutor Barrado e expunha cândidamente os usos e costumes do lugar com a sua linguagem roceira:

– Há aqui entre nós muito pouco caso pelo estudo, doutor. Meus filhos mesmo e todos quase não querem saber de livros. Tirante êste defeito, doutor, a gente quer mesmo o progresso.

Barrado implicou com o “tirante” e o “a gente”, e tentou ironizar. Sorriu e observou:

– Fala-se mal, estou vendo.

(...)

A insistência do professor sertanejo irritava sobremaneira o doutor inigualável. Sempre aquêle “tirante”, sempre o tal “a gente, a gente” – um falar de prêto mina! (Como o “homem” chegou, p.289) CA – 18/10/1914

No conto *Harakashy e as escolas de Java*, o narrador relata o que viu na sua viagem a cidade de Batávia, na ilha de Java, e os comportamentos e valores dos seus moradores. Aqui o autor volta à carga, em sua ironia contra os excessos.

¹⁶⁵“Tudo tentara e em tudo mais ou menos falhara. Tentara formar-se, foi reprovado; tentara o funcionalismo, foi sempre preterido por colegas inferiores em tudo a êle, mesmo no burocracismo; fizera literatura e se, de todo, não falhou, foi devido à audácia de que se revestiu, audácia de quem “queimou os seus navios””. (*O único assassinato de Cazuzza*, p.177) VM

Vou explicar-me melhor e os leitores verão como os sábios javaneses prendem a atenção, poupam o esforço mental dos seus discípulos, empregando termos obsoletos e locuções que desde muito estão em desuso.

Suponhamos que um médico nosso patricio se proponha a escrever um tratado qualquer de patologia e empregue a linguagem de João de Barros mesclada com a do Padre Vieira, sem esquecer a de Alexandre Herculano. Eis aí em que consiste a literatura suculenta dos doutôres javaneses; e todos de lá lhes admiram as obras escritas em tal patoá ininteligível. (Harakashy e as escolas de Java, p.55) HS

... O javanês, doutor de curas, queria dizer: “Sou de opinião que a febre deve ser combatida na sua causa”.

Julgou isto vulgar, indigno do seu título e das suas prerrogativas consuetudinárias, e escreveu provocando a máxima admiração dos seus leitores, da seguinte forma:

“Êrro, quere parescer-me, é não se atentar donde provém tal febre com incendimento e modôrra, para só tratá-la às rebatinhas, tão de pronto como se mesmo fôra ela a doença, senão consequência muita vez de vitais desarranjos imigos da sã vida e onde o físico de recado achará a fonte ou as fontes do mal que deixa assi o corpo sem os bons e sãos aspeitos de sua habitual composição”. Depois de uma beleza destas, a sua entrada na academia foi certa e inevitável, pois é nessa espécie de *potpourri* de estilos de tempos desencontrados, com o emprêgo de um vocábulo senil, tirado à sorte; de salada de feitios de linguagem de épocas diferentes, de modismos de séculos afastados uns dos outros, que a gente inteligente de Java encontra a mais alta expressão da sua ôca literatura (Harakashy e as escolas de Java, p.57) HS

E, referindo-se mais uma vez ao “javanês” como emblema na crítica do saber pomposo, inútil e não raro falacioso, temos o conhecidíssimo conto *O homem que sabia javanês*. Este narra as aventuras de Castelo, um homem que chegou à cònsul por se fazer passar por um conhecedor da língua javanesa.

... Imagina tu que eu já fui professor de javanês!

– Quando? Aqui, depois que voltaste do consulado?

– Não; antes. E, por sinal, fui nomeado cònsul por isso.

(...)

– Eu tinha chegado havia pouco ao Rio e estava literalmente na miséria. Vivía fugido de casa de pensão em casa de pensão, sem saber onde e como ganhar dinheiro, quando li no *Jornal do Comércio* o anúncio seguinte:

“Precisa-se de um professor de língua javanesa. Cartas, etc.”

Ora, disse cá comigo, está ali uma colocação que não terá muitos concorrentes; se eu capiscasse quatro palavras, ia apresentar-me. ... Insensivelmente dirigi-me à Biblioteca Nacional. ... Na escada, acudiu-me pedir a *Grande Encyclopédie*, letra J, a fim de consultar o artigo relativo à Java e à língua javanesa. Dito e feito. Fiquei sabendo, ao fim de alguns minutos, que Java era uma grande ilha do

arquipélago de Sonda, colônia holandesa, e o javanês, língua aglutinante do grupo maleo-polinésio, possuía uma literatura digna de nota e escrita em caracteres derivados do velho alfabeto hindu.

A *Encyclopédie* dava-me indicação de trabalhos sôbre a tal língua malaia e não tive dúvidas em consultar um dêles. Copiei o alfabeto, a sua pronúncia figurada e saí. Na minha cabeça dançavam hieróglifos; de quando em quando consultava as minhas notas; entrava nos jardins e escrevia êstes calungas na arca para guardá-los bem na memória e habituar a mão a escrevê-los.

À noite ... ainda continuei no quarto a engolir o meu “a-b-c” malaio, e, com tanto afinco levei o propósito que, de manhã, o sabia perfeitamente.

Convenci-me que aquela era a língua mais fácil do mundo... (O homem que sabia javanês, p.237-238) CA

E continua...

Bem jantado, bem vestido, bem dormido, não tinha energia necessária para fazer entrar na cachola aquelas coisas esquisitas. Comprei livros, assinei revistas: *Revue Anthropologique et Linguistique*, *Proceedings of the English-Oceanic Association*, *Archivo Glottologico Italiano*, o diabo, mas nada! E a minha fama crescia. Na rua, os informados apontavam-me, dizendo aos outros: “Lá vai o sujeito que sabe javanês”. Nas livrarias, os gramáticos consultavam-me sôbre a colocação dos pronomes no tal jargão das ilhas de Sonda. Recebia cartas dos eruditos do interior, os jornais citavam o meu saber e recusei aceitar uma turma de alunos sequiosos de entenderem o tal javanês. A convite da redação, escreví, no *Jornal do Comércio*, um artigo de quatro colunas sôbre a literatura javanesa antiga e moderna...

– Como, se tu nada sabias? interrompeu-me o atento Castro.

– Muito simplesmente: primeiramente, descrevi a ilha de Java, com o auxílio de dicionários e umas poucas de geografias, e depois citei a mais não poder. (O homem que sabia javanês, p.245) CA – 20/04/1911

A questão do conhecimento inútil também é exaustivamente discutida no romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Um exemplo é Gregoróvitch¹⁶⁶ e a passagem abaixo é uma reprodução de um diálogo entre ele e Isaías.

¹⁶⁶ “... Gregoróvitch era a artilharia. Com o seu estilo desconjuntado e a sua violência injuriosa, abria brecha nas linhas adversárias e dizimava-as de longe. Estrangeiro, nada sabendo da nossa história, nem pelo estudo nem a sentindo pela educação e pelo sangue, a sua crítica e o seu ataque tinham uma violência desmedida. Não poupava, não desculpava, não sentia até que ponto o homem era culpado, até que ponto a marcha das cousas fazia o homem culpado. Ligeiramente enfronhado nas causas da política do momento, êle só via diante de si um aspecto do fato, não sentia inconscientemente os outros que se ligavam com o passado que êle não conhecia, nem os outros que o futuro pressentido condicionava. Um brasileiro, educado e criado no meio das tradições, dos usos, dos hábitos, das qualidades, dos defeitos do seu meio, não teria a violência de sua linguagem, a sua força de crítica, a brutalidade de seu ataque. Acharia na sua educação e nos seus costumes desculpa para as falhas dos outros que êle sentia também ser suas. Gregoróvitch que, além de estrangeiro, não tinha pátria ao certo, era incapaz de apanhar relações,

- Já está formado?
 - Vou matricular-me ainda, respondi sob o olhar de censura do Laje da Silva.
 - Direito?
 - Medicina...
 - Não é mau... Tôda a carreira serve, mas...
 - O doutor é formado em Direito? indaguei por minha vez.
 - Não. Formei-me em Línguas Orientais e Exegese Bíblica, na Universidade de Sófia, tendo começado o curso no Cairo.
- Disfarcei a vontade que me deu de rir, ouvindo tão extravagante título escolar. Havia alguma cousa de opereta, mas o homem era tão simpático, tinha sido tão amável e parecia tão ilustrado que me esforcei por sujeitar o meu ímpeto de rir, soltando uma frase à toa:
- Na Europa, o homem de estudo tem campo, sabe onde deve chegar; aqui...
 - Qual, doutor! Não há como a sua terra! A questão é pendurar, quando se entra, a sobrecasaca de cavalheiro no Pão de Açúcar; e no mais – tudo vai à mil maravilhas! (RE, p.81-82)

Só, subindo a rua movimentada, pus-me a interrogar-me sôbre o tal Gregoróvitch. De que nacionalidade era? Que espécie de moralidade seria a sua? Com aquêlê título burlesco de doutor em Línguas Orientais e Exegese Bíblica, quem poderia ser ao certo? Um bandido? Um aventureiro simplesmente? Ou um homem honesto, de sensibilidade pronta a fatigar-se logo com o espetáculo diário e que por isso corria o mundo? Quem seria? E jornalista! Jornalista em dez línguas desencontradas! Mas era simpático o diabo, de fisionomia inteligente... (RE, p.82-83)

No entanto, Lima Barreto não esconde a sua própria valorização da cultura formal, quando é autobiográfico. Refere-se assim à sua trajetória familiar:

A Prisciliana¹⁶⁷ e filhos, aquilo de sempre. Sem a distinção da cultura nossa, sem o refinamento que já conhecíamos, veio em parte talvez prender o desenvolvimento superior dos meus. Só eu escapei! (DI, p.41) – janeiro/1904

Há em minha gente tôda uma tendência baixa, vulgar, sórdida. (DI, p. 76) – 03/01/1905

A uma família que se junta uma outra, de educação, instrução, inteligência inferior, dá-se o que se dá com um corpo quente que se põe em contacto com um meio mais frio; o corpo perde uma parte do seu calor em favor do ambiente frio, e o ambiente, ganhando calor, esfria o corpo.
Foi o que se deu conosco.

explicações, só via faltas, erros, onde havia simplesmente efeitos, resultados, e atirava-se com tôda a violência de seu temperamento de aventureiro e condottiere da pena contra aquêlê reino de incas, de astecas que êle não compreendia". (RE, p.162-163)

¹⁶⁷ Prisciliana, ama-seca dos filhos de João Henriques, pai do escritor, e torna-se depois, companheira dele.

Eu, entretanto, penso me ter salvo.

Eu tenho muita simpatia pela gente pobre do Brasil, especialmente pelos de côr, mas não me é possível transformar essa simpatia literária, artística, por assim dizer, em vida comum com êles, pelo menos com os que vivo, que, sem reconhecerem a minha superioridade, absolutamente não tem por mim nenhum respeito e nenhum amor que lhes fizesse obedecer cegamente¹⁶⁸. (DI, p.76) – 03/01/1905

O mesmo ocorre em relação à rejeição das camadas populares, a qual constantemente denuncia e ironiza em sua obra, particularmente quando provinda de egressos da mesma. Afirma, no artigo *Anúncios... Anúncios...*

– Não sou humorista e, se leio os anúncios, é para estudar a vida e a sociedade. Os anúncios são uma manifestação delas; e, às vèzes, tão brutalmente as manifestam que a gente fica pasmo com a brutalidade dêles. Vê tu os têrmos dêste:

“Aluga-se a gente branca, casal sem filhos, ou moço do comércio, um bom quarto de frente por 60\$ mensais, adiantados, na Rua D., etc., etc.”

Penso que nenhum miliardário falaria tão rudemente aos pretendentes a uma qualquer de suas inúmeras casas; entretanto, o modesto proprietário de um cômodo de sessenta mil-réis não tem circunlóquios.

– Que conclus daí?

– O que todos concluem. Mais vale depender dos grandes e dos poderosos do que dos pequenos que tenham, por ventura, uma acidental distinção pessoal. O doutor burro é mais pedante que o doutor inteligente e ilustrado. (Anúncios... Anúncios..., p.43-44) FM – s.d.

¹⁶⁸São tão chocantes essas afirmações vindas de um crítico das injustiças sociais que o próprio autor assim finaliza o seu desabafo: “Se essas notas forem algum dia lidas, o que eu não espero, há de ser difícil explicar êsse sentimento doloroso que eu tenho de minha casa, do desacôrdo profundo entre mim e ela; é de tal forma nuançoso a razão de ser disso, que para bem ser compreendido exigiria uma autobiografia, que nunca farei. Há cousas que, sentidas em nós, não podemos dizer... Aqui bem alto declaro que, se a morte me surpreender, não permitindo que as inutilize, peço a quem se servir delas que se sirva com o máximo cuidado e discrição, porque mesmo no tûmulo eu poderia ter vergonha”. (DI, p.77)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Voltando ao ponto de partida, este trabalho pretendeu desvendar aspectos da consciência crítica educacional do início do século XX, tomando como referência o exame do pensamento social de Lima Barreto. Por meio da análise das suas obras, procuramos identificar a sua concepção de educação e o que ela poderia nos revelar sobre os limites históricos da crítica educacional da época.

Num período em que as relações capitalistas no país avançavam, rápida e eficientemente, em direção à uma modernização conservadora, claramente alinhada ao estágio imperialista dos países hegemônicos, a educação tomava uma importância significativa nas preocupações nacionais. A bandeira da universalização da escola foi empunhada por diferentes segmentos da sociedade, desde os mais reconhecidamente conservadores até os mais progressistas que, por motivos diversos, acabaram endossando a ideologia liberal da escola como a instituição responsável pela redenção da sociedade. No âmbito político-institucional, esses intensos debates em torno da escola resultaram, na prática, em um número expressivo de reformas educacionais que visavam, em última instância, à modernização da educação de elite.

Era nesse ambiente que Lima Barreto estava inserido. Atento às mudanças que se operavam na sociedade brasileira, principalmente urbana, o autor questionava e censurava veementemente os resultados sociais desse processo de modernização. Através do estudo de suas obras, foi possível identificar um libelo contra a dependência ao capital europeu e americano, a brutal concentração de renda das elites brasileiras e o aumento da miséria da população rural e urbana.

Por outro lado, as suas críticas ao modelo econômico-social não ultrapassavam o limite da ordem capitalista. Não era o sistema capitalista o alvo de seus

ataques e sim a forma que esse sistema assumiu no Brasil. Mesmo quando propõe uma “revolução social”, aos “moldes” da Revolução Russa, as medidas por ele sugeridas têm um caráter reformista e não revolucionário. Essa espécie de consciência o confirma como um representante das camadas médias na sua expressão mais progressista, ou mais precisamente, como um típico representante da intelectualidade do início do século XX.

Os literatos, em particular, não se opunham radicalmente à ordem instituída e ao poder constituído, já que dependiam das instituições vigentes que os formavam e os projetavam socialmente como intelectuais, como a escola e a imprensa.

Lima Barreto, em suas denúncias contra a imprensa, freqüentes em toda a sua obra, parecia visar o caráter empresarial que crescentemente assumia a atividade jornalística, comprometida com o modo como o capitalismo avançava entre nós.

No entanto, se criticou de forma ácida a grande imprensa da época, tomando o *Correio da Manhã*, jornal de muito prestígio, como caso típico da corrupção intelectual e submissão ao poder (no romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha*), por outro lado, exerceu intensamente o jornalismo profissional¹⁶⁹, inclusive como colaborador do próprio *Correio da Manhã*¹⁷⁰.

No que se refere especificamente à educação, objeto deste trabalho, pudemos perceber, pela análise de sua produção, as contradições que marcam as suas críticas e reflexões. O tom da crítica era indiscutivelmente de denúncia; um forte teor de denúncia na avaliação do sistema educacional da época, mas que resulta num esboço de propostas genéricas e superficiais de reformulação desse sistema.

Num período em que o debate em torno da universalização da escola estava posto, e que socialistas e anarquistas procuravam formular um projeto de educação popular, Lima Barreto denuncia a precariedade dessa educação e desemboca na proposta de extinção do Colégio Pedro II e dos colégios militares, baseado no argumento de que os colégios, principalmente os secundários, têm um custo público muito alto e atendem exclusivamente à elite. Propõe, então, de passagem, em apenas um

¹⁶⁹ Não só recebendo por artigo como chegando a ter salário fixo em alguns deles.

¹⁷⁰ Entre 1905 e 1906. Conferir SODRÉ, *História da imprensa no Brasil*, 1966, p.357.

de seus artigos, a substituição dos mesmos por liceus “ao jeito dos franceses”, estendendo os “favores” a todos.

No exame de suas obras fica claro que as suas preocupações eram com o ensino superior, vítima de uma demolidora crítica, que embora visasse a sua desmitificação no interior da sociedade brasileira, revela a importância a ele atribuída pelo próprio autor.

Apesar de todas as críticas que Lima Barreto faz a educação escolar, elas acabam por se condensar na questão da sua má qualidade, da sua fragilidade e superficialidade.

Assim como ocorreria posteriormente com os escolanovistas, mais do que o caráter elitista do sistema escolar brasileiro, incomoda a péssima qualidade dessa educação de elite. Como vimos, seus textos nos oferecem fartas expressões do apreço do autor pelo saber “autêntico” e sofisticado, assim como dos preconceitos em relação às classes populares, às mulheres, aos “mestiços” etc.

Expressão dessas limitações, ou desse ranço conservador do autor, e peça exemplar na caracterização da sua consciência crítica da educação de seu tempo, é o trecho que se segue a propósito das “normalistas”.

Há dias fui ao Largo do Estácio que conheci com a velha Igreja do “Espírito Santo”, quando era menino e freqüentava o Colégio Paula Freitas. Desde muito que isso não fazia, de modo que o aspecto da praça me surpreendeu.

Não esperava vê-lo assim tão florido de damas e moças, a tagarelarem, a consultarem livros e cadernos, numa atitude de sábios em seu gabinete de trabalho.

Estranhei e não compreendi aquêle aspecto do velho largo transformado em pátio de universidade. Que diabo queria dizer aquilo? fiz de mim para mim.

Aproximei-me sorrateiramente de um grupo de encantadoras meninas e pus-me a ouvir-lhes a conversa. Uma dizia:

– Diva, não foi Pedro Álvares Cabral quem descobriu o Brasil. Você está enganada.

– Então, quem foi?

– Foi Vicente Yáñez Pinzon.

– Quem foi que te disse isto?

– É o doutor Felisberto quem o afirma. Não é assim Nair?

– É verdade; mas diz também que foi Diogo de Leppe.

– Afinal, acode uma quarta môça do grupo, ninguém sabe ao certo quem foi o descobridor do Brasil.

Tão proveitosa conversa não me interessava e fui ouvir outra em grupo mais

distante.

Tratava-se aí da medição do meridiano terrestre. Elas contavam a história dessa medição desde os gregos até Delambre. Causou-me pasmo que aquelas môças soubessem geodésia, quando me parecia ignorarem o teorema de Hiparco. Então, perguntei humildemente a um fiscal de bonde:

– Quem são essas môças?

– São alunas da Escola Normal. (O “Estácio” atual, p.158-159) MA – 22/07/1922

Contudo, é impossível não admirar e reverenciar um pensador que pôs a descoberto tantas mazelas de nossa sociedade e da escola por ela produzida.

A acuidade e o brilhantismo do seu enfoque do bacharelismo, do funcionalismo público, da incompetência e da corrupção que impregnava as nossas instituições o colocam, indiscutivelmente, na vanguarda da crítica social produzida em sua época.

Os seus limites, expressos na contradição entre a negação das condições dadas e a sua afirmação explícita ou implícita nos referenciais teóricos e valorativos que embasem as suas reflexões, desvelam, com particular clareza, o caráter histórico do pensamento e da crítica social e educacional.

O diagnóstico que elabora da formação escolar de sua época antecipa as questões básicas que os “teóricos da educação” levantariam, com a autoridade de “especialistas” no célebre “Manifesto dos Pioneiros da educação Nova: ao povo e ao governo”, publicado em 1932.

Também nesse documento, assim como na produção teórica dos seus signatários, muitos dos quais exerceram atividades concretas de intervenção na realidade educacional da época, as mesmas limitações se revelam e gradualmente se intensificam com a crise econômica e política dos anos 20 e 30.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

BARRETO, Lima. *Bagatelas*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. *Coisas do Reino do Jambom*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. *Diário íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. *Feiras e mafuás*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. *Histórias e sonhos*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. *Impressões de leitura*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. *Marginália*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. *Numa e a Ninfa*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. *O cemitério dos vivos*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. *Os Bruzundangas*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. *Vida urbana*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

BRAYNER, Sonia. Lima Barreto: mostrar ou significar? In: BRAYNER, S. *Labirinto do espaço romanesco: tradição e renovação da literatura brasileira (1880-1920)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1979.

CÂNDIDO, Antonio. Os olhos, a barca e o espelho. In: CÂNDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.

CARONE, Edgar. *A República Velha I: instituições e classes sociais*. 3.ed. São Paulo: Difel, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Marta M.C. de. *Molde Nacional e Fôrma Cívica: Higiene, Moral e Trabalho no Projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista, S.P.: EDUSF, 1998.

COSTA, Angela M. de. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

COUTINHO, Carlos Nelson. O significado de Lima Barreto na literatura brasileira. In: COUTINHO, C. N. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: da Colônia à Era de Vargas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

_____. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

_____. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane M. T. (Org). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CURY, Maria Zilda F. *Um mulato no reino de Jambom: as classes sociais na obra de Lima Barreto*. São Paulo: Cortez, 1981.

FANTINATI, Carlos Erivany. *O profeta e o escrivão: estudo sobre Lima Barreto*. São Paulo: Hucitec; Assis: Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis, 1978.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2.ed. ver. e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *Educação e movimento operário no Brasil*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

GOLDMANN, Lucien. *A criação cultural na sociedade moderna: por uma sociologia da totalidade*. Trad. de Rolando Roque da Silva. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

_____. *Dialética e cultura*. Trad. de Luiz Fernando Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

LEAL, Victor N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 5.ed. São Paulo: Alfa-omega, 1986.

LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LUKÁCS, Georg; SCHAFF, Adam. *Sobre o conceito de consciência de classe*. 3 ed. Trad. de Patricia Boanova e M. Amaral. Porto: Escorpião, 1973.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos da dialética marxista*. Trad. de Telma Costa. Porto: Escorpião, 1974.

MACHADO NETO, Antônio L. *Estrutura social da República das Letras: sociologia da vida intelectual brasileira (1870-1930)*. São Paulo: Grijaldo, EDUSP, 1973.

MARTINS, Luciano. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONARCHA, Carlos. *A reinvenção da cidade e da multidão: dimensões da modernidade brasileira: a escola nova*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990.

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano*. 4.ed. t. III, 2.v. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

PETRONE, Maria Tereza S. Imigração. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano*. 4.ed. t. III, 2.v. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano*. 4.ed. t. III, 2.v. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. O proletariado industrial na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano*. 4.ed. t. III, 2.v. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

PRADO, Antonio Arnoni. *Lima Barreto: o crítico e a crise*. Rio de Janeiro-Brasília: Cátedra – INL, 1976.

PRATA, Manuel A. C. A Sebenta – uma instituição científico-pedagógica na Universidade de Coimbra (1880-1926). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, III, 2000, Coimbra, Portugal. *Resumos*. Coimbra, Portugal, 2000, p. 166.

RIZZOTTO, Maria Lúcia F. *História da Enfermagem e sua relação com a saúde pública*. Goiânia: AB, 1999.

ROCHA, Heloisa Helena P. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo*, 2001. Tese (Doutorado em História da Educação e Historiografia) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. *Imagens do analfabetismo: a educação na perspectiva do olhar médico do Brasil dos anos 20*, 1995. Dissertação (Mestrado em Filosofia e História da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual Paulista, Campinas.

SAES, Décio. Classe média e política no Brasil (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano*. 5.ed. t. III, 3.v. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Maria do Carmo C. de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos G. (org.). *Brasil em perspectiva*. 14.ed. São Paulo: Difel, 1984.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *As tradições populares na "belle époque" carioca*. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1988.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1982.

XAVIER, Maria Elizabete S. P. *Poder político e educação de elite*. São Paulo: Cortez, 1980.

_____. *Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)*. Campinas: Papyrus, 1990.

XAVIER, Maria Elizabete S. P et al. *História da educação: a escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994.

Bruzundanga, p.74) BR

E com ironia...

Raciocina êle muito bem. Em tal terra, quem não arranja um título como êle obteve o seu, deve ser muito burro, naturalmente. (O ensino na Bruzundanga, p.74) BR

Lima Barreto, apontando os problemas na qualidade do conteúdo de nossas escolas superiores, expõe a má qualidade do doutor por elas produzido.

Essa birra do “doutor” não é só minha, mas poucos têm a coragem de manifestá-la. Ninguém se anima a dizer que êles não têm direito a tais prerrogativas e isenções, porque a maioria dêles é de ignorantes. E que só os sábios, os estudiosos, doutôres ou não, é que merecem as atenções que vão em geral para os cretinos cheios de anéis e empáfia.

Tôdas as variedades do “doutor” acreditam que os seus privilégios, honras, garantias e isenções, como se diz nas patentes militares, se originam do saber, da ciência de que são portadores; entretanto, entre cem, só dez ou vinte sabem razoavelmente alguma cousa. São quase sempre, além de mediocres intelectualmente, ignorantes como um bororó de tudo o que fingiram estudar. Aquilo que os antigos chamavam humanidades, em geral, êles ignoram completamente. Não são falhas, que todos têm na sua instrução; são abismos hiantes que a dêles apresenta. (A superstição do doutor, p.40) BA – maio/1918

Na crônica *Quase doutor*, aguça a sua ridicularização da ignorância do doutor, por intermédio de um estudante do ensino superior.

Fiquei surpreendido com tão furioso tipo de estudante. Êle olhou a garrafa de vermuth e observou:

– Francês tem muita parte... Escreve de um jeito e fala de outro.

– Como?

– Ôie aqui: não está vermuth, como é que se diz “vermute”? Pra que tanta parte?

Continuei estupefado e o meu amigo, ou antes, o nosso amigo parecia não ter qualquer surpresa com tão famigerado estudante.

– Sabe, disse êste, quase que fui com o dôtô Lauro.

– Porque não foi? Perguntei.

– Não posso andá por terra.

– Tem mêdo?

– Não. Mas ôie que êle vai por Mato Grosso e não gosto de andá pelo mato.

Êsse estudante era a cousa mais preciosa que tinha encontrado na minha vida. Como era ilustrado! Como falava bem! Que magnífico deputado não iria dar? Um figurão para o partido do Rapadura.

O nosso amigo indagou dêle em certo momento:

– Quando te formas?

– No ano que vem.

Caí das nuvens. Êste homem já tinha passado tantos exames e falava daquela forma e tinha tão firmes conhecimentos!

O nosso amigo indagou ainda:

Tens tido boas notas?

– Tudo. Espero tirá a medaia. (Quase doutor, p.98-99) VU – 08/05/1915

A ignorância do doutor aparece também no conto *Como o "homem" chegou*. O narrador descreve os episódios de uma viagem entre Manaus e um vilarejo próximo ao Rio de Janeiro, para a internação de um homem considerado louco⁷⁵. O diálogo abaixo se dá entre Hane, um guarda-civil do vilarejo, e Barrado, um doutor, “um catita do lugar, cheiroso e apurado no corte das calças”⁷⁶.

Hane desesperava, mas o companheiro, lembrando-se dos seus conhecimentos de Astronomia, indicou um alvitre:

– O carro pode ir boiando.

– Como, doutor? É de ferro... muito pesado, doutor!

– Qual o que! O “Minas”, o “Aragón”, o “São Paulo” não bóiam? Êle vai, sim!

– E os burros?

– Irão a nadar, rebocando o carro.

Curvou-se o guarda diante do saber do doutor e deixou-se a missão confiada, conforme as ordens terminantes que recebera.

A calistênica entrou pela água adentro, consoante as ordens promanadas do saber de Barrado, e, logo que achou água suficiente, foi ao fundo com grande desprezo pela hidrostática do doutor. (Como o “homem” chegou, p.282) CA – 18/10/1914

⁷⁵ “O “homem”, como dizem êles, era um ente pacato, lá dos confins de Manaus, que tinha a mania da Astronomia e abandonara, não de todo, mas quase totalmente, a terra pelo céu inacessível. Vivia com o pai velho nos arrabaldes da cidade e construíra na chácara de sua residência um pequeno observatório, onde montou lunetas que lhe davam pasto à inocente mania. Julgando insuficientes o olhar e as lentes, para chegar ao perfeito conhecimento da Aldebarã longínqua, atirou-se ao cálculo, à inteligência pura, à Matemática e a estudar com afínco e fúria de um doido ou de um gênio. Em uma terra inteiramente entregue à chatinagem e à veniaga, Fernando foi tomando a fama de louco, e não era sem algum motivo. Certos gestos, certas despreocupações e mesmo outras manifestações mais palpáveis, pareciam justificar o julgamento comum; entretanto, êle vivia bem com o pai e cumpria os seus deveres razoavelmente. Porém, parentes oficiosos e outros longínquos aderentes entenderam curá-lo, como se se curassem assomos d’alma e anseios de pensamento”. (Como o “homem” chegou, p.280)

⁷⁶ “... êsse julgamento era reforçado pelos cochichos que ouviam de alguns homens esforçados por parecerem inteligentes. O mais célebre dêles era o doutor Barrado... Possuía êsse doutor a obsessão das cousas extraordinárias, transcendentas, sem par, originais ... Andava, portanto, o doutor captando a boa vontade da potente influência eleitoral, esperando obter, depois de eleito [membro da Sociedade Astronômica], o lugar de Diretor Geral das Estrêlas de Segunda Grandeza”. (Como o “homem” chegou, p.280-281) CA

A falta de conhecimentos do doutor Barrado é notória.

... Procurou quem o guiasse até o Rio, embora lhe parecesse curta e fácil a viagem. Examinou bem o mapa e, vendo que a distância era de palmo e meio, considerou que dentro dela não lhe cabia o carro. Por êste e aquêle, soube que os fabricantes de mapas não têm critério seguro: era fazer uns muito grandes, ou muito pequenos, conforme são para enfeitar livros ou adornar paredes. Sendo assim, a tal distância de doze polegadas bem podia esconder viagem de um dia e mais. (Como o “homem” chegou, p.286-287) CA – 18/10/1914

É interessante notar que é por meio desse doutor Barrado que o narrador faz a crítica aos professores.

– Vê, Tucolas⁷⁷, como anda o nosso ensino? Os professôres não sabem os elementos de gramática, e falam como negros de senzala.

– Senhor Barrado, julgo que o senhor deve a êsse respeito chamar a atenção do ministro competente, pois me parece que o país, atualmente, possui um dos mais autorizados na matéria. (Como o “homem” chegou, p.290) CA – 18/10/1914

A denúncia da má formação dos bacharéis e doutores também pode ser encontrada no romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha* e, nele, essa opinião é do protagonista-narrador, Isaías Caminha⁷⁸.

... Cercam-me dois ou três bacharéis idiotas e um médico mezinheiro, repletos de orgulho de suas cartas que sabe deus como tiraram. Claudicam na ortografia.... (RE, p.121)

Para Lima Barreto, a formação escolar “defeituosa” grassava por todos os cursos do ensino superior, do de formação de bacharéis ao de doutores. As passagens destacadas abaixo fazem menção ao curso de Medicina e ao de Engenharia. Esse nosso

⁷⁷ Tucolas era um antropologista “que fazia sábias mensurações nos crânios das formigas”. (Como o “homem” chegou, p.281) CA

⁷⁸ Isaías Caminha era escrivão da Coletoria Federal de Caxambi. Como narrador, assim analisa sua vida: “Mentalmente comparei os meus extraordinários inícios nos mistérios das letras e das ciências e os prognósticos dos meus professôres de então, com êste meu triste e bastardo fim de escrivão de coletoria de uma localidade esquecida”. (RE, p.41)

destaque deve-se ao fato de que os cursos superiores mais procurados no período eram, nessa ordem, o de Direito, de Medicina e de Engenharia⁷⁹.

De todos os nossos doutôres, o médico, com muitas exceções, é o mais estreito em descortino intelectual, e o é tanto mais quanto mais famoso é. Fora do campo de sua atividade mental, êle não enxerga nada que possa merecer consideração e muito menos que possa reagir sôbre as suas teorias particulares, senão para tirar delas o valor absoluto que a limitação intelectual dos nossos grandes escolápios lhes empresta.

Objetivos à *outrance*, êles como que recebem o fato bruto e não o preparam pela análise, pela abstração e, por outros processos lógicos, para se incorporar ao pensamento abstrato, à ciência, enfim.

Se fôsem físicos, diriam que a vara em parte mergulhada n'água, está quebrada; se astrônomos, que o sol gira em tôrno da terra; etc., etc.

Não admitem, já não direi uma crítica do conhecimento, mas uma simples crítica do poder e da verdade do que nos dizem os nossos sentidos. (Os médicos e o Espírita, p.55) FM – 19/03/1921

A matemática, minha senhora, para a maioria dos engenheiros, é assim como o latim para uma grande número de padres: êles sabem só pronunciar-lo. (O anel dos musicistas, p.41) MA – 25/01/1918

Apesar de mais freqüente no âmbito do ensino superior, podemos encontrar muitas referências à má qualidade do conteúdo escolar em outros níveis e modalidades do ensino. Em relação à Escola Normal, podemos exemplificar com o trecho abaixo:

Assim, porém, não procedeu o Senhor Mendes Fradique que acaba de publicar uma sutil e profunda – História do Brasil, pelo método confuso. Não sabemos quem seja; mas, suspeitamos que seja pseudônimo do Senhor Tomás Delfino, pois Sua Excelência quando político, apreciava muito êsse método, e hoje é professor de história, na Escola Normal. Duas circunstâncias que perfeitamente se combinam para justificar a suspeita. (Método confuso, p.101) FM – 08/10/1921

Já o narrador do romance *Clara dos Anjos* estende a crítica à formação do Instituto Nacional de Música.

... Catarina e Irene sonhavam casar com doutôres, bem empregados ou ricos,

⁷⁹“Os seus títulos, como sabeis, dão tantos privilégios, tantas regalias, que pobres e ricos correm para êle. Mas só são três espécies que suscitam êsse entusiasmo: o de médico, o de advogado e o de engenheiro”. (O ensino na Bruzundanga, p.74) BR

porque elas se julgavam prestes a se “formar”, a primeira em música e piano, pelo trampolineiro Instituto Nacional de Música; e a segunda, pela indigesta Escola Normal desta Capital. (CA, p.48)

O narrador do conto *Três gênios de Secretaria*, Gonzaga de Sá⁸⁰, avalia negativamente a qualidade do conteúdo veiculado nos Seminários.

Na Secretaria dos Cultos, o seu típico e célebre “auxiliar de gabinete”, arranjou o sogro dos seus sonhos, num antigo professor do seminário, pessoa muito relacionada com padres, frades, sacristães, irmãs de caridade, doutôres em cânones, definidores, fabriqueiros, fornecedores e mais pessoal eclesiástico.

O sogro ideal, o antigo professor, ensinava no seminário uma física muito própria aos fins do estabelecimento, mas que havia de horripilar o mais mediocre aluno de qualquer estabelecimento leigo. (*Três gênios de Secretaria*, p.175) VM – 10/04/1919

Essa crítica ao ensino em colégios religiosos aparece também no conto *O jornalista*. Segundo o narrador, Salomão Nabor de Azevedo era a pessoa mais importante da cidade de Sant’Ana porque era, além de secretário da Câmara e descendente de ricos fazendeiros, o jornalista popular da cidade.

... êste Nabor recebera luzes num colégio de padres de Vassouras ou Valença, quando os pais eram ricos. O seu saber não era lá grande; não passava de gramaticazinha portuguêsã, das quatro operações e umas citações históricas que aprendera com Fagundes Varela, quando êste foi hóspede de seus pais... (*O jornalista*, p.232-233) VM – julho/1921

Especificamente em relação à educação feminina oferecida nos colégios religiosos, apresentamos a passagem abaixo, extraída do artigo *Pela “secção livre”*.

Quanto às môças, então, com essas é atroz! [o governo]

Pobres ou ricas, não têm outro remédio senão recorrer às barafundas pedagógicas das irmãs de caridade e jamais vir a entender a imagem do mundo que os homens atuais, por intermédio das ciências, fazem.

É uma ignorância decretada e que bem podia, com mais tempo e vagar, se

⁸⁰ “Manuel Joaquim Gonzaga de Sá era bacharel em letras pelo antigo Imperial Colégio Dom Pedro II. Possuía boas luzes e teve sólidos principios de educação e instrução. Conhecia psicologia clássica e a metafísica de todos os tempos. Comparava opiniões do Visconde de Araguaia com as do Senhor Teixeira Mendes”. (VM, p.47). Gonzaga de Sá, protagonista do romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* e narrador do conto *Três gênios de Secretaria*, era oficial da Secretaria dos Cultos e uma das personagens mais “ilustradas” dos romances limianos.

atribuir como fonte de muitos dos nossos atrasos e muitas das desgraças domésticas que os jornais trazem... (Pela “secção livre”, p.233) BA – 26/03/1919

Nessa mesma direção, outros exemplos aparecem nos romances do autor. Em *Numa e a Ninfa*, o narrador explica os “ares de nobreza” de Edgarda, esposa de Numa, pela educação recebida em escolas religiosas.

Essa concepção de nobreza lhe viera da educação das irmãs de caridade e a defeituosa instrução que recebera e não pudera ajudar à sua real inteligência a corrigi-la.

Não meta em linha de conta que nobreza supõe domínio efetivo e perpetuidade na família dêsse domínio, garantida por privilégios, soberania, tradições de raça e sangue; e a ilusão que as irmãs lhe instilaram no espírito aos dezesseis anos, ficou-lhe sempre no subconsciente. (NN, p.35)

É também esse o caso de Dona Inês, personagem de *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*.

... Dona Inês, a mulher do doutor Ricardo, entretanto, deu-me bom-dia e fêz um “como vais Isaiás”, bondoso e superior. Tinha-se na conta de ilustrada e nobre. Era o oráculo literário e intelectual do marido. Julgava-se ilustrada porque aprendera a recitar umas cousas das Irmãs de Botafogo e pintar flôres; nobre, porque tinha um irmão deputado e o seu pai chicanara no interior do Brasil. (RE, p.230-231)

E é esse também um dos motivos do comportamento orgulhoso de Dona Salustiana, personagem de *Clara dos Anjos* e esposa de Manuel Borges de Azevedo.

... Tinha fumaças de grande dama, de ser muito superior às pessoas de sua vizinhança e mesmo às dos seus conhecimentos. O seu orgulho provinha de duas fontes: a primeira, por ter um irmão médico do Exército, com o pôsto de capitão; e a segunda, por ter andado no Colégio das Irmãs de Caridade.

Quando se lhe perguntava – seu pai, o que era? — Dona Salustiana respondia: era do Exército; e torcia a conversa. Não era seu pai exatamente do Exército. Fôra simplesmente escriturário do Arsenal de Guerra. Com muito sacrifício e graças a uma pequena fortuna que lhe viera ter por acaso às mãos, pudera educar melhorzinho os dous únicos filhos que tivera. (CA, 47-48)

Na fala da personagem Adelermo Caxias, um repórter do jornal *O Globo*, ironizado pelo narrador Isaiás porque “recebeu aquela injúria sem o mais leve

movimento de revolta, resignadamente, com resignação difícil de esperar em escritor do seu talento, uma grande esperança das gerações novas”⁸¹, aparece novamente a desvalorização da educação dos colégios religiosos.

... disse vagarosamente que era triste que os seus trabalhos tivessem que ficar sujeitos ao *verdictum* de uma menina das irmãs de caridade. (RE, p.159)

Oliveira⁸², outro repórter, refutando seu comentário, acaba por reforçá-lo.

– És injusto com Dona Inês, Adelermo... Não é como tu dizes uma simples menina das irmãs... É uma senhora ilustrada; fala francês, monta a cavalo e... Ainda outro dia, eu vi uma carta dela... Que letra! E que ortografia! Imagina que eram só termos de Medicina... Terapêutica... Psicologia... agapanto... Não é brinquedo! E todos corretos! Eu fui ver no dicionário... (RE, p.159)

2. Lima Barreto e a valorização social do “doutor”

A visão crítica de Lima Barreto sobre a organização escolar no Brasil, sua inadequação à realidade e a má qualidade do conteúdo ministrado desemboca numa percepção particularmente acurada e demolidora do valor atribuído pela sociedade brasileira aos portadores de título superior.

Sua crítica mordaz ao ensino superior tem uma forte relação com a sua crítica ao bacharelismo. Para expressar a ideologia de valorização do título, vigente na sociedade de sua época, Lima Barreto cunhou o termo “doutomania”.

A rigor, um estudante do curso de Direito, por exemplo, concluído seu curso de quatro ou cinco anos, se tornaria bacharel e, caso defendesse a tese de doutorado seria, então, doutor. No entanto, vamos encontrar uma certa indiferenciação entre esses dois títulos na sociedade, conforme pode ser depreendido em suas obras.

⁸¹ BARRETO, *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, p.156-157.

Para a massa total dos brasileiros, o doutor é mais inteligente do que outro qualquer, e só êle é inteligente; é mais sábio, embora esteja disposto a reconhecer que êle é, às vêzes, analfabeto; é mais honesto, apesar de tudo; é mais bonito, conquanto seja um Quasimodo; é branco, sendo mesmo da côr da noite; é muito honesto, mesmo que se conheçam muitas velhacadas dêle; é mais digno; é mais leal e está, de algum modo, em comunicação com a divindade. (A superstição do doutor, p.42-43) BA – maio/1918

O nosso ensino superior que, em essência ou intenção, é um ensino técnico, tem no conceito do povo a propriedade de deitar na rua sábios e inteligências.

Um doutor, para a gente de poucas letras, deve saber tudo, ser muito inteligente, etc., etc.: e é até admitido que um amanuense “doutor” não pode deixar de ser mais hábil que um amanuense não-doutor. (A prenda, p.125) MA – 30/04/1921

Do Império, nós herdamos um respeito hindu pelo “doutor” e o aumentamos, como tudo o que êle tinha de mau. Parece que era o seu pensamento organizar um tchin, à russa, com o título, o pergaminho, como diz-se por aí; e foi feliz porque conseguiu implantar no espírito do povo uma veneração bramânica pelos seus bacharéis, médicos e engenheiros.

(...)

O povo do Brasil que, raramente, se deixa infiltrar por idéias úteis e que lhe são favoráveis; neste ponto, foi de uma porosidade de espantar, tão dócil foi ela! (A superstição do doutor, p.42) BA – maio/1918

Em tôda a parte do mundo em que se estuda, ninguém indaga dos títulos escolares do sujeito para discutir os seus argumentos; aqui, porém, basta ser um doutor Lucindo qualquer, para ter mais autoridade do que um homem de boa-fé que estudou e meditou sôbre o assunto, para discuti-lo. (Ainda e sempre, p.148) MA – 06/05/1922

Mas, o ensino superior, como avaliar os seus resultados, se um próprio “doutor burro” é cercado de admiração, tanto pelos pequenos, como pelos médios, como pelos graúdos?

Todos estão convencidos de que êle não vale nada; mas todos respeitam bêstamente os títulos que êle dá. (As reformas e os “doutôres”, p.237) FM – 16/01/1921

Para o povo até, indiferentemente, o engenheiro é capaz de curar e o médico de construir estradas de ferro.

O govêrno, na sua tríplice face, não vai tão longe; mas a sua predileção pelo doutor é notável.

Êle o quer para amanuense de suas secretarias; êle o quer para os seus delegados de polícia, embora sejam bacharéis roceiros, meninotes, que só conhecem do Rio de Janeiro a Rua do Ouvidor, a Avenida Central e o caminho da sua delegacia;

⁸² O narrador, comentando sobre os repórteres da redação, assim os descreve: “... O resto era a infantaria, o grosso do exército, do qual faziam parte o Oliveira, admirando o diretor como um deus e supondo-se extraordinário no seu ofício de repórter”(RE, p.163)

êle o quer para fiscal de imposto de consumo, para guarda-mor das alfândegas, etc., etc., etc. (As reformas e os “doutôres”, p.232-233) FM – 16/01/1921

Lá [na Bruzundanga], o cidadão que se arma de um título em uma das escolas citadas [medicina, direito e engenharia], obtém privilégios especiais, alguns constantes das leis e outros consignados nos costumes. O povo mesmo aceita êsse estado de cousas e tem um respeito religioso pela sua nobreza de doutôres. Uma pessoa da plebe nunca dirá que essa espécie de brâmane tem carta, diploma; dirá: tem pergaminho. Entretanto, o tal pergaminho é de um mediocre papel de Holanda. (A nobreza de Bruzundanga, p.56) BR

Nem os jornais escapam a essa superstição. Antigamente, os autores eram conhecidos pelos seus simples nomes; agora, eles aparecem sempre citados com o seu título universitário. (A instrução pública, p.92) VU – 11/03/1915

Essa “doutomania”, portanto, estaria difundida por todas as camadas sociais.

Lima Barreto atribui a essa valorização do título de “doutor” o inchaço das nossas escolas superiores.

Êsses privilégios e a diminuição da livre concorrência que êles originam, fazem que as escolas superiores fiquem cheias de uma porção de rapazes, alguns às vezes mesmo inteligentes, que, não tendo nenhuma vocação para as profissões em que simulam estar, só têm em vista fazer exame, passar nos anos, obter diplomas, seja como fôr, a fim de conseguirem boas colocações no mandarinato nacional e ficarem cercados do ingênuo respeito com que o povo tolo cerca o doutor. (A universidade, p.119) FM – 13/03/1920

Sentindo que a credence geral dava êsse prestígio quase divino ao “doutor”, todos os pais, desde que pudessem um bocadinho, começaram a encaminhar os filhos para as escolas ditas superiores. É preciso, no Brasil, ter uma carta nem que seja de embrulhar manteiga; é um aforisma doméstico, conhecido e repetido, nos serões do lar, do norte ao sul do país. (A superstição do doutor, p.44-45) BA – maio/1918

De fato, como já vimos, nas primeiras décadas da República houve uma ampliação do ensino superior, em parte pela necessidade concreta de quadros para compor a burocracia e, em parte, pela pressão exercida pelas camadas altas e médias preocupadas com a manutenção ou com a aquisição de prestígio social. E o grande aumento de pessoas tituladas deveu-se, entre outros fatores, à facilitação nos exames, tanto nos preparatórios quanto nos do curso superior.

Lima Barreto insiste em que o título superior gozava de um prestígio extraordinário na sociedade brasileira, mas só os membros das camadas mais altas é que tinham acesso a ele. Dessa forma, estaria estabelecido um círculo vicioso que mantinha o *status quo*.

Só os ricos podem formar-se e nós já sabemos como, em geral, êles se formam. Os pobres que procuram lugares subalternos, logo na adolescência e são diligentes e capazes, adquirem, por isso mesmo, nas suas especialidades um tirocínio maior e uma prática mais estimável para os ofícios do que o duvidoso saber da maioria dos medíocres que saem das nossas escolas. A lei e os regulamentos não deviam impedir que aquêles fôssem recompensados, conforme o mérito revelado, com lugares de certa importância no fim da vida. (A superstição do doutor, p.48) BA – maio/1918

A formatura é dispendiosa e demorada, de modo que os pobres, inteiramente pobres, isto é, sem fortuna e relações, poucas vêzes podem alcançá-la. (A nobreza de Bruzundanga, p.57) BR

E exatamente porque o “doutorado” seria a única opção de ascensão social, o autor sugere que os pobres procurassem obter esse título, “seja como for”.

De resto, os pobres devem, seja como fôr, empregando mesmo os mais desesperados recursos, concorrer com os ricos burgueses no doutorado. Seria uma calamidade que êsses “anelados” ficassem só constando de gente como o Senhor Aluísio de Castro, uma auspiciosa reencarnação do Mestre Garcia de Orta, físico d’El-Rei, ou como o Senhor Hélio Lôbo, vulgo “secretário da presidência” ou “papa ajudas de custo”. É preciso que os pobres façam-se doutôres para contrabalançar a influência nefasta dos burguesetes felizes e precocemente guindados a alturas em que se não dispensa a idade, mesmo quando se trata de gênios; mas que êles conseguem com disfarces, peloticas e mais habilidades de feira. (A superstição do doutor, p.50) BA – maio/1918

Nessa mesma direção, critica o texto de Tobias Monteiro⁸³.

⁸³ “Em 1917, um intelectual não-formado, Tobias Monteiro, escrevia um libelo *Funcionários e Doutores*, com grande repercussão na época. ... Depois de examinar, num primeiro capítulo, o aspecto geral da questão, trata de mostrar como as complicações do nosso método administrativo concorreram para aumentar o funcionalismo em detrimento do interesse público. Em seguida, analisa as conseqüências que este estado de coisas acarreta ao Orçamento do Estado, desbaratando-lhes as finanças e desviando das outras profissões tantos valores que poderiam aumentar a riqueza nacional, criando e fazendo circular novas atividades. Para aprofundar esta análise, estuda a elaboração e execução do orçamento público, de modo a verificar até que ponto seus defeitos facilitam a proliferação dos empregos, e o concomitante desperdício da receita, consumida numa proporção assombrosa em salários de toda espécie”. VENÂNCIO FILHO, *Das arcadas ao bacharelismo*, 1982, p.287.

O Senhor Tobias Monteiro, em sua interessante brochura – Funcionários e Doutôres, aconselhou nossa mocidade a procurar outros caminhos, entre os quais, apontou o da lavoura. O ilustre publicista, como em geral todos os nossos publicistas, jornalistas, romancistas, etc., não quis descer a detalhes de dinheiro. Nos nossos dias, são os mais importantes. Qual a mocidade que o Senhor Tobias Monteiro quer que se dedique à lavoura? A rica?

Esta não é tôla de abandonar o trilho batido que lhe dá todos os privilégios, lhe disfarça a miséria mental, e lhe abre tôdas as portas, para se meter no mato e exercer uma profissão que, para ser remuneradora, exige trabalho, atividade, prática, senão saber.

Pois se um vulgar bacharelete, mais ou menos rico de si, porém muito mais rico, por ser casado com a filha de um judeu milionário, pode, apesar de completamente desconhecido, fazer-se deputado comprando votos a trinta mil-réis a cabeça e com vales de jantar, porque havia êle de deixar de ser bacharel para estar a testa de uma plantação de arroz, em lugar êrmo, sem Lírico, Municipal e sócias de celebridades européias do palco e outros lugares, sócias destinadas unicamente à América do Sul? Era engraçado ... Seria à mocidade pobre que o Senhor Tobias Monteiro queria se referir? Pense bem o ilustre jornalista: um moço pobre, verdadeiramente pobre, consegue uma carta de agrônomo, onde êle irá arranjar dinheiro para comprar terras em que exerça a sua agronomia? Em parte alguma. Tem que procurar emprêgo, não é? O particular, o fazendeiro não lhe dá porque não acredita nessa nova espécie de “doutor”. Onde, então? O remédio é cavar com o Pereira Lima um emprêgo... (A superstição do doutor, p.49-50) BA – maio/1918

Em síntese, Lima Barreto, em sua produção jornalística, é crítico implacável do que denominava “doutomania”.

Todo êsse rol de manifestações da superstição do “doutor” podia ser infinitamente aumentado, pois há muito que, a tal respeito, respingar, nas leis e regulamentos. Poderíamos mostrar que o título universitário, que só pode e deve dar direito ao exercício de uma certa profissão está se transformando em um foral de nobreza, emprestando ao sujeito que é dêle portador, capacidades superiores aos outros e habilidades que êle não tem ou todos podem ter. As cartas de nossas faculdades estão ficando como os pergaminhos da antiga aristocracia que, nos tempos passados, permitiram os seus possuidores, sem a mínima noção de cousas navais, serem investidos de comandos de navios e esquadras, como se dava na Espanha, em Portugal e até na Inglaterra, como conta Macaulay. (A superstição do doutor, p.47) BA – maio/1918

Com base nessa concepção, reforça a proposta de extinção do ensino superior, ou, pelo menos, dos privilégios que esse diploma garantia. De fato, o problema que se colocava desde o Império assim poderia ser resumido: ou se expandia o ensino

superior por meio da equivalência e da autonomia dos cursos provinciais e particulares, ou se suprimia a exigência do diploma para o desempenho de cargos públicos⁸⁴.

Muitas outras medidas radicais me ocorrem, como sejam: uma revisão draconiana nas pensões graciosas, uma reforma cataclísmica no ensino público, suprimindo o “doutor” ou tirando dêste a feição de brãmame do código de Manu, cheio de privilégios e isenções; a confiscação de certas fortunas, etc., etc. (No ajuste de contas..., p.96) BA – 11/05/1918

O Estado da Bruzundanga, de acôrdo com a sua carta constitucional, declararia livre o exercício de qualquer profissão, extinguindo todo e qualquer privilégio de diploma. (O ensino na Bruzundanga, p.74-75) BR

Também nos romances de Lima Barreto vamos encontrar muitas referências ao bacharelismo. O *Triste fim de Policarpo Quaresma*, por exemplo, é rico na abordagem dessa temática. Na passagem abaixo, podemos verificar essa valorização do título superior na reação dos convidados da festa de noivado de Ismênia ao noivo, Cavalcânti, recém formado em Odontologia.

Cavalcânti⁸⁵ ainda não tinha tido tempo de atender a este e já era obrigado a ouvir a observação de outro.

– É muito bonito ser formado. Se eu tivesse ouvido meu pai, não estava agora a quebrar a cabeça no “deve” e “haver”. Hoje, torço a orelha e não sai sangue.

– Atualmente, não vale nada, meu caro senhor, dizia modestamente Cavalcânti. Com essas academias livres... Imaginem que já se fala numa Academia Livre de Odontologia! É o cúmulo! Um curso difícil e caro, que exige cadáveres, aparelhos, bons professôres, como é que particulares poderão mantê-lo? Se o govêrno mantém mal...

– Pois doutor, acudia um outro, dou-lhe meus parabéns. Digo-lhe o que disse ao meu sobrinho, quando se formou: vá furando!

– Ah! Seu sobrinho é formado? Inquiria delicadamente Cavalcânti.

– Em engenharia. Está no Maranhão, na estrada de Caxias.

– Boa carreira.

Nos intervalos da conversa, todos êles olhavam o novel dentista como se fôsse um ente sobrenatural.

Para aquela gente tôda, Cavalcânti não era mais um simples homem, era homem e mais alguma cousa sagrada e de essência superior; e não juntavam à imagem que tinham dêle atualmente, as cousas que porventura êle pudesse saber ou tivesse aprendido. Isto não entrava nela de modo algum; e aquele tipo, para alguns, continuava a ser vulgar, comum, na aparência, mas a sua substância tinha mudado, era outra diferente da dêles e fôra unguido de não sei que cousa

⁸⁴ Conferir XAVIER et al., *História da educação: a escola no Brasil*, 1994, p.110.

⁸⁵ Cavalcânti era dentista e noivo de Ismênia, filha do general Albernaz.

vagamente fora da natureza terrestre, quase divina. (TF, p.68-69)

Essa admiração geral pelo título de Cavalcânti acontece apesar de ser em Odontologia, profissão à qual, pelo menos o general Albernaz, pai de Ismênia, não atribuía grande prestígio.

O pai fêz má cara. Êle andava sempre ao par dos namoros das filhas: “Diga-me sempre, Maricota – dizia êle – quem são. Ôlho vivo!... – É melhor prevenir que curar... Pode ser um valdevinos e...” Sabendo que o pretendente à Ismênia era um dentista, não gostou muito. Que é dentista? Perguntava êle de si para si. Um cidadão semiformado, um espécie de barbeiro. Preferia um oficial, tinha montepio e meio sôlido; mas a mulher convenceu-o de que os dentistas ganham muito, e êle acedeu. (TF, p.64)

No mesmo romance, a valorização do título aparece por meio da personagem Adelaide, irmã de Policarpo Quaresma.

Dona Adelaide, mulher velha, do tempo em que o Império armava essa nobreza escolar, possuía em si uma particular reverência, um culto pelo doutorado; e não lhe foi, pois, difícil demonstrá-lo quando se viu diante do doutor Armando Borges⁸⁶, de cujas notas e prêmios ela tinha exata notícia.

Quaresma mesmo recebeu-o com as maiores marcas de admiração e o doutor, gozando aquêle seu sôbre-humano prestígio, ia conversando pausadamente, sentenciosamente, dogmáticamente; e, à proporção que conversava, talvez para que o efeito não lhe dissipasse, virava com a mão direita o grande anelão “simbólico”, o talismã, que cobria a falange do dedo indicador esquerdo, ao jeito de *marquise*. (TF, p.158)

Também pode ser verificada no diálogo entre o Diretor do Arsenal da Guerra⁸⁷ e Quaresma.

– Pois não. Mas Vossa Excelência não sabe...

– Não sabe! que diz?

O diretor levantou-se da cadeira, com os lábios brancos e a mão levantada à altura da cabeça. Tinha sido ofendido três vêzes: na sua honra individual, na honra de sua casta e na do estabelecimento de ensino que freqüentara, a escola

⁸⁶ Médico e rico, pelo casamento com Olga, afilhada de Policarpo. Faremos referência a essa personagem nas páginas seguintes.

⁸⁷ O Diretor do Arsenal da Guerra era um burocrata que sonhava com o generalato. Por isso ficou tão alterado com a repreensão que recebeu por ter assinado um ofício em tupi-guarani: “... Ia-se por água abaixo o seu generalato. Viver tantos anos a sonhar com aquelas estrêlas e elas se escapavam assim, talvez por causa da molecagem de um escriturário!” (TF, p.92)

da Praia Vermelha, o primeiro estabelecimento científico do mundo. Além disso escrevera no *Pritaneu*, a revista da escola, um conto – “A Saudade” – produção muito elogiada pelos colegas. Dessa forma, tendo em todos os exames plenamente e distinção, uma dupla coroa de sábio e artista cingia-lhe a fronte. Tantos títulos valiosos e raros de se encontrarem reunidos mesmo em Descartes ou Shakespeare, transformavam aquêle – não sabe – de um amanuense em ofensa profunda, em injúria.

(...)

– Não sabe! Como é que o senhor ousa dizer-me isto! Tem o senhor porventura o curso de Benjamim Constant? Sabe o senhor Matemática, Astronomia, Física, Química, Sociologia e Moral? Como ousa então? Pois o senhor pensa que por ter lido uns romances e saber um francesinho aí, pode ombrear-se com quem tirou grau 9 em Cálculo, 10 em Mecânica, 8 em Astronomia, 10 em Hidráulica, 9 em Descritiva? Então?!

(...)

Quaresma era doce, bom e modesto. Nunca fôra seu propósito duvidar da sabedoria do seu diretor. Êle não tinha nenhuma pretensão a sábio e pronunciara a frase para começar a desculpa; mas, quando viu aquela enxurrada de saber, de títulos, a sobrenadar em águas tão furiosas, perdeu o fio do pensamento, a fala, as idéias e nada mais soube nem pôde dizer. (TF, p.93-94)

No romance *Recordações do escrivão Isaias Caminha*, o protagonista-narrador revela, numa passagem muito conhecida, as suas expectativas em relação ao título de doutor.

A minha situação no Rio estava garantida. Obteria um emprêgo. Um dia pelos outros iria às aulas, e todo o fim de ano, durante seis, faria os exames, ao fim dos quais seria doutor!

Ah! Seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplicio premente, cruciante e omnímodo de minha côr... Nas dobras do pergaminho da carta, traria prêsa a consideração de tôda a gente. Seguro do respeito à minha majestade de homem, andaria com ela mais firme pela vida em fora. Não titubearia, não hesitaria, livremente poderia falar, dizer bem alto os pensamentos que se estorciam no meu cérebro.

O flanco, que a minha pessoa, na batalha da vida, oferecia logo aos ataques dos bons e dos maus, ficaria mascarado, disfarçado...

Ah! Doutor! Doutor!... Era mágico o título, tinha poderes e alcances múltiplos, vários, polifórmicos... Era um *pallium*, era alguma coisa como clâmide sagrada, tecida com um fio tênue e quase imponderável, mas a cujo encontro os elementos, os maus olhares, os exorcismos se quebravam. De posse dela, as gotas da chuva afastar-se-iam transidas do meu corpo, não se animariam a tocar-me nas roupas, no calçado sequer. O invisível distribuidor dos raios solares escolheria os mais meigos para me aquecer, e gastaria os fortes, os inexoráveis, com o comum dos homens que não é doutor. Oh! Ser formado, de anel no dedo, sobrecasaca e cartola, inflado e grosso, como um sapo-entanha antes de ferir a martelada à beira do brejo; andar assim pelas ruas, pelas praças, pelas estradas,

pelas salas, recebendo cumprimentos: Doutor, como passou? Como está, doutor? Era sôbre-humano!... (RE, p.53-54)

E Isaiás Caminha continua:

... Pus-me a considerar que isso [os privilégios] devia ser antigo... Newton, César, Platão e Miguel Ângelo deviam ter sido doutôres! Foram os primeiros legisladores que deram à carta êsse prestígio extraterrestre... Naturalmente, teriam escrito nos seus códigos: tudo o que há no mundo é propriedade do doutor, e se de alguma cousa outros homens gozam, devem-no à generosidade do doutor. Era uma outra casta, para a qual eu entraria, e desde que penetrasse nela, seria de osso, sangue e carne diferente dos outros – tudo isso de uma qualidade transcendente, fora das leis gerais do Universo e acima das fatalidades da vida comum. (RE, p.55)

Em *Clara dos Anjos*, a relação direta entre doutorado e inteligência se expressa na fala de Engrácia⁸⁸ e na concordância de Clara⁸⁹.

– Você pensa que todo o doutor é inteligente, Engrácia?

– Pensei.

Clara ficou admirada de que a opinião da mãe não fôsse exata. Ela também, muito popular e estreita de idéia, admitia que tôda a espécie de doutor fôsse de sábios e inteligentes. (CA, p.189)

⁸⁸ Engrácia era esposa de Joaquim, carteiro e morador do subúrbio. “Engrácia recebeu boa instrução, para a sua condição e sexo; mas, logo que se casou – como em geral acontece com as nossas moças –, tratou de esquecer o que tinha estudado. O seu consórcio com Joaquim, ela o efetuara na idade de dezoito anos. Fôsse a educação mimosa que recebera, fôsse uma fatalidade de sua compleição individual, o certo é que, a não ser para os serviços domésticos, Engrácia evitava todo o esforço de qualquer natureza”. (CA, p.88)

⁸⁹ Clara dos Anjos era mulata, filha de Joaquim e Engrácia. “Era tratada pelos pais com muito desvêlo, recato e carinho; e, a não ser com a mãe ou pai, só saía com Dona Margarida, uma viúva muito séria, que morava nas vizinhanças e ensinava a Clara bordados e costuras”. (CA, p.38)

É interessante notar a posição fatalista⁹⁰ de Isaías Caminha em relação ao doutorado. Ela aparece mais claramente na conversa entre ele e o doutor Castro⁹¹.

... Houve ocasião em que êle exprobrou essa nossa mania de empregos e doutorado, citando os ingleses e os americanos. – Todo o mundo quer ser doutor... Corei indignado e respondi com alguma lógica, que me era impossível romper com ela; se os fortes e aparentados, os relacionados para a formatura apelavam, como havia eu, mesquinho, semi-aceito, de fazer exceção? (RE, p.101)

No conto *Foi buscar lâ...* o narrador, ex-empregado da Secretaria da Guerra, desqualifica a carta de doutorado, associando a valorização do título “aos burros e os de baixa extração que os possuem”.

Pronunciava – “rábulas” – quase cuspiendo, porque devem ter reparado que os mais vaidosos com os títulos escolares são os burros e os de baixa extração que os possuem.

Para êstes, ter um pergaminho, como êles pretensiosamente chamam o diploma, é ficar acima e diferente dos que o não têm, ganhar uma natureza especial e superior aos demais, transformar-se até de alma.

Quando fui empregado da Secretaria da Guerra, havia numa repartição militar, que me ficava perto, um sargento amanuense com um defeito numa vista, que não cessava de aborrecer-me com as suas sabcenças e literatices. Formou-se numa faculdade de Direito por aí e, sem que nem porque, deixou de me cumprimentar.

São sempre assim...

Praxedes Itapiru da Silva⁹², ex-praça de pré de uma polícia provinciana, tinha em grande conta, como coisa inacessível, aquêlê banalíssimo trambolho de uma vulgar carta de bacharel; e, por isso, dava-se à importância de sumidade em qualquer departamento do pensamento humano e desprezava soberbamente os

⁹⁰ O termo “fatalismo” está sendo utilizado aqui para designar uma percepção de que é inevitável que algo aconteça. CURY, *Um mulato no reino de Jambom: as classes sociais na obra de Lima Barreto*, 1981, p.31, identifica na obra de Lima Barreto “uma certa atitude fatalista diante da sociedade e do mundo em geral. Presente essa atitude desde o primeiro romance, reveste-se de diferentes formas no decorrer de sua produção literária”.

⁹¹ Doutor Castro era deputado. “... Nada nele manifestava que tivesse um forte poder de pensar e uma grande força de imaginar, capazes de analisar as condições de vida de gentes que viviam sob céus tão diferentes e de resumir depois o que era preciso para sua felicidade e para o seu bem-estar em leis bastante gerais, para satisfazer a um tempo ao jagunço e ao seringueiro, ao camarada e ao vaqueano, ao elegante da Rua do Ouvidor e ao semibugre dos confins de Mato-Grosso. Onde estava nêlê o poder de observação e a simpatia necessária para entrar no mistério daquelas rudes almas que o cercavam e o elegiam? Nada transpirava na sua preguiçosa e baça personalidade”. (RE, p.75-76)

⁹² “Veio do Norte, logo com a carta de bacharel... Aparecia sempre em roda de advogados, mais ou menos célebres, cheio de *morgue*, tomando refrescos, chopos, mas pouco se demorando nos botequins e confeitarias. Parecia escolher com grande escrúpulo as suas relações... Chegara com o firme propósito de conquistar o Rio de Janeiro, fôsse como fôsse”. (Foi buscar lâ..., p.223-224) VM

rábulas e, em geral, os não formados. (Foi buscar lâ..., p.225-226) VM – maio/1922

Eloqüente a seu modo, com voz cantante, embora um tanto nasalada, senhor de imagens suas e, sobretudo, de alheias, tendo armazenado uma porção de pensamentos e opiniões de sábios e filósofos de tôdas as classes, Praxedes conseguia mascarar a miséria de sua inteligência e a sua falta de verdadeira cultura, conversando como se discursasse, encadeando aforismas e foguetões de retórica. (Foi buscar lâ..., p.225) VM – maio/1922

Denunciando a “doutomania”, Lima Barreto enfatiza o caráter formal do título de ensino superior. A posse do diploma não era garantia de conhecimento, mas seria um “passaporte” para a riqueza, via casamentos de interesse ou via emprego público.

Nesse sentido, é com freqüência que encontramos, nas obras do autor, o título superior como uma possibilidade de ascensão social, por meio de casamentos “vantajosos”.

Êsse lado de respeitabilidade de saber e talento que circunda o canudo, o anel e portador destes, não tardou em reagir no coração das mocinhas casadoiras. Quase todas elas se querem casar com “doutor”; e, se o não fazem, ficam com uma espinha atravessada na garganta, embora se resignem mais tarde.

(...)

Todas as jovens, por certo gentis, do Brasil, querendo casar com “homens formados”, por maior que seja o número destes, o rapaz-doutor é um marido valorizado. A oferta de noivas é abundante e a procura delas pelo “doutor” fica-lhe sempre muito inferior. (A prenda, p.125) MA – 30/04/1921

O que há nisto tudo é a combinação do nosso espírito muito brasileiro de acreditar que o “doutor” é tudo e a crença universal do dinheiro.

Essa môça não se casaria com êsse môço, se não o visse armado de um “anel”; ela não daria seu corpo se a ambiência social não dissesse que, com a tal carta, êle valia muitas cousas.

E êle não iria procurá-la, se não estivesse armado do que a bobagem dos jornais chama “pergaminho”. (Como budistas..., p.156) VU – 31/08/1918

As môças ricas não podem compreender o casamento senão com o doutor; e as pobres, quando alcançam um matrimônio dessa natureza, enchem de orgulho a família tôda, os colaterais, e os afins. (A nobreza de Bruzundanga, p.56-57) BR

E, mesmo admitindo um certo desprestígio do “doutor”,

Nas grandes cidades, já o prestígio casamenteiro do “doutor” decaiu muito. No Rio de Janeiro, para isso, ainda por cima, eles têm a concorrência dos oficiais do Exército e de Marinha, de forma a não ficarem só em campo na disputa de bons casamentos. (A prenda, p.125) MA – 30/04/1921

Lima Barreto insiste mesmo na relação entre título acadêmico e ascensão via casamento.

Mas no interior, o “doutor” é o noivo por excelência, principalmente para as moças de fortuna.

A uma moça, rica herdeira de um fazendeiro também rico, não lhe parece bem casar-se com um sujeito a quem se trate por “Seu Fulano” ou, quando muito, venha a ser tratado por “Coronel Fulano”.

(...)

Crescendo assim pelo Brasil a procura de maridos formados, por parte de herdeiras ricas, o nosso ensino superior vai perdendo o seu caráter próprio e tomando uma feição de aprendizado para noivo, mesclado de baixas preocupações monetárias, nas cogitações dos respectivos alunos. É uma fábrica de caça-dotes.

O cidadão ainda não saiu doutor e já sonha casar-se rico; e, durante todo curso, com rápidas olhadelas pelos tratados e apressadas visitas aos laboratórios e gabinetes, só pensa em uma cousa: como é que há de casar-se rico? (A prenda, p.126) MA – 30/04/1921

A aliança do “doutor” com a burguesia, que se faz em geral pelo casamento, dá ao “formado” toda a força que, nos nossos tempos, o dinheiro tem, e a sua simulação intelectual e de saber, acabando em superstição na massa, dá por sua vez, o prestígio que a inteligência sempre teve, tem e terá, sem lhe ditar mais amor ao estudo, mais honestidade mental, mais abnegação profissional e critério no cumprimento do dever. São maus pastores... Em geral, êle perde a pouca curiosidade intelectual que tinha na escola, esquece as poucas noções que recebeu, atém-se a fórmulas, a gastas receitas e fica um fátuo silencioso e solene, defendendo a sua inópia cerebral, a sua ignorância com a superstição pelo título que todos têm, principalmente as moças, de todas as condições, mas, em muitas das quais, sabe Deus! com que amargura, ela se vem desfazer, quando recebem intimamente o “doutor” que é marido delas. Estas é que são as mais francas quando falam dêles, pois o manipanso se lhes mostra completamente o que era: um tóco de pau bem duro. (A superstição do doutor, p.48-49) BA – maio/1918

As famílias, os pais, querem casar as filhas com os doutores; e, se êstes não têm emprêgo, lá correm à Câmara, ao Senado, às secretarias, pedindo, e põem em jôgo a influência dos parentes e aderentes.

Então, o orçamento aparece com autorizações de reformas e o bacharelete está empregado, repimpado como diretor, cônsul, enviado extraordinário e diz para nós outros: “Eu venci”.

Nem os jornais escapam a essa superstição. Antigamente, os autores eram conhecidos pelos seus simples nomes; agora, eles aparecem sempre citados com o seu título universitário. (A instrução pública, p.91-92) VU – 11/03/1915

Aquí, numa referência ao Instituto de Música, Lima Barreto destaca, agora no âmbito feminino, a utilidade do “anel de doutor” para as mulheres conseguirem casamentos.

As meninas do Instituto de Música escreveram aos jornais, lembrando a criação de um anel que as marcasse ao fim do curso ou dos cursos daquela casa sonora. A exemplo dos médicos, dos advogados, dos engenheiros, dos dentistas, dos bacharéis do Pedro II, dos cônegos, das raparigas da Escola Normal, elas querem também um distintivo que as extreme do vulgo. É muito justo, pois se o destino da mulher é o casamento, tudo o que possa concorrer para que elas o cumpram, deve merecer o nosso apoio entusiástico. Quando uma m^oça, doutora do Instituto, fôr de anel no dedo pelos bondes afora, ao fim da viagem não esperará muito que um namôro se transforme em noivado... Ela garantirá a “zona” e o marido futuro ficará sossegado quanto às despesas da casa. O anel à mostra, isto é, o que êle rende, ficará sendo assim, às claras, uma espécie de dote, porque de tôdas as profissões femininas, a que tem maiores possibilidades entre nós é a de professôra de música, quando garantidas pelo Instituto do Largo da Lapa....

De tal modo é rendoso o officio de professôra de música e de seus instrumentos, no Rio, que as brigas vergonhosas que há de vez em quando no conservatório, só podem ser atribuídas à ganância dos professôres e acólitos na caça e disputa de discípulos. Cherchez l'argent.

A música, entre nós, é a única arte em que raramente aparece uma tentativa de criação. Entregue, como está, a m^oças, melhor, a mulheres, que em geral nunca em arte foram criadoras – estudam unicamente para o professorado – a arte musical, na nossa cidade, não dá nenhuma demonstração superior da nossa emoção, dos anseios e sonhos peculiares a nós. Limita-se a repetir, trilhando os caminhos batidos. Não há invento nem novidade. (O anel dos musicistas, p.39-40) MA – 25/01/1918

E continua...

As pedras, querem elas que sejam de safira, porque – justificam – a música tem muita coisa com a matemática; e a safira é a pedra dos anéis de engenheiros. A m^oça que projetou o anel tem certamente um namorado aos cuidados dos Senhores Ortiz ou Villiot, na Escola Politécnica, imagino eu. Contudo, animo-me a lembrar a ambos, que tanto a engenharia dêle como a música da sua deidade, no fim quando ambos forem se servir de uma coisa e da outra, a matemática que entrar nelas pouco além irá daquela que se aprende nas escolas primárias.

Seria melhor que a menina que ideou o anel, desde já estudasse as divisões da nossa moeda, a conta de juros da Caixa Econômica, para bem poupar e fazer render o que ganhar nas suas lições. E, para isto, basta o Viana, *Aritmética*; e pode deixar de lado o nome pomposo da matemática. Quanto ao seu futuro marido, se algum dia passar além do trânsito ou do nível, tem os *handbooks* que lhe suprirão as falhas na sabedoria. (O anel dos musicistas, p.40) MA – 25/01/1918

Não amesquinho seu noivo ou namorado, pois nunca foi do meu temperamento amesquinhar um doutor ou futuro doutor....Se o fito é distinguir-se, extremar-se do vulgo feminino, há um processo seguro: é a tatuagem, que os doutôres também poderiam usar, e, em certas partes dos corpos femininos, no colo, por exemplo, iria magnificamente. Além de tudo, é indelével. (O anel dos musicistas, p.41) MA – 25/01/19184

Apesar da ironia, no que se refere à incapacidade feminina e à finalidade do anel, o autor parece concordar com o valor do diploma.

Se a medida não trouxer progressos à arte de Euterpe, entra, entretanto, na lógica da nossa sociedade. Não é possível que num país democrático, uma mãe que andou aos cuidados do Senhor Richard, do Senhor Arnaud Gouveia, do Senhor Alberto Nepomuceno, que escreve óperas para exportação, possa ser confundida com qualquer rapariga aí.

Para todos os que têm um curso qualquer, não há distintivo? Como não cabe o mesmo direito às talentosas executoras do Instituto de Música?

Certamente, que elas têm toda a razão, e, se dependesse do meu voto, desde já estariam usando o berloque simbólico. Seria mais um. (O anel dos musicistas, p.40) MA – 25/01/1918

Na produção ficcional de Lima Barreto também vamos encontrar muitas referências ao título superior associado ao casamento. Da perspectiva do noivo, candidato ao casamento, a posse do título era vista como a grande possibilidade de ascensão social. Em *Numa e a Ninfa*, o narrador descreve as estratégias de Numa para, com seu título de bacharel em direito, negociar um bom casamento.

De indústria, o juiz se mantivera até então solteiro. Esperava, com rara segurança de coração, que o casamento lhe desse o definitivo empurrão na vida. Aproveitara sempre o seu estado civil para encarrear-se. Ora ameaçava casar com a filha de fulano e obtinha isso; ora deixava transparecer que gostava da filha de beltrano, e conseguia aquilo...(NN, p.34)

Casamento esse que se concretiza e Numa consegue, de fato, ascender socialmente.

Lembrava-se bem da casa, baixa, caiada, meio de telha-vã, meio forrada, com um largo quintal, tendo, aqui e ali, uma árvore, um cajueiro e os urubus teimosos misturados com as aves domésticas. E agora? Habitava um palácio, no meio da abundância, ao lado de uma linda mulher bem educada, onde iria?... Muito pode a formatura! Se ele não se fizesse doutor, que seria?... Bem lhe pareceu desde

menino, que a carta era a chave da riqueza, uma chave mágica a abrir tôdas as fechaduras da vida, suavemente, docemente, rãpidamente, sem o mais tênue ruído. Uma gazua...

Tinha saber? Não sabia. Tinha talento? Não sabia. Que é que sabia ao certo? É que era formado. (NN, p.41-42)

Essa expectativa de ascensão também aparece na figura do doutor Armando Borges, personagem de *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

... O marido é que estava contente. Não seria muito com a noiva, mas com a volta que a sua vida ia tomar. Ficando rico e sendo médico, cheio de talentos nas notas e recompensas escolares, via diante de si uma larga estrada de triunfos nas posições e na indústria clínica. Não tinha fortuna alguma, mas julgava o seu banal título um foral de nobreza, equivalente àqueles com que os autênticos fidalgos da Europa brunem o nascimento das filhas dos salchicheiros *yankees*. Apesar de ser seu pai um importante fazendeiro por aí, em algum lugar dêste Brasil, o sogro lhe dera tudo e tudo êle aceitara sem pejo, com o desprezo de um duque, duque de plenamentos e medalhas, a receber homenagens de um vilão que não roçou os bancos de uma “academia”.

Julgava que a noiva o aceitara pelo seu maravilhoso título, o pergaminho; é verdade que foi, não tanto pelo título, mas pela sua simulação de inteligência, de amor à ciência, de desmedidos sonhos de sábio. (TF, p.147-148)

Mesmo que a noiva não o tenha aceitado exclusivamente pela posse de um título de médico, certamente a razão de ela ter identificado nele “inteligência”, “amor à ciência” e “sonhos de sábio” está associada ao fato de ele ter concluído o ensino superior.

As famílias mais abastadas procuravam casar suas filhas com bacharéis e doutores, mesmo quando estes eram pobres. O importante era o título, que faria com que os genros pudessem exercer cargos públicos ou eletivos e, assim, gerir e aumentar o patrimônio familiar.

No romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, a idéia de que a associação, pelo casamento, entre membros das camadas abastadas e das camadas mais baixas não era um problema, desde que estes tivessem um título de ensino superior, aparece por meio de Coleoni⁹³.

⁹³ Coleoni era imigrante, pai de Olga e compadre de Quaresma. “... Rico com os lucros das empreitadas de construções de prédios, viúvo, o antigo quitandeiro retirara-se dos negócios e vivia sossegado na ampla casa que êle mesmo edificara e tinha os remates arquitetônicos do seu gôsto predileto...” (TF, p.85)

Ela quer um doutor – pensava êle – que arranje! Com certeza, não terá ceitel, mas eu tenho e as cousas se acomodam.

Êle se havia habituado a ver no doutor nacional, o marquês ou o barão de sua terra natal. Cada terra tem a sua nobreza; aqui, é doutor, bacharel ou dentista; e julgou muito aceitável comprar a satisfação de enobrecer a filha com umas meias dúzias de contos de réis. (TF, p.86)

Mesmo que o título para essa personagem, porque imigrante italiano, não tivesse o mesmo significado que para os brasileiros.

... Havia nêle não só a gratidão de camponês que recebeu um grande beneficio, como um duplo respeito pelo major, oriundo da sua qualidade de funcionário e de sábio.

Europeu, de origem humilde e aldeã, guardava no fundo de si aquêle sagrado respeito dos camponeses pelos homens que recebem a investidura do Estado; e, como, apesar dos bastos anos de Brasil, ainda não sabia juntar o saber aos títulos, tinha em grande consideração a erudição do compadre. (TF, p.88-89)

Em todo o caso, a preferência por noivos “doutores” é tema recorrente. Essa é também a posição do general Albernaz, sobre o noivo de uma de suas filhas, a Quinota.

... Acresce que Genelício⁹⁴ juntava à sua segura posição administrativa, um curso de direito a acabar; e tantos títulos juntos não podiam deixar de impressionar favoravelmente às preocupações casamenteiras do casal Albernaz. (TF, p.76)

No mesmo romance, o narrador menciona não só os esforços que a família de Albernaz fazia para que Cavalcânti, noivo de Ismênia, se titulasse, mas também faz referência aos altos custos do curso superior e à dificuldade que membros das camadas menos abastadas tinham para concluí-lo.

No fim do primeiro ano, tendo notícia das dificuldades com que o futuro genro lutava para acabar os estudos, o general foi generosamente em seu socorro. Pagou-lhe taxas de matrículas, livros e outras cousas. Não era raro que após uma

⁹⁴ Genelício: “... Empregado do Tesouro, já no meio da carreira, moço de menos de trinta anos, ameaçava ter um grande futuro. Não havia ninguém mais bajulador e submisso do que êle. Nenhum pudor, nenhuma vergonha! Enchia os chefes e os superiores de todo o incenso que podia. Quando saía, remancheava, lavava três ou quatro vêzes as mãos, até poder apanhar o diretor na porta... Em quatro anos, tinha tido duas promoções e agora trabalhava para ser aproveitado no tribunal de Contas, a se fundar, num pôsto acima. Na bajulação e nas manobras para subir, tinha verdadeiramente gênio”. (TF, p.75-76)

longa conversa com a filha, Dona Maricota viesse ao marido e dissesse: “Chico, arranja-me vinte mil-réis que o Cavalcânti precisa comprar uma Anatomia”.

O general era leal, bom e generoso; a não ser a sua pretensão marcial, não havia no seu caráter a mínima falha. Demais, aquela necessidade de casar as filhas ainda o faziam melhor quando se tratava dos interesses delas.

Êle ouvia a mulher, coçava a cabeça e dava o dinheiro; e até para evitar despesas ao futuro genro, convidou-o a jantar em casa todo dia; e assim o namôro foi correndo até ali.

Enfim – dizia Albermaz à mulher, na noite do pedido, quando já recolhidos – a cousa vai acabar. Felizmente, respondia-lhe Dona Maricota, vamos descontar esta letra. (TF, p.64-65)

Também os empregos públicos sustentam, nos textos de Lima Barreto, a importância formal do ensino superior, ou seja, a importância do título.

A perspectiva de ascensão social poderia se concretizar com a ocupação de cargos públicos, mais prestigiados na época do que os da iniciativa privada. Porém, o principal requisito para um candidato a um cargo público, até para se realizar a prática de “favores”, era o de ser portador de um diploma do ensino superior.

A produção jornalística de Lima Barreto é rica na abordagem dessa questão, como vemos nas seguintes passagens:

É uma dolorosa verdade dizer que êsse nosso ensino superior, que fornece títulos e razões para os seus portadores exercerem, sem concorrência nem justificação, os principais cargos do Estado, esteja se tomando ares de um estelionato para só reconhecer com idoneidade para tais cargos, moços ricos, que possam arcar com as suas despesas. (Extravagâncias oficiais, p.129) FM – 17/01/1920

Tinha, na nossa democracia, por ser sumidade e doutor, direito a exercer quatro empregos.

Era lente da Escola de Medicina, era chefe do Gabinete Médico da Polícia, era subdiretor do Manicômio Nacional e também inspetor da Higiene Pública. (As teorias do doutor Caruru, p.249) MA –30/10/1915

Arranjaste um cursozinho muito vagabundinho de bacharel em direito, procuraste os parentes em Minas, políticos, republicanos históricos e com outras condecorações democráticas, e o Rio Branco nomeou-te amanuense, sem concurso, da Secretaria do Exterior. (Carta aberta, p.201) MA – 08/09/1917

Associando as novas exigências de titulação para a ocupação de cargos públicos a um crescimento de “doutores” disponíveis no mercado, o autor critica, de

forma sistemática, a não correspondência entre a formação educacional desses “doutores” e as tarefas que teriam que desempenhar na burocracia.

Os doutôres, então, cresceram em número e o exercício da profissão para que estavam oficialmente habilitados, não dando margem, devido à plethora dêles, para o ganho remunerador de cada um, encaminharam-se êles para os empregos públicos que nenhuma capacidade especial exigem.

O Tesouro, o Tribunal de Contas, as secretarias ministeriais e outras repartições menos importantes, ficaram cheias de amanuenses, escriturários, oficiais, engenheiros, médicos, advogados, dentistas, farmacêuticos; e, todos êstes, no íntimo ou claramente, se julgam com mais direito às recompensas burocráticas e às promoções que os seus colegas, que não têm título algum.

A prova está na notícia que epigrafa estas linhas⁹⁵. Aquêles amanuense dos Correios pediu ao diretor geral que fizesse constar na sua fé de ofícios que era doutor, para, quando se tratasse de alegar merecimento, pudesse apresentar o “canudo” com o maior das espadas. E a administração – o que é estranho – levará, porque tem levado muitas vêzes, em consideração semelhante alegação, esquecendo que só se podem comprar quantidades homogêneas. Merecimento é a comparação dos serviços, das aptidões para êles, entre dous ou mais funcionários. Serão os serviços e aptidões do amanuense da mesma natureza que as aptidões e serviços que pode revelar ou possuir um médico?

Um médico só pode ter merecimento sôbre outro médico; e um amanuense sôbre outro amanuense.

Quando é médico, o tal amanuense só pode ser comparado a outro médico; e quando amanuense êle só pode entrar em relação com outro amanuense no que a profissão dêste tem de peculiar a êle, eliminando-se da comparação a duvidosa medicina do burocrata. Isto é que é lógico, penso eu; senão teríamos que comparar os méritos de um flautista com os de um marceneiro, para dizer qual dos dous é o melhor nas suas profissões. Concebe-se?

Mas, a superstição do “doutor” é tal, que faz o governo, em casos destes, não raciocinar claramente e proceder contra as mais comezinhas regras do bom senso.

É contra tais disparates que me insurjo e procuro, por todos os meios, mostrar a imbecilidade dêsse respeito cabalístico, esotérico pelo “doutor”, respeito e veneração que estão criando entre nós uma nobreza das mais atrozes que se pode imaginar. (A superstição do doutor, p.45-46) BA – maio/1918

Os reformadores da Central, com essa exigência de secretário-engenheiro, têm muitos pontos de contacto com êsse sagaz delegado. Só médico, como queria êle, pode escrever certos têrmos de uso na medicina; e só engenheiro, como querem os sábios transformadores da Central, pode minutar ofícios em que haja referências a coisas de estrada de ferro. Bolas!

Dessa maneira, sem nenhuma base, sem nenhuma justificativa, antes obedecendo a uma vil e estreita vaidade de classe, as leis da República estão

⁹⁵ “Joaquim Veríssimo de Cerqueira Lima, amanuense dos Correios da Bahia, pedindo fazer constar em seus assentamentos o título de doutor em ciências médico-cirúrgicas. – Deferido. (Gazeta de Notícias, de 25 de março de 1917)”. (A superstição do doutor, p.39) BA

matando o estímulo dos seus funcionários não “encanudados”, pois lhes cerceiam o acesso aos altos postos que podiam bem e com vantagem exercer.

(...)

Essa superstição do doutor vai de tal modo avassalando a nossa administração que, nas promoções, um bacharel, um engenheiro, um médico ou um dentista que concorra com um colega não “anelado”, em igualdade de condições ou não, o mais certo é ser promovido o “doutor”. Note-se que não falo de repartição especial. (As reformas e os “doutores”, p.235-236) FM – 16/01/1921

A nossa superstição doutoral admite abusões que, bem examinadas, são de fazer rir.

Por exemplo, temos todos nós como coisa muito lógica que o diretor do Lloyd deve ser engenheiro civil. Por que? Dos Telégrafos, dos Correios – porque também?

Aos poucos, na Central do Brasil, os engenheiros foram avassalando os grandes empregos da “gema”.

Porque? (A universidade, p.120) FM – 13/03/1920

Fala-se novamente na reforma da instrução pública e os jornais se preocupam em pedir aos poderes públicos que a façam de forma a evitar os doutôres.

No Brasil, o doutor (e olhem que eu escapei de ser doutor), é um flagelo, porque se transformou em nobreza e aos poucos foi açambarcando posições, fazendo criar coisas novas para êles, arrendando com o preconceito doutoral as atividades e as competências.

Ainda não há muito, foi anunciado que os comissários de polícia seriam unicamente os bacharéis em direito; na Estrada de Ferro Central, aos poucos, foram extinguindo, nas oficinas, escritórios e demais serviços técnicos, o acesso daqueles que se vinham fazendo na prática e pela experiência, para dar os lugares aos doutôres engenheiros das nossas escolas politécnicas. (A instrução pública, p.91) VU – 11/03/1915

O aumento de requisitos educacionais para a ocupação de postos de trabalho teria relação não só com o aumento do número de pessoas “qualificadas”, e que precisavam ser incorporadas, porque politicamente interessante, mas também porque assim era possível justificar a exclusão da maioria⁹⁶.

Nesse sentido, é interessante a análise que Lima Barreto faz das razões que levaram à Reforma na Saúde Pública.

Mas, falando eu na reforma da Saúde Pública...

Ela foi feita a fim de encharcar aquilo de médicos; e, no intuito de não aparentar grande despesa, foi preciso cortar cerce no pessoal “descanudado”, tanto no número, como nos vencimentos. Sábia medida! ...

⁹⁶ Para o aprofundamento dessa questão, consultar CUNHA, *Educação e desenvolvimento social no Brasil*, 1978, particularmente o capítulo 5.